



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

IRELLA BORGES DOS SANTOS BARBOSA

SOFRIMENTO PSÍQUICO E O TRABALHO

UBERLÂNDIA–MG
2018



IRELLA BORGES DOS SANTOS BARBOSA

SOFRIMENTO PSÍQUICO E O TRABALHO

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Trabalho, Sociedade e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Robson Luiz de França

UBERLÂNDIA-MG

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

B238s
2018 Barbosa, Irella Borges dos Santos, 1973-
 Sofrimento psíquico e o trabalho / Irella Borges dos Santos Barbosa.
 - 2018.
 107 f. : il.

 Orientador: Robson Luiz de França.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Educação.
 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.530>
 Inclui bibliografia.

 1. Educação - Teses. 2. Trabalho - Aspectos psicológicos - Teses. 3.
Stress ocupacional - Teses. 4. Psicologia industrial - Teses. I. França,
Robson Luiz de. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de
Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

IRELLA BORGES DOS SANTOS BARBOSA

SOFRIMENTO PSÍQUICO E O TRABALHO

Dissertação aprovada para a obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (MG) pela banca examinadora formada por: Prof. Dr. Robson Luiz de França – Orientador; Profª. Dra Larissa Guimarães Martins Abrão e Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena.

Uberlândia, 23 de Março de 2018.

Prof. Dr. Robson Luiz de França - Presidente

Prof. Dra Larissa Guimarães Martins Abrão – Univ. do Estado de Minas Gerais - UFMG

Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena – Universidade federal de Uberlândia - UFU

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu marido, grande companheiro e incentivador.

Às minhas filhas, Maria Julia e Luiza, que com sorriso e alegria tornam minha jornada mais leve.

À minha cunhada, sempre disponível quando preciso.

Aos meus Pais e aos meus irmãos pelo apoio.

Ao meu orientador, farol que me guiou nessa empreitada.

À FAPEMIG, pelo apoio financeiro, tão importante para o avanço de pesquisas.

À Universidade Federal de Uberlândia (UFU), grande instituição de ensino que me deu suporte teórico.

Aos meus brilhantes e guerreiros professores, principalmente, pela inspiração.

Aos membros da banca por contribuírem com seu conhecimento no enriquecimento deste trabalho.

Aos meus amigos que estão ao meu lado em minha caminhada.

Também aos meus colegas da linha TSE (Trabalho, Sociedade e Educação), que sonharam junto comigo.

A Deus, que proporciona todas as coisas.

RESUMO

Esta pesquisa está inserida no âmbito da Linha de Pesquisa sobre Trabalho Sociedade e Educação – TSE, do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia e teve apoio da FAPEMIG. Parte-se da necessidade de proceder a uma análise de caráter sociológico e do campo da psicologia psicodinâmica, com enfoque psicanalítico, com vista a discutir a forma como o trabalho está organizado em nossa sociedade e seus reflexos no sofrimento psíquico do trabalhador em geral. Como pretensão, visou-se contribuir para o debate acerca da prevenção de sofrimentos psíquicos na classe trabalhadora. Nosso objetivo se desdobra em proceder a uma reflexão sobre a história da edificação da Psicologia, bem como proceder à construção de uma narrativa histórica sobre a psicologia como ciência, juntamente com as influências do pensamento filosófico de constituição e base para compreender melhor: a serviço de quê ou de quem a ciência psicológica constrói seu discurso; conhecer e apresentar dados que demonstram o adoecimento físico e psíquico e suas possíveis relações com o sofrimento psíquico de trabalhadores, conhecer e apresentar modos de manifestações de sofrimentos psíquicos de trabalhadores conforme disposto na literatura e por fim apresentar reflexão sobre o trabalho, o trabalhador e suas condições socioeconômicas, bem como as influências psicossocial sob quais o sujeito se coloca. Para tanto, são utilizadas as categorias Trabalho e Sofrimento Humano com fundamento teórico em Marx (2013), Antunes (2015), Arendt (2007); Santos (2003), Birman (2014), Brant (2017), Braverman (1981), Dejours (2013), Foucault (1988), Freud (1930), Cruxên (2004), Lacan (2008), Aranha (1989) e Cuéllar (2010). A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e documental em fontes primárias e secundárias. Parte-se da premissa de que o sofrimento psíquico do trabalhador é um recorte dentro do imensurável universo do mundo do trabalho. É um reflexo negativo do tipo de relação desumanizada que passa a existir entre os indivíduos dentro de um sistema socioeconômico vigente em determinadas sociedades, em um determinado tempo histórico e disseminado em organizações de trabalho no mundo todo. Os resultados apresentados nesta pesquisa permitem inferir que a precarização do trabalho desumaniza o homem e suas relações, interferindo de forma violenta na forma de ser e agir dos indivíduos. Em decorrência da importância que o trabalho ocupa no desenvolvimento da vida humana como um todo – tanto nos aspectos sociais que constituem a identidade dos sujeitos quanto nos aspectos psíquicos relacionados às construções de sentido que cada indivíduo realiza sobre o seu fazer – torna-se indispensável o tema para quem quer conhecer um pouco mais sobre o ser humano.

Palavras-chave: Sofrimento Psíquico. Trabalho. Psicanálise. Psicodinâmica do Trabalho. Relação saúde-doença.Capitalismo.

ABSTRACT

This research is part of the Society for Education and Research (TSE) Research Line of the Postgraduate Program in Education (PPGED) of the Faculty of Education of the Federal University of Uberlândia and was supported by FAPEMIG. It starts from the need to carry out a sociological analysis and from the field of psychodynamic psychology, with a psychoanalytical approach, with a view to discussing how work is organized in our society and its reflexes in the psychological suffering of the worker in general. As a pretension, it was intended to contribute to the debate about the prevention of psychological suffering in the working class. Our purpose is to reflect on the history of the construction of Psychology, as well as to construct a historical narrative about psychology as a science, together with the influences of philosophical thought of the constitution and basis for a better understanding: at the service of what or from whom psychological science constructs its discourse; to know and present data that demonstrate the physical and psychological illness and its possible relations with the psychological suffering of workers, to know and to present modes of manifestations of psychic sufferings of workers according to the literature and finally present reflection on the work, the worker and their socioeconomic conditions, as well as the psychosocial influences under which the subject is placed. For that, the categories Labor and Human Suffering with theoretical foundation are used in Marx (2013), Antunes (2015), Arendt (2007); Santos (2003), Birman (2014), Brant (2017), Braverman (1981), Dejours (2013), Foucault (1988), Freud (1930), Cruxên (2004), Lacan (2008) Aranha (1989) and Cuéllar (2010). The methodology adopted was the bibliographical and documentary research in primary and secondary sources. It starts from the premise that the psychic suffering of the worker is a cut within the immeasurable universe of the world of work. It is a negative reflection of the kind of dehumanized relation that happens to exist between the individuals within a socioeconomic system prevailing in certain societies, in a certain historical time and disseminated in organizations of work throughout the world. The results presented in this research allow us to infer that the precarization of work dehumanizes man and his relationships, interfering in a violent way in the way of being and acting of individuals. Due to the importance that work occupies in the development of human life as a whole - both in the social aspects that constitute the subjects' identity and in the psychic aspects related to the constructions of meaning that each individual realizes about his / her doing - it becomes indispensable the theme for those who want to know a little more about the human being.

Keywords: Psychic Suffering. Job. Psychoanalysis. Psychodynamics of Work. Health-disease relationship. Capitalism.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA 1	A prevalência de perturbações mentais em 14 países	69
TABELA 2	Distribuição dos benefícios de espécies não acidentários e acidentários pagos pela Previdência Social por capítulo do CID-10 no Brasil no período de 2000 a 2013.	71
GRÁFICO 1	Número de afastamentos, segundo causas Brasil, 2004 e 2014.	74
GRÁFICO 2	Número de acidentes de trabalho com CAT registrada.	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAT	Comunicação de Acidente do Trabalho
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
CID-10	Classificação Internacional de Doenças
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DORT	Distúrbios Osteomusculares relacionados ao trabalho
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LER	Lesões por esforços repetitivos
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONUBR	Organização das Nações Unidas no Brasil
PHD	Philosophiæ Doctor
QVT	Qualidade de vida no trabalho
SIDA	Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
WONCA	Organização Mundial de Médicos de Família
VIH	Vírus da Imunodeficiência Humana

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	A PSICOLOGIA E A COMPREENSÃO DO TRABALHO, DO TRABALHADOR EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	17
2.1	Psicologia e a Psicanálise: sofrimentos psíquicos de trabalhadores	24
2.2	Algumas contribuições da Psicanálise ao significativo trabalho e as críticas de Erich Fromm à teoria freudiana.....	36
2.3	Embate entre Psicanálise e Marxismo: semelhanças, diferenças e contribuições .. destas ciências no campo do entendimento sobre o homem e suas relações.....	41
2.4	A exploração do trabalho e do trabalhador pelo capital	43
2.5	As repercussões do sofrimento psíquico para a vida do trabalhador: manifestações de sofrimentos.....	49
2.6	A sublimação e o Trabalho	56
2.6.1	A ampliação do conceito de sublimação por Jacques Lacan	62
3	ALGUNS DADOS QUE DEMONSTRAM O ADOECIMENTO FÍSICO E/OU MENTAL E AS POSSÍVEIS RELAÇÕES COM O SOFRIMENTO PSÍQUICO DE TRABALHADORES	66
3.1	Em destaque o sintoma suicídio	78
4	O SIGNIFICANTE TRABALHO E O HOMEM NAS CONDIÇÕES DE SUA EXISTÊNCIA	85
4.1	Distinção entre labor e trabalho	90
5	CONCLUSÃO	96
	REFERÊNCIAS.....	100

1 INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho vem sofrendo inúmeras transformações em suas variadas dimensões que interferem no *modus* de existir dos homens, mas é no âmbito subjetivo principalmente que se amplia o elo do sujeito com o seu trabalho e as relações advindas desta integração constroem sua identidade. O trabalho possui uma fundamental importância na saúde física e mental das pessoas, portanto a forma como nos relacionamos com o trabalho, terá reflexos positivos e/ou negativos na vida dos indivíduos.

Considerando esse contexto, o interesse pelo tema surgiu a partir de uma inquietação latente a respeito do entendimento de questões norteadoras do trabalho e de suas interfaces no desenvolvimento do psiquismo dos indivíduos.

Tais inquietações representam os reflexos do caminhar da pesquisadora, uma vez que, em uma análise mais filosófica, se é o resultado das experiências objetivas e subjetivas de nossa existência. No entanto, foi na minha relação íntima com a experiência com o trabalho, que identifiquei grandes movimentos de transformação em minha maneira de agir e de pensar sobre as coisas e sobre a vida.

Quando iniciou a jornada pela sobrevivência no mundo material, o que oficialmente se deu aos dezessete anos de idade, por meio do primeiro registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, alguns conflitos imediatamente se instauraram: primeiro, a questão da necessidade de sobrevivência. Sem trabalho, não há como sobreviver, comer, pagar contas, morar, viver. Percebe-se, logo aí, que o trabalhador possui apenas o seu corpo e o seu tempo como objeto barganha.

Outra questão importante incide na percepção de que, ao doar praticamente todo o tempo disponível e força física, saúde e energia para o trabalho em troca da sobrevivência, não há condição satisfatória para alcançar outro lugar, a não ser um lugar de fadiga e do sofrimento físico e psicológico. Gera-se, então, um sentimento de revolta e a sensação de aprisionamento em uma escravidão, em uma servidão, que pertence a um sistema cíclico, em que tudo é constituído para não se chegar a lugar nenhum.

Assim, ao buscar sair desse quadro sufocante e implacavelmente adoeceador, a busca pelo conhecimento pareceu ser uma alternativa viável, capaz de grandes transformações.

No entanto, ao tentar buscar um caminho, ao qual nomeio “desalienação”, torna-

se perceptível que o próprio sistema capitalista proporciona amarras; é permitido estudar, porém com grandes limitações. A própria educação, algo que se nota, tem que estar a serviço da manutenção da alienação e da manutenção do sistema.

Isso ocorre na minha história pessoal da pesquisadora que estudou sempre em escola pública e grande parte da vida escolar se deu no período noturno, para se tornar possível trabalhar durante o dia. Os estudos se davam nos finais de semana, fazendo cursos e tentando suprir as lacunas de base de uma educação deficitária.

O pensamento inicial era graduar na universidade pública – em especial, na UFU – Universidade Federal de Uberlândia, no curso de Medicina. Logo foi possível perceber que isso estava distante da realidade, era “coisa de gente que tinha condição de se manter”. Logo após, veio o desejo pelo curso de Psicologia. Foram várias tentativas, situação que gerou extremo abalo na questão da autoestima. No entanto, jamais se cogitava a desistência. O curso de psicologia era de período integral, e novamente ficava inacessível. Para resolver a questão, a pesquisadora cursou Letras noturno, conseguindo concluir o curso em 2003, uma vitória significativa.

Concomitantemente, foram havendo promoções no trabalho, de telefonista a subgerente comercial em uma grande seguradora. Nesse contexto laboral, exatamente, deu-se a experiência de grandes desafios: a concorrência desleal, a pressão desumana para o cumprimento de metas a qualquer custo, o assédio moral e sexual, o aviltamento da mulher no trabalho, que ganha salários menores executando mesmas funções que os homens, a discriminação por ser mulher que tem que provar o tempo todo ser uma profissional que sabe o que está fazendo, ser explorada pela empresa, trabalhar horas excedentes, dentre outras coisas.

Entretanto, foi somente após o encontro com a maior de todas as experiências subjetivas, a maternidade, que verdadeiramente houve contato com meu desejo e perceber o adoecimento psíquico no qual já havia imersão, devido à incompatibilidade da vida profissional e suas enormes exigências, sobrecarga de trabalho com a vida pessoal, agora também intensificada com as exigências da maternidade.

Por questões não mais de sobrevivência como outrora, mas por necessidade de equilíbrio psíquico, de saúde e bem estar, por buscar uma satisfação e felicidade até então almejados sem sucesso, deu-se o encontro de respostas para tantos questionamentos no trabalho como psicóloga e pesquisadora.

Dessa forma, na prática como psicóloga clínica emergiu o encontro frequente com

muitas questões relacionadas a adoecimentos psíquicos decorrentes de pressões no trabalho e problemas de conciliação do mundo do trabalho com o mundo pessoal, principalmente em mulheres após a maternidade. Nas vivências como trabalhadora, por meio do resgate das experiências vividas até o momento, com inúmeras questões relacionadas ao meu papel como profissional, mãe, esposa, cidadã e estudante foram percebidas. Sobretudo a partir do encontro com a psicanálise e com a teoria marxista é que se deu o entendimento do poder desalienador do conhecimento, da educação.

É nesse contexto que se deu a interpelação para a procura de entender melhor a problemática da influência que o trabalho tem na vida, tanto profissional como pessoal, referente a uma busca por uma via sublimatória de realização dos desejos inconscientes, conforme preconiza Freud (1920-1922).

Por meio de reflexões e inquietações sobre esta sociedade capitalista opressora, na qual temos uma falsa sensação de estarmos livres para escolhermos o que queremos ser, na qual temos uma falsa ideia de que está em nossas mãos sermos felizes, bem sucedidos e realizados – percebeu-se a importância de alcançar a maioridade de que fala Kant (1784), alcançando um pensamento próprio.

Sem dúvida, algumas questões acercam o tempo todo. Questões profundas e pertinentes no contexto caótico em que vivemos, em que o pensar não tem lugar. O mundo é muito rápido, toma a vez a ação sem pensamento. Assim as pessoas vivem hoje e assim vão adoecendo, sem saber o que ocorre com elas.

A pulsão¹ da pesquisadora sem dúvida leva para o lado oposto. Por isso, a busca pela pesquisa consiste em uma tentativa interna de “elaborar ou trabalhar” o assunto, principalmente, na tentativa de uma análise crítica sobre a problemática da precarização e o sofrimento psíquico do trabalhador.

A escolha pelo objeto de estudo, **o trabalhador em sofrimento psíquico**, decorre também de uma percepção interior à própria prática profissional. O psicólogo clínico é um trabalhador que sofre também as influências de forma direta ou indireta da precarização do seu trabalho. Muitas vezes não há um entendimento dos profissionais quanto a essa precarização e às vivências clínicas com clientes que relatam variados tipos

¹Termo surgido na França em 1625, derivado do latim *pulsio*, para designar o ato de impulsionar. Empregado por Sigmund Freud a partir de 1905, tornou-se um grande conceito da doutrina psicanalítica, definido como a carga energética que se encontra na origem da atividade motora do organismo e do funcionamento psíquico inconsciente do homem. (ROUDINESCO; PLON, 1998).

de sintomas decorrentes de sofrimentos pelos quais passam em suas realidades laborais. Considerando isso, torna-se possível acreditar na importância dessa pesquisa e no potencial de desmistificação destas questões pouco compreendida para os psicólogos. Creio também que o presente estudo pode incentivar mais pesquisas nessa área.

Em decorrência da importância que o trabalho alcança no desenvolvimento da vida humana como um todo – tanto nos aspectos sociais que constituem a identidade dos sujeitos quanto nos aspectos psíquicos relacionados à construção de sentidos que cada indivíduo realiza sobre o seu fazer –, o tema torna-se indispensável para quem quer conhecer um pouco mais sobre o ser humano.

Para alcançar melhor entendimento sobre o homem, ao que parece, as ciências foram divididas de forma didática entre ciências humanas e da natureza. O homem foi dividido em corpo e mente e o comportamento foi cindido entre influências de forças externas e internas. A tentativa nesse trabalho é fazer uma adjeção entre essas várias partes do saber humano de forma a alcançar novos olhares.

Isso posto, na tentativa de encontrar pontos de interseção e novos diálogos entre os temas abordados nesse trabalho, reconhecer uma maior necessidade de interação entre os saberes para que sejam alcançados melhores entendimentos sobre a complexidade moderna e, ainda, por acreditar na importância de uma visão mais ampliada sobre as questões do humano, torna-se importante construir uma narrativa histórica sobre a construção da psicologia como ciência juntamente com as influências do pensamento filosófico de constituição e base, para compreender melhor a serviço de quê ou de quem a ciência psicológica constrói seu discurso.

Nesse sentido, estudar sobre o trabalho, o trabalhador e suas condições socioeconômicas, bem como sobre as influências biopsicosócio culturais as quais o sujeito sofre, representa um importante e rico nicho de pesquisa, repleto de indagações e questionamentos. Em outras palavras, o trabalho ocupa parte importante em nossa existência e, ao estudar as representações deste, poderemos alcançar respostas, resolver conflitos internos, bem como transformar a realidade.

Neste bojo, o sofrimento psíquico do trabalhador é um recorte dentro de um extenso universo. É um reflexo negativo dos tipos de relações desumanizadas que passam a existir entre os indivíduos dentro de um sistema socioeconômico, vigente em determinadas sociedades e inscrito em um tempo histórico determinado, reflexo que afeta organizações de trabalho em todo o mundo.

Sob tal matiz, vale lembrar, o trabalho é responsável também pela humanização do homem, de modo que a precarização deste trabalho desumaniza o sujeito e suas relações, interferindo de forma violenta na forma de ser e agir dos indivíduos. O trabalhador não percebe as influências alienantes em seu processo de formação, reprodução e manutenção do capitalismo, cujo domínio passa pela aprovação da ciência para sua disseminação.

Portanto, estudar o sofrimento psíquico do trabalhador é importante principalmente no entendimento das novas relações de trabalho que se “complexificaram” (ANTUNES, 2015) com o advento do crescimento do capitalismo e que continuam sofrendo grandes transformações. Consequentemente, torna-se possível entender melhor o homem em suas relações inter e intrapsíquicas, para que se alcance uma análise mais aprofundada da subjetividade dos sujeitos e suas relações com o ambiente.

Entendendo que o sofrimento psíquico acontece como um processo multidimensional, seus reflexos são fatalmente percebidos dentro e fora do contexto laboral, ou seja, possui repercussões na vida íntima das pessoas que vão além de simples afetamentos contidos na vivência exclusiva do trabalho. A partir disso, podemos perceber a dimensão simbólica que o trabalho pode alcançar. Assim sendo, é fundamental conhecer as condições de trabalho dos homens, pois é nessa condição que o homem é forjado, desenvolve-se, humaniza-se ou se desumaniza.

O processo de humanização, na teoria de Marx, está fortemente enraizado no desenvolvimento da categoria trabalho como pressuposto fundamental da separação entre homem e animal:

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência (MARX; ENGELS, 1989, p. 13)

No entanto, na sociedade capitalista o trabalho é explorado em suas diversas formas, determinando dessa forma a desumanização, em um movimento repleto de contradições. A reflexão sobre o trabalho, então, passa necessariamente pela questão da educação como instrumento particular do processo educacional, o qual pode ser tratado de forma a contribuir ou negar o processo de humanização. A humanização do homem promovida **pelo** trabalho e não somente **para** o trabalho, bem como a promoção dessa humanização pela educação e sua práxis são fundamentos da humanização, uma vez que:

“[...] o trabalho é mediação entre homem e natureza, e dessa interação deriva todo o processo de formação humana” (MARX, 2004, p. 14).

A presente pesquisa, levando em conta esses entendimentos, possui importância na medida em que prioriza uma compreensão mais profunda do sofrimento psíquico e das relações com o trabalho em suas variadas dimensões, promovendo um estatuto privilegiado da palavra, do discurso sobre o trabalho, neste contexto.

A pesquisa é importante também por tornar conhecidas formas de sofrimentos que foram muito (e ainda são) negligenciadas: os sofrimentos psíquicos de trabalhadores, que vivem angustiados e são pressionados por maior produtividade em suas funções, é um exemplo dessas formas. É necessário divulgar o que a inquietação do homem com suas tarefas laborais põe em risco em sua vida e quanto à sua saúde mental.

O objetivo geral da pesquisa, posto esse quadro, é proceder a uma análise – de caráter sociológico e pertinente ao campo da psicologia psicodinâmica com enfoque psicanalítico – com vistas a discutir a forma como o trabalho está organizado em nossa sociedade e seus reflexos no sofrimento psíquico do trabalhador em geral. Como pretensão, busca-se contribuir para o debate acerca da prevenção de sofrimentos psíquicos na classe trabalhadora.

E para atingir o objetivo geral busca-se, especificamente:

1. Proceder à reflexão sobre a história da edificação da Psicologia, considerando a construção de uma narrativa histórica sobre a psicologia como ciência, juntamente com as influências do pensamento filosófico de constituição e base para compreender melhor a serviço de quê ou de quem a ciência psicológica constrói seu discurso.
2. Levantar dados que demonstrem o adoecimento físico e psíquico e suas possíveis relações com o sofrimento psíquico de trabalhadores.
3. Conhecer e apresentar modalidades de manifestação de sofrimentos psíquicos de trabalhadores conforme disposto na literatura.
4. Apresentar reflexão sobre o trabalho, o trabalhador e suas condições socioeconômicas, bem como sobre a influência psicossocial que afeta o sujeito.

No desenvolvimento deste trabalho, são utilizadas as categorias Trabalho e Sofrimento Humano, com fundamento teórico em Marx (2013), Antunes (2015), Arendt

(2007); Santos (2003), Birman (2014), Brant (2017), Braverman (1981), Dejours (2013), Foucault (1988), Freud (1930), Cruxên (2004), Lacan (2008), Aranha (1989) e Cuéllar (2010). A metodologia adotada foi pesquisa bibliográfica, que buscou entender os conceitos de trabalho, sofrimento humano e precarização do trabalho, bem como entender como a Psicologia e a Psicanálise explicam o significado do sofrimento humano e a contribuição dessas áreas. Em Marx (2013), Antunes (2015), Arendt (2007), Barbosa (2015) e Braverman (1981) busca-se a compreensão da questão da exploração do trabalho e do trabalhador pelo capital. A partir desse estudo, visa-se conhecer quais foram as repercussões do sofrimento do trabalhador em sua vida.

Na pesquisa documental buscou-se quantificar os afastamentos no país por doenças relacionados ao aspecto psíquico dos indivíduos. Foi realizada análise de dados apresentados por órgãos oficiais em fontes primárias e secundárias (Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho, Organização Mundial da Saúde, DIEESE, Ministério da Previdência Social).

A dissertação é dividida em 5 partes. Após a Introdução, no item 2 busca-se apresentar como Psicologia compreende o trabalho e o trabalhador na perspectiva histórica e, no contexto, também se apresenta a relação em que a Psicologia e a Psicanálise estabelecem quanto ao o sofrimento psíquico do trabalhador, bem como as contribuições da Psicanálise nessa discussão no que tange ao embate entre Psicanálise e Marxismo. Analisa-se, ainda, a questão da exploração do trabalho e do trabalhador pelo capital e as repercussões do sofrimento psíquico para a vida do trabalhador.

No item 3 do trabalho apresentam-se alguns dados que demonstram o adoecimento físico e psíquico, e as possíveis relações com o trabalho desenvolvido pelos trabalhadores. No item 4 tem-se a discussão sobre o a importância do trabalho para o homem nas condições de sua existência e também uma distinção entre labor e trabalho, conforme os teóricos que fundamentam esta pesquisa. Nas Considerações Finais, busca-se relacionar os objetivos ao trabalho desenvolvido

2 A PSICOLOGIA E A COMPREENSÃO DO TRABALHO E DO TRABALHADOR EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

A história da psicologia pode ser melhor compreendida quando analisada como área epistemológica do conhecimento que busca sua legitimação como ciência que aborda um saber mais específico sobre o sujeito humano. Para compreender melhor essa ideia é importante lembrar o paradigma da cientificidade que ocorreu com o deslocamento do homem para o centro do universo, a revolução copernicana².

A partir desse deslocamento, há uma revolução no pensamento dos indivíduos, que não mais buscam explicações na divindade. Passa-se a uma busca racional de entendimento sobre a natureza e sobre o homem. A partir de então, a ciência é empoderada, torna-se a única detentora da verdade. É nesse momento que a Psicologia começa a se constituir como saber dentro das ciências humanas, desvincilhando-se das origens filosóficas.

É justamente no contexto histórico do final do século XIX que a produção intelectual se intensifica, precisamente na junção de vários saberes com entendimento melhor das questões do homem e de suas relações com o meio externo. Segundo Mariguela (1995), a ciência estava tentando fazer inicialmente uma junção entre o conhecimento filosófico e fisiológico e Wilhelm Wundt (1832-1920) foi o responsável por esta conclusão, juntamente com William James (1842-1910) e seus precursores. Nasce, portanto, a psicologia científica, com foco mais experimental do que filosófico. O psiquismo passou a ser analisado segundo sua constituição biológica e fisiológica, dentro de laboratórios.

Decorre que a história da psicologia é a história do conhecimento psicológico e, conseqüentemente, faz parte da história da cultura e das ideias da humanidade. Neste sentido, a psicologia se constitui desde seu início a partir de uma pluralidade de questões e avaliações como sua unidade, constituição e aplicabilidade como ciência.

Na busca por um estatuto de cientificidade da psicologia, o processo de constituição das ciências sociais caminha em paralelo e, assim sendo, o positivismo constituiu uma importante referência.

² A revolução Copernicana, séc. XVI constituiu-se no processo histórico que redundou na substituição do sistema geocêntrico (Geocentrismo) pelo sistema heliocêntrico (Heliocentrismo), inclusive no que diz respeito às profundas consequências acarretadas por essa substituição para a história da humanidade.

[..] De sujeito pensante a objeto pensado, os humanos tornaram-se objetiváveis para a ciência. O desenvolvimento do capitalismo industrial e a urbanização vertiginosa das grandes cidades europeias exigiam um saber para ordenar as relações entre os indivíduos produtivos. As práticas disciplinares, neste período, foram justificadas pelos saberes produzidos pelas ciências do homem, também chamadas de ciências do espírito. (MARIGUELA, 1995, p. 17).

Vale ressaltar que não interessa nessa pesquisa proceder a uma crítica ao positivismo, mas pontuar que por ter seu cerne em um contexto revolucionário, também pode ser considerado como uma filosofia revolucionária no contexto da época. No entanto, o foco aqui é apresentar a matriz psicanalítica como forma também alternativa aos pressupostos positivistas e avaliar o quanto o caminhar da psicologia pelos pressupostos das ciências naturais afastou a psicologia do seu objeto principal: o humano. Questão defendida ferozmente por Politzer em sua crítica dos fundamentos da psicologia (POLITZER, 1998).

Para Laville; Dionne (1999), os teóricos do positivismo acreditavam que o método experimental preconizado por eles poderia ser aplicado com sucesso a todos os objetos do conhecimento; isso tanto nas ciências naturais, que são ciências mensuráveis, quanto nas ciências humanas, que têm padrões mensuráveis muito variáveis. Seu esgotamento se deu quando se percebeu as limitações e inadequações com o objeto de estudo, o ser humano.

Os fatos humanos têm graus muito complexos de experimentação e observação para a vivência da ciência daquela época. Vivências que as pesquisas sobre a natureza ainda não haviam experimentado como complexas. A medida do verdadeiro encontrada nas pesquisas em ciências humanas difere das obtidas em ciências naturais devido ao caráter variante das forças que regem os atores. A ideia de lei da natureza e de determinismo, cara ao positivismo, aplica-se mal nas ciências humanas.

Um estudo positivista das ciências naturais tenta encontrar leis, encontrar uma verdade absoluta, que possa ser reproduzida da mesma forma e nas mesmas condições quantas vezes forem necessárias, encontrando-se sempre o mesmo resultado. O estudo em ciências humanas, por sua vez, vai pautar-se por encontrar teorias que possam ser aplicáveis em situações análogas – nada conclusivo ou absoluto. Nesse caso, muitas vezes a complexidade dos fatos torna impossível reconhecer ou controlar com exatidão os resultados.

O positivismo perde sua força e as próprias ciências naturais outrora beneficiadas

por esta corrente passam a questionar seus resultados e métodos diante de recentes descobertas, como o caso do estudo do átomo, que se constituem dentro de um saber das ciências naturais. Ficou difícil uma observação natural direta desse novo objeto. Conseguiu-se somente conhecer sua natureza e, conseqüentemente, criar uma teoria a respeito desse átomo sem que este tenha sido visto. Não há, pois, um conhecimento objetivo, mas uma interpretação construída pelo pesquisador.

A distinção entre as ciências naturais e sociais, continuando, parece ser então essencialmente ideológica. Não passaria de uma negação da fantasia que anima as ciências sociais a serem ciências “verdadeiras” – como as ciências exatas, por exemplo.

Contribuindo nesta discussão, o texto “Um Discurso sobre as Ciências”, de Boaventura de Sousa Santos, discute o paradigma dominante, a crise do paradigma dominante e o paradigma emergente. O paradigma dominante tem na racionalidade científica o modelo de ciência dominante e tem como base as ciências naturais. Tal modelo tolera o senso comum e estudos das ciências ditas “humanas”. É muito totalitário por não aceitar variações epistemológicas ou o não cumprimento de suas regras metodológicas. Aceita, portanto apenas uma forma de conhecimento verdadeiro, que eram precedido, evidentemente, por seus próprios idealizadores (SANTOS, 2003).

A matemática se tornou a comprovação do uso profundo e rigoroso de instrumento de análise da natureza e a quantidade passou a sobressair às qualidades do objeto. A previsibilidade dos fenômenos naturais, por meio das leis matemáticas e físicas, fundamentou certo determinismo mecanicista que irá ser a base da ciência moderna. Tal modelo de fazer ciência passa a ser empregado também pelas ciências sociais, trazendo variados conflitos para estas.

A crise do paradigma dominante era inevitável diante de tantos questionamentos, tendo-se como modelo de ruptura a teoria da relatividade de Einstein, dentre outras teorias que, embasadas em novos avanços, puderam contribuir para questionar e proporcionar a crise do paradigma dominante. O que antes era inquestionável passou a ser questionável.

Com os sinais da crise do paradigma dominante em evidência, surgem especulações a respeito do paradigma emergente. É quando Santos (2003) propõe o paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente, apresentando um conjunto de teses. Dentre elas, destaca-se o entendimento de que todo o conhecimento científico-natural é científico-social; todo conhecimento é local e total; todo conhecimento é autoconhecimento; todo conhecimento científico visa a se constituir em

senso comum.

Considerando que o conhecimento científico-natural é científico-social, para Santos (2003), os recentes avanços na física e biologia, por exemplo, rompem com as ideias mecanicistas que fazem distinção entre ciências naturais e ciências sociais. Parece que depois dessa aproximação do conhecimento, o homem passou a se aproximar mais de si. “É como se o homem e a mulher se tivessem lançado na aventura de conhecer os objetos mais distantes e diferentes de si próprios, para, uma vez aí chegados, se descobrirem refletidos como num espelho” (SANTOS, 2003, p. 62). O autor continua argumentando que o estudo da mecânica quântica explicava que a distinção corpo/alma deixava de ter sentido e que a física e a psicologia acabariam por se fundir em uma só ciência.

SANTOS (2003) faz uso de autores como Jung (1875-1961), que traz a ideia de inconsciente coletivo, para ajudar a explicar a relação entre a realidade exterior e a realidade interior e sua sincronicidade. Neste sentido, Jung ajudou a ampliar os fenômenos mentais para além dos fenômenos individuais e humanos.

Ainda para Santos (2003), há um relativo colapso das distinções dicotômicas, até então consideradas óbvias, repercutindo nas disciplinas científicas que sobre elas se fundaram. Uma questão importante discutida pelo autor é que apesar de a superação da dicotomia ciências naturais/ciências sociais ocorrer sob a égide das ciências sociais, ela acaba por não ser suficiente para caracterizar o modelo de conhecimento no paradigma emergente, uma vez que as ciências sociais se constituíram segundo os modelos de racionalidade das ciências naturais ou em vertentes mais pragmáticas.

Em resumo, para Santos (2003), à medida que as ciências naturais se aproximam das ciências sociais, estas se aproximam das humanidades. O sujeito, que a ciência moderna lançara na diáspora do conhecimento irracional, regressa investido da tarefa de fazer erguer sobre si uma nova ordem científica.

Para Santos (2003), todo conhecimento é local e total. Na concepção de ciência moderna, a especialização do conhecimento passou a ser valorizada. Entretanto, esse tipo de disciplinarização do saber científico torna o cientista um ignorante especializado. No paradigma emergente, o conhecimento é total e tem como horizonte a totalidade universal. Sendo total, no entanto, é também local, pois são úteis aos indivíduos locais. A fragmentação pós-moderna é também total, uma vez que reconstitui os projetos cognitivos locais. De modo que incentiva os conceitos e as teorias desenvolvidas

localmente a emigrarem para outros lugares cognitivos, podendo ser usados fora do contexto de origem.

O conhecimento do paradigma emergente, ao ser total, não é determinístico e, ao ser local, não é descritivista. Constitui-se a partir de uma pluralidade metodológica. Há uma transgressão metodológica, em que o estilo passa a ser uma configuração de estilos, construída segundo o critério e a imaginação pessoal do cientista.

Todo o conhecimento é autoconhecimento, afirma Santos (2003) que, parafraseando Clausewitz (1780-1831), diz que hoje o objeto é a continuação do sujeito por outros meios. Por isso, todo o conhecimento científico é autoconhecimento. Aponta o autor que a ciência moderna não é somente a única explicação possível da realidade, é mais um juízo de valor. A maior personalização do conhecimento vem da relação transdisciplinar e individual que caracteriza o paradigma emergente. Sendo assim, não há mais como fazer sentido uma separação entre as ciências sociais e ciências naturais; e, menos inda é possível a distinção entre sujeito e objeto.

Todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum, aponta também o autor. Santos (2003) afirma que a ciência moderna produz conhecimentos e desconhecimentos também, e faz do cientista um ignorante especializado e do cidadão comum um ignorante generalizado. A ciência pós-moderna sabe que somente a configuração de várias ciências é que pode ser racional, na medida em que há diálogo entre todas. Neste contexto, o conhecimento do senso comum que antes era desprezível, agora existe uma necessidade de reconhecer o seu valor. Portanto:

[...] na ciência moderna a ruptura epistemológica simboliza o salto qualitativo do conhecimento do senso comum para o conhecimento científico e na ciência pós-moderna o salto mais importante é o que é dado do conhecimento científico para o conhecimento do senso comum. (SANTOS, 2003, p. 90).

O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos é considerado um dos maiores pensadores contemporâneos, e suas críticas sobre o paradigma dominante incidem na construção do conhecimento científico que cria grandes diferenciações entre tipos de saberes, tal como a distinção entre ciências naturais e sociais, e gera ainda o desprezo pelo senso comum, o qual é de grande valia para o estudo científico. O autor, sem dúvida traz reflexões importantes e faz pensar sobre como é construído o saber, revela a importância de quebrar paradigmas pré-concebidos. Muito daquilo que tínhamos como

certo já não mais é tão certo.

Dessa forma, podemos pensar que todo conhecimento adquirido pelo homem deve contribuir para a melhoria da vida das pessoas. Assim, como cientista e pessoa, deve-se direcionar essa perspectiva no sentido de alcançar maior criticidade e responsabilidade, com capacidade para romper paradigmas e perceber que existem várias verdades dentro de um vasto universo complexo que é entender a nossa humanidade.

Portanto, é fundamental o entendimento da epistemologia, que é uma reflexão aprofundada e crítica sobre o mundo da ciência, uma vez que a ciência hoje tornou-se uma das mais importantes atividades do homem.

Analisar os fundamentos da psicologia é percorrer o caminho que levou os psicólogos a afirmarem sua autonomia científica no conjunto dos saberes sobre o homem. Não é possível, para Canguilhem, separar a história da psicologia, da história da filosofia e da ciência de modo geral. (MARIGUELA, 1995, p. 41).

Estudar essas questões na dimensão social, principalmente, mostrando que todo conhecimento é portador de interesses e que a ciência e a técnica são também instrumentos ideológicos de poder e manipulação, parece ser essencial. A ciência utilizada sem consciência pode ser uma arma em mãos erradas.

Interessante é ressaltar como as noções de Willian James (1842-1910) foram desenvolvidas para justificar o bem-estar social, sendo responsáveis por manipular e empreender novas técnicas para mobilizar quem sabe “escravizar” pessoas, sendo estas utilizadas em organizações ou em guerras, e como substrato para o absurdo do nazismo, conforme exemplifica Abib (2009). Denuncia-se, também, que as teorias psicológicas representam forma de adestramento da conduta moral dos indivíduos, servindo aos interesses das classes dominante e, conseqüentemente, do capital, conforme afirma Politzer (1998).

O estudo da natureza humana foi realizado desde a Antiguidade por vários pensadores, filósofos e teólogos. Porém, esses estudos confundiam-se com a Filosofia. Sócrates, Platão e Aristóteles foram os precursores da investigação da alma humana. Em um panorama geral, os estudos relativos à alma (*psique*) tiveram sua origem viabilizada pelo pensamento de Aristóteles até o século XVII. Os estudos relativos à *psique* encontravam-se divididos em Metafísica, a Lógica e a Física, segundo Mariguela (1995).

Foi a partir do século XVIII que a psicologia passa a ser compreendida como

ciência da subjetividade, ainda segundo Mariguela (1995), uma vez que para um estudo se estruturar como ciência natural precisava tratar os dados sensoriais como realidades materiais, ganhando posteriormente o *status* de ciência do eu.

Através dos escritos de Foucault, mais à frente, questões como a diferenciação da patologia mental e orgânica e a busca da linguagem para dar sentido ao que ocorre no corpo e na alma serão amplamente discutidos. Dados importantes e incorporados pelos estudiosos durante os séculos XIX e XX serão fortemente utilizados por Freud na criação do método da associação livre (cura pela fala).

A questão da subjetividade vai permear os interesses do homem moderno que vai se constituir como ser da linguagem do trabalho e também como fruto de suas relações com o outro. Neste sentido é pontual o pensamento de Foucault apud Mariguela (1995), de que o homem até o século XIX não existia como ser pensado, mas somente como ser pensante e, portanto, é uma invenção, transformando-se em objeto pensado do próprio sujeito.

Com o advento da psicanálise como teoria do inconsciente, Freud (1900) lança um novo rumo aos estudos das ciências humanas, agora primados por uma análise interpretativa, não mais representativa. A humanidade é marcada por outra grande ferida narcísica³, que é a descoberta do inconsciente.

Segundo Freud, há três grandes feridas narcísicas na cultura ocidental; a ferida imposta por Copérnico; a feita por Darwin, quando descobriu que o homem descendia do macaco; e a ferida ocasionada por Freud quando ele mesmo, por sua vez, descobriu que a consciência nasce da inconsciência. (FOUCAULT, 1997, p. 17).

Vale pontuar que segundo discutido por Silva (2001), há grandes críticas de Foucault à psicanálise, principalmente na concepção edipiana de sujeito construída por Freud, mas também há possibilidade de interlocução.

Conforme apontado por Mariguela (1995), a teoria freudiana fez um corte epistemológico no estudo da história da cultura ocidental quando rompe com a identidade entre o psíquico e o consciente, mas não rompe com os ideais de cientificidade de sua teoria, aproximando-se do modelo positivista da época. Porém Mariguela (1995) aponta para o argumento de Foucault que considera que “a psicanálise é pensada dentro de um

³ Freud escreve sobre as feridas narcísicas no texto: Uma dificuldade no caminho da Psicanálise de 1917. Os três golpes ao narcisismo humano são também descritos no fim da Conferência XVIII das Conferências Introdutórias (1916-17), mais ou menos na mesma época em que o artigo foi escrito.

contexto das ciências humanas como uma contra-ciência”, por meio da “discursividade” de sua obra.

Na questão da psicologia como profissão no Brasil, Pereira; Pereira Neto (2003) apresentam uma análise histórica, de apreciação sociológica com foco no processo de organização profissional. Essa análise destaca o conceito de profissionalização como base para construir a história da profissão de psicólogo no Brasil, que pode ser dividida em período pré-profissional (durante o século XIX, quando não havia ainda a profissão) e período de profissionalização (1890/1906 e 1975, quando dos movimentos de regulamentação da profissão).

A partir das regulamentações formais, promovida pela lei federal nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, e da criação do código de ética (1975), principalmente, é que a psicologia passou a produzir conhecimento específico e a ser detentora de um mercado de trabalho, ainda que partilhado com a medicina e a educação, conforme apontam Pereira; Pereira Neto (2003).

2.1 Psicologia e a Psicanálise: sofrimentos psíquicos de trabalhadores

Apesar de, por consenso entre os historiadores, o surgimento da ciência psicológica ser datado a partir do século XIX, em seu texto sobre o múltiplo surgimento da psicologia, Ferreira (2006) traz dado importante para a discussão sobre a origem da psicologia: a psicologia pôde se constituir como ciência pois o homem já estava em uma busca ancestral por um conhecimento de si, mas com a evolução do pensamento do conhecimento ocidental foi possível uma regulamentação da psicologia como ciência a partir do século XIX.

Ainda para Ferreira (2006), a psicologia, em sua estruturação inicial, configurou-se nos planos interno e externo de uma forma fragmentada. Se, por um lado, era necessário conhecimento da interioridade do homem, de si, de um olhar para dentro, ocasionado por transformações intelectuais e/ou metodológicas (abordagem internalista), por outro lado, houve grandes transformações econômicas, políticas, sociais e culturais no decorrer da história (abordagem externalista).

Essas duas visões são importantes na constituição do solo psicológico como uma ciência de um saber e também de uma prática específica, e entra aqui a discussão da subjetividade, da busca do “eu”.

Na antiguidade, o pensamento estava focado nas questões existenciais. Nesse

momento, a experiência de busca interior do homem não fazia parte da “existência dos indivíduos”, conforme aponta Ferreira (2006). Não era uma busca por um eu íntimo e universal, mas uma busca por uma verdade, uma essência. “Há, enfim, entre os gregos uma interioridade, mas esta não é individualizada, reflexiva, ancorada em um eu” (FERREIRA, 2006, p. 16).

No Dicionário de Filosofia (Mora, 1994), o termo “existência” é explicado em seus vários sentidos ao longo do tempo. Esses sentidos são dados por vários filósofos, os quais atribuíram conotações diversas ao termo, tornando seu entendimento mais complexo. Logo de início, no dicionário a existência é equiparável à realidade, pois está na coisa (*in re*) e pode referir-se a qualquer entidade real ou ideal.

O interesse pelo tema da existência surgiu basicamente com Platão. Para o filósofo, o que existia era o mundo das ideias. Com Aristóteles, a existência é entendida como entidade, substância, como uma propriedade. “A existência é a substância primeira, na medida em que é aquilo de que pode dizer-se algo e é aquilo ‘onde’ residem as propriedades” (MORA, 1994, p. 254). Para esses filósofos é inquestionável que o homem possua uma essência que o diferencie de outros seres. Assim, a relação entre os conceitos de “existência” e “essência” passaram a ser importantes. A categoria ontológica da noção de existência foi discutida por vários filósofos, inclusive Kant, que defende que o entendimento de que o ser, que pode ser entendido como “existir”, não pode ser comparado a outros predicados.

Para Ferreira (2006), a constituição de si conforme conhecemos na atualidade, tem início a partir da era cristã (século II d. C.). O homem precisava conhecer sua própria alma para estar mais próximo de Deus. Dessa forma, a busca pela interioridade passou a ser valorizada.

No período moderno há uma inversão da finalidade da busca: o homem não procura mais conhecer a si para encontrar um Deus, mas para afirmar-se como indivíduo que tem livre-arbítrio, indo de encontro à formação de uma individualidade.

Na passagem para o cuidado de si moderno há, pois, uma mudança de finalidade: não se busca mais uma purificação da alma para atingir Deus, mas uma pura afirmação de si. E também, o exame de si, outrora exercido através de instrumentos religiosos e jurídicos (como a confissão), cede aos aparatos científicos modernos (a anamnese, a entrevista clínica, os testes mentais). Portanto, mudam igualmente as técnicas desse novo cuidado de si. (FERREIRA, 2006, p. 16).

Além da questão da religião, Ferreira (2006) apresenta as questões da sexualidade como marco transformador para a inversão de finalidade. Foucault (1988), nesse contexto, discute sobre a questão do sexo, apontando como fator discursivo global a colocação do sexo em discurso e destaca que por volta do século XVIII o discurso sobre o sexo foi instaurado por meio da racionalidade. O Estado passa a tratar o sexo como dado (natalidade, mortalidade, *habitat* etc): a maneira como cada indivíduo usa o sexo converge para dados numéricos.

Tais aspectos trazem à reflexão o discurso de poder em que a sexualidade está diretamente acoplada, e que preconiza de forma direta ou indireta o *modus* de vida burguês-capitalista-moderno que presenciamos até hoje. “Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram” (FOUCAULT, 1988, p. 28).

Também contribuindo para a discussão da formação da subjetividade, Ferreira (2006) destaca a cisão entre os planos do público e do privado a partir da formação dos estados modernos. Com a formação dos estados modernos, o estado passou a ter poder sobre os indivíduos – não mais a igreja –, e passa também a conduzir normas e condutas de comportamento as quais deverão ser seguidos pelos indivíduos. Criam-se novas formas de representações sociais e individuais.

Com essas grandes mudanças na sociedade e no homem, mudanças de forma tão ampliada, o processo de constituição de um plano interno de subjetividade é afetado sobremaneira, possibilitando a abertura de um campo fértil para o desenvolvimento do saber psicológico.

O conhecimento adquirido por meio da ciência passou a ser o cerne da busca pela verdade para o homem, frente a inúmeras incertezas. Destacam-se os filósofos racionalistas como Descartes e os empiristas Locke e Hume e ainda as teorias Kantianas como exemplo disso.

Pode-se falar do RACIONALISMO em três sentidos: psicológico (advogando a superioridade do pensamento sobre os estados afetivos); metafísico (afirmando a inteligibilidade da realidade); e gnosiológico (referente à teoria do conhecimento, em que a fonte dos nossos saberes seria oriunda da razão, e não dos sentidos). É neste sentido último que se constitui o racionalismo moderno de René Descartes e Gottfried Leibniz.

O EMPIRISMO em suas diversas manifestações comporta um componente psicológico (a suposição de que todo o nosso conhecimento provém dos sentidos) e um gnosiológico (a afirmação de

que só o conhecimento empírico é válido). Estes elementos estão presentes no empirismo moderno de John Locke, Georges Berkeley e David Hume, constituindo a principal corrente antagônica ao racionalismo gnosiológico. (FERREIRA, 2006, p. 19).

No importante texto “O discurso do método”, Descartes discorre de uma forma simples, ao modo de uma autobiografia narrativa, seus pensamentos, reflexões, objetivos. O filósofo francês não visa impor uma doutrina; declara sua intenção de expor sua insatisfação e os caminhos que percorreu para solucionar seus questionamentos. Para isso, conta a história de sua vida pessoal, da metafísica, da física e do método científico. Descartes deseja mostrar o método que escolheu. Sua exposição não é um modelo, mas uma autobiografia intelectual: uma narrativa de eventos passados em que um indivíduo relata sua reforma nos hábitos de racionalizar e perceber o universo físico (DESCARTES, 1987).

Descartes parece estar descontente com os filósofos e com a forma de adquirir conhecimento. Faz duras críticas neste sentido, buscava, na verdade, provar a existência de Deus por meio da ciência e por meio da razão. Para isso, tinha em mente utilizar seu método pessoal, criado por ele mesmo, um método bem rigoroso para se alcançar a verdade.

Descartes (1987) quando começou seu empreendimento, não descartou todas as opiniões, o que seria inviável. Para tanto, postulou uma “moral provisória”, que constituía em: a) obedecer às leis e costumes do país. E partindo das opiniões dos mais sensatos, retirando todo o excesso e prestando mais atenção na prática do que na fala deles. b) ser firme nas decisões e assumir uma decisão dentre todas, não andar em círculos; c) conhecer os próprios limites e controlar os próprios pensamentos.

Seu método final dividia-se em quatro etapas: 1) não aceitar a verdade como absoluta sem antes passar pela razão; 2) dividir os problemas complexos em partes menores; 3) ordenar as soluções e conclusões; 4) fazer revisões e autocríticas tantas quantas fossem necessárias.

A evidência da própria existência o “penso, logo existo” traz uma primeira certeza. A razão seria a única coisa verdadeira da qual se deveria partir para alcançar o conhecimento, segundo Descartes (1987). Para garantir que a razão não se deixa enganar pela realidade, tomando como evidência o que poderia, de fato, não passar de um erro de pensamento ou ilusão dos sentidos, Descartes formula sua segunda certeza: a existência

de Deus. Entre outras provas, usa a ideia de Deus como o ser perfeito. A noção de perfeição não poderia nascer de um ser imperfeito como o homem, mas de outro ser perfeito.

Descartes (1987) instaura um método para alcançar a sabedoria possível, a fim de engendrar um conhecimento seguro e indubitável. É esse pensador que encontra no processo à própria subjetividade o pilar para a implantação das novas certezas indubitáveis, e o palco para que se possa distinguir a verdade do erro. Descartes inaugura um novo pensamento ocidental.

Segundo Ferreira (2006), no entanto, foi com o pensamento Kantiano que se trouxe à luz uma nova formulação de nossa subjetividade que, ao pensar a matéria do conhecimento em novos fundamentos, supõe-no como uma fusão *a priori* entre as formas e categorias do “sujeito transcendental” (nossa razão) e do “diverso sensível” (nossa experiência).

O Sujeito Transcendental para Kant não se refere a um indivíduo, ou uma parte substancial deste. Ele é chamado de transcendental, não porque possua qualquer componente místico, mas porque é a condição necessária para qualquer conhecimento. E quais são estas condições? As formas *a priori* que permitem a experiência dos objetos no espaço e no tempo, e as categorias *a priori*, que permitem a reflexão destes objetos a partir de noções como substância, causalidade, qualidade, quantidade entre outras. (FERREIRA, 2006, p. 21).

Segundo Chauí (2000), a separação Kantiana entre entendimento e razão foi interpretada como uma separação entre sujeito e mundo, entre os seres humanos e a natureza, entre espírito e natureza, entre cultura e natureza. Tal reconciliação foi proposta por Hegel por meio da dialética como única maneira de alcançar a realidade e a verdade enquanto movimento de contradição.

O século XIX foi fortemente marcado pelo modelo biológico de explicação do funcionamento do homem e de seu psiquismo principalmente pela psicologia, na desenfreada busca pela construção de uma ciência da razão, convertendo o psiquismo em fato.

Dessa forma, todas as ciências ditas humanas terão o homem como objeto de estudo. Entretanto, o saber psicológico como ciência só surgiu no século XIX, a partir de um discurso sobre o entendimento do homem (mais especificamente, sobre sua subjetividade, que contempla entendimentos a respeito da mente, do psiquismo, das

emoções, do desejo, do inconsciente, da consciência, da identidade, entre outras instâncias psicológicas), em que o sujeito moderno passa a buscar um entendimento de si, em uma dimensão de uma existência subjetiva.

Não é que essa procura pelo conhecimento de si não existia anteriormente, mas estava centrada nas instâncias filosóficas, como anteriormente apresentado. É como se a psicologia pudesse encontrar nessa sua criação no século XIX os ecos de um saber e de uma curiosidade bem anteriores. A sociedade moderna trouxe novas dimensões de percepções subjetivas para os indivíduos e, com isso, o saber psicológico se fez necessário nessa procura pelo conhecimento de si. A história da humanidade esta, então, centrada na primazia de atenção ao sujeito, na individualidade, no humanismo e com o fim da hegemonia do pensamento mágico e religioso.

Existe um corte entre a episteme antiga e a ciência moderna, que consiste na passagem do mundo do mais ou menos para o Universo da precisão. (...) A ciência moderna é solidária à formulação de uma teoria do sujeito, destituído de qualidades empíricas, e fundamento desta. (LIMA, 2011, p. 227-228).

Vale destacar, afirmam Brožek; Massimi; Campos (2008) que a psicologia científica não surgiu como resultado do casamento poligâmico entre Filosofia, Física, Biologia e Fisiologia, mas se origina de pessoas: homens específicos que construíram uma história, cientistas que utilizaram o método científico na construção de um saber próprio, o saber psicológico.

Sob o rótulo de História da Psicologia, instauram-se, então, dois domínios distintos – o da História da Psicologia Científica e o da História das Ideias Psicológicas, que visa ao estudo da visão de mundo de uma determinada cultura. A partir daí, várias psicologias foram surgindo. Psicopatologias, psicologias da infância e do desenvolvimento, psicologias do trabalho etc., com seus distintos enfoques e abordagens diversas, com objetos de estudos variados, e mostrando uma amplitude de investigação com a qual a psicologia como ciência se deparava.

Neste contexto, o reconhecimento da infância como etapa importante da vida, altamente valorizada e *sui generis* na construção da idade adulta, representa um importante passo no processo de individuação contemporânea. Surgem as escolas, as creches, os internatos, as instituições coercitivas, as famílias nucleares e uma maior intervenção do estado na vida das pessoas.

Com o advento da industrialização, a psicologia é convocada a atender variadas demandas em hospitais, escolas, asilos, presídios e fábricas, no intuito de resolver questões relacionadas à delinquência, doentes mentais, crianças desajustadas e trabalhadores incômodos.

A constituição da loucura como doença mental também é fundamental nessa discussão, pois com o advento da medicina, houve o enclausuramento do louco no saber médico, o desenvolvimento da psicopatologia e psiquiatria, e, posteriormente, da medicamentação como terapêutica. Aqui passa a se discutir o que é normal e o que é patológico (relação saúde/doença). “Estar doente significa ser nocivo, ou indesejável, ou socialmente desvalorizado etc. Inversamente, o que é desejado na saúde é evidente do ponto de vista fisiológico, e isso dá ao conceito de doença física um sentido relativamente estável” (CANGUILHEM, 2009, p. 46-47).

Todas essas concepções ainda estão enraizadas nas questões racionais, mas no início do século XIX a psicologia passa a sofrer forte influência darwinista, segundo Ferreira (2006), promovendo uma maior adaptação dos indivíduos ao seu ambiente, inclusive com ao meio social, e a loucura não se define mais como falta de razão, mas como desvio da natureza humana. Na Alemanha (Leipzig), com Wundt (1832-1920), pela primeira vez (em 1879) um laboratório é construído com o objetivo de estudar a subjetividade no contexto de uma formação universitária.

É nesse cenário que surge a psicanálise e a teoria do inconsciente, idealizada por Sigmund Freud (1856-1939). O termo “psicanálise” é usado para se referir a uma teoria, a um método científico de investigação e é entendido como uma prática profissional.

Como herdeiro das influências positivistas de sua época, Freud tentou criar uma teoria que conseguisse explicar de forma racional o que era irracional, e para isso utilizou o método interpretativo. Ao tentar interpretar o lado obscuro e irracional da mente, a loucura humana, Freud descobriu o inconsciente e revelou a loucura do homem.

O objetivo de Freud era a cura de pacientes histéricos, inicialmente, dos tratamentos de pacientes com sintomas que não encontravam resposta em causas orgânicas exclusivas, em pacientes que a medicina tradicional não dava resposta, não encontrava explicação racional.

Entretanto, na medida em que Freud foi se aprofundando em seus estudos sobre a histeria, pôde perceber que, ao se lembrarem dos traumas vividos na infância, as pacientes tinham muita dificuldade de recordar e associar estas lembranças, e que existiam barreiras

inconscientes funcionando como resistências automáticas.

Segundo Zimerman (1999), tal fato constituiu uma ruptura epistemológica, na medida em que novas e desconhecidas “cogitações metapsicológicas” foram surgindo, apresentando uma nova ciência: a psicanálise, com seus pressupostos teóricos próprios.

A partir daí, o conflito psíquico passou a ser concebido como resultante do embate entre as forças instintivas e as repressoras, sendo que os sintomas se constituíram como sendo a representação simbólica deste conflito inconsciente. Esta concepção inaugura a psicanálise como uma nova ciência, com referências teórico-técnicas próprios, específicos e consistentes. (ZIMERMAN, 1999, p. 23).

Sobre a ruptura epistemológica:

No quadro da *epistémè* biológica que se abriu a partir do século XIX, Freud sustentou a hipótese do inconsciente e do recalçamento para explicar a causalidade dos sintomas neuróticos no avesso do vetor das ciências humanas que, por meio da Psicologia e de uma metodologia clínica em ascensão na psiquiatria, deixou-se submeter ao modelo biológico por acreditar que só assim era possível fundar uma ciência da razão. (LIMA, 2011, p. 229).

Dessa forma, Freud representou a intersecção do período positivista de sua época, no qual estava imerso, com o outro momento de criação de novas conjecturas teóricas, que rompiam com a forma de analisar o psiquismo, abrindo espaço para novas formas de pensar o humano.

Assim, é dentro de um contexto de numerosas mudanças científicas e de transformações nos padrões de visão de mundo que a psicanálise surge, trazendo consigo o deslocamento do registro do psiquismo centrado no eu para o Inconsciente, subvertendo o domínio da consciência de si para o desconhecimento de si. A Psicanálise arremete o indivíduo, segundo Birman (1997), à condição originária do desamparo.

Com o advento da psicanálise, mudam a perspectiva, a forma de interpretação do mundo, da vida, das pessoas e das relações humanas. Assim, a psicanálise apresenta-se como uma das feridas narcísicas impostas à humanidade, tamanha a sua importância, afirma Birman (1997), na medida em que traz ao homem toda a “humilhação” sobre sua miséria; não há mais uma superioridade do homem sobre o universo, tão pouco o controle total do eu sobre si mesmo.

Quanto ao entendimento das chamadas feridas narcísicas, Freud (1917), descreve como o narcisismo universal do homem sofreu três grandes golpes por parte das pesquisas

científicas. Primeiro com Copérnico no século XVI, retirando a terra do centro do universo. Depois com Charles Darwin, colocando fim a pretensão de superioridade do homem sobre todos os animais, o chamado “golpe *biológico* ao narcisismo do homem”, (p.150). E por fim a terceira ferida narcísica, ou golpe psicológico, considerado por Freud (1917b), como o que mais fere, “o homem sente-se superior dentro da sua própria mente” (p. 150). Surge então a ideia da existência de um inconsciente, há em nós algo que não temos consciência, os processos mentais são inconscientes e portanto pouco conhecidos pelo ego.

[...] *o ego não é o senhor da sua própria casa*. Juntas, representam o terceiro golpe no amor próprio do homem, o que posso chamar de golpe *psicológico*. Não é de espantar, então, que o ego não veja com bons olhos a psicanálise e se recuse obstinadamente a acreditar nela. (FREUD, 1917. p. 153)

Com a mudança de perspectiva sobre a forma de perceber e interpretar as relações humanas, transforma-se também a maneira de sentir, os conceitos de saúde e doença, o entendimento de o que é normal ou patológico, ou seja: há uma mudança no discurso clínico da doença, que se expressa por meio de sintomas. Dessa forma, o que se entende sobre o sofrimento humano, bem como a cura, a doença e a saúde, sofreu inúmeras transformações – longe, vale dizer, de estabelecer-se consensos.

Considerando esse percurso, uma definição de saúde que nos interessa refere-se mais a uma sintetização epistemológica canguilhemiana⁴, que considera a saúde não mais vinculada a questões fisiológicas exclusivas, categorizadas por meio de imposições de uma normatividade social à vida, mas partir da ideia de organismos que possuem uma linguagem própria, individual e subjetiva, a qual merece ser ouvida. Sendo uma condição de existência, capaz de uma reação para conseguir sair do patológico, a saúde seria como a “[...] vida no silêncio dos órgãos que, por conseguinte, o normal biológico só é revelado, por infrações à norma, e que não há consciência concreta ou científica da vida, a não ser pela doença” (CANGUILHEM, 2009, p. 45).

Tais considerações mostram que a doença existe como uma norma estabelecida por certa gramática de saúde organizada pelo saber científico e médico, historicamente

⁴ Georges Canguilhem (Castelnaudary, 4 de junho de 1904 - Marly-le-Roi, 11 de setembro de 1995) foi um filósofo e médico francês. Especialista em epistemologia e história da ciência, publicou obras importantes sobre a constituição da biologia como ciência, sobre medicina, psicologia, ideologias científicas e ética.

construído pela burguesia e determinante do *modus* da *práxis* da clínica. Na verdade, tal norma define se o indivíduo é saudável ou não. “É, portanto, para além do corpo que é preciso olhar, para julgar o que é normal ou patológico para esse mesmo corpo” (CANGUILHEM, 2009, p. 79) e para o indivíduo.

Para o mesmo autor, a saúde é, antes de mais nada, uma forma de tratar a existência como algo passível de ser superado por si mesmo, capaz de criação de valor, instaurador de normas vitais, uma possibilidade de ir além da norma que define o normal momentâneo e suportar infrações a normas habituais, abrindo-se ao novo. Ter saúde seria constituir organismo capaz de “adaptar-se” a possíveis divergências – enfrentar uma doença, por exemplo; caso contrário, poderia ser criada uma patologia da saúde perfeita. Essa patologia estaria relacionado à estagnação, à incapacidade de mudança e à obediência cega a normas pré-estabelecidas.

[...] O homem sadio não foge diante dos problemas causados pelas alterações – às vezes súbitas – de seus hábitos, mesmo em termos fisiológicos; ele mede sua saúde pela capacidade de superar as crises orgânicas para instaurar uma nova ordem.

O homem só se sente em boa saúde – que é, precisamente, a saúde – quando se sente mais do que normal, isto é, não apenas adaptado ao meio e às suas exigências, mas, também, normativo, capaz de seguir novas normas de vida. (CANGUILHEM, 2009, p. 79).

Neste contexto, o conceito de saúde torna-se mais filosófico, individual e subjetivo e a questão do sofrimento do indivíduo poderia também ser vista levando em conta a exigência de uma normatividade social, uma vez que há uma normatividade na vida como um todo, nos eventos da vida e esta varia conforme a cultura.

É na relação com os outros homens que ocorre a possibilidade de assimilação das interdições de forma a ser possível adentrar o mundo normativo e simbólico e preparar-se para o novo, para novas relações. Todavia, tal momento pode acontecer cercado de muitos conflitos e sofrimentos, podendo incidir no adoecimento do indivíduo caso o indivíduo não consiga ser normativo. Se é que o homem, em seu contexto geral, percebe-se saudável ao ser considerado normativo, capaz de retomar suas atividades interrompidas, ou mesmo participar de decisões que favoreçam seu bem-estar e proteção no trabalho, uma vez que saúde é vida nas relações sociais também. O contrário pode ser desastroso.

Essa discussão foge obviamente do conceito de saúde difundido pela Organização

Mundial de Saúde (OMS)⁵, que define saúde não apenas como a ausência de doença, mas como situação de perfeito bem-estar físico, mental e social dos indivíduos. Esse conceito é utópico e ultrapassado, pois faz uma separação entre o físico, o psíquico e o social, o que parece demonstrar certa dificuldade histórica de estabelecer padrões conceituais satisfatórios sobre o tema que leve em consideração as interações sociais, econômicas, políticas e culturais na abordagem das relações do homem com sua saúde/doença e sofrimento, bem-estar e felicidade.

Seria impossível encontrar alguém que se enquadrasse nesse conceito de saúde, uma vez que vivemos em uma sociedade capitalista que tem como modo de produção a exploração sem limites do homem pelo próprio homem. Uma sociedade inescrupulosa em que a maximização da produtividade permanece como objetivo central, sempre. O que percebemos é justamente o contrário: a sociedade moderna está cada vez mais adoecida e problemática. Os sujeitos estão constantemente vivenciando tipos diversos de doenças físicas e mentais, sofrimentos de variadas ordens, depressões e uso de altas doses de medicamentos psiquiátricos na tentativa de contenção da loucura, dentre outras situações.

A teoria freudiana revelou que a felicidade seria impossível ao homem social, uma vez que, tornando-se civilizado, o sujeito abre mão de uma parcela de sua liberdade pulsional para viver sob uma normatividade, inscrito em uma cultura com regras de convivência. Tal normatividade poderia dar ao homem mais segurança e condição de sobrevivência. No entanto, a renúncia terá sempre um preço: o sentimento de mal-estar do qual ninguém consegue escapar. E na tentativa de alívio desse sentimento, cria-se oportunidade para que emergja a neurose, a psicose ou o comportamento antissocial e ainda as doenças somáticas.

Para Freud (1927-1931), o sentimento de felicidade está limitado à própria constituição psíquica do homem, que encontra prazer intenso no contraste, baseado no programa do princípio do prazer. Assim, a felicidade é uma manifestação episódica e provém da satisfação repentina apenas, e não de algo prolongado.

Dessa forma, o sofrimento é algo frequentemente ameaçador e acompanha o homem em, pelo menos, três direções: no próprio corpo, condenado à declinação e à ruína; no mundo externo, que é imprevisível e possui enorme potencial de destruição; por

⁵ A Organização Mundial da Saúde (OMS) é uma agência especializada das Nações Unidas que tem como foco lidar com questões relativas à saúde global. Este conceito de saúde se refere a Constituição da Organização de Saúde de 1946.

fim, nas questões relacionais entre os homens. Esta questão última foi considerada por Freud (1927-1931) como possivelmente a fonte de sofrimento mais penosa.

Sendo as relações humanas geradoras de sofrimentos mais penosos, é possível reconhecer que nos ambientes laborais as dificuldades relacionais sejam potencializadas. Qualquer pessoa pode talvez dar um relato de uma experiência penosa e desestruturante em relações com colegas ou chefe de trabalho; muitos podem dizer que é com certeza mais difícil relacionar-se bem com as pessoas do que executar a tarefa para a qual foi contratado.

A respeito disso disseminou-se o conceito de inteligência emocional, desenvolvido por Golemn (2001), psicólogo PhD pela universidade de Harvard, pesquisador que apresenta teoria do controle das emoções como fator essencial para o desenvolvimento da inteligência do indivíduo. Muitas outras teorias foram aperfeiçoadas nesse sentido, procurando direcionar o homem moderno no entendimento de suas emoções e alcance do sucesso e felicidade em suas vidas.

Caberia acrescentar, o estilo e ritmo de vida modernos têm revelado todo o aparato de complexidade que é o indivíduo contemporâneo – seja por meio da cultura ou principalmente por meio das organizações de trabalho, nas quais são observados imensuráveis impactos da natureza do trabalho na sociedade atual sobre os sujeitos. Esses impactos são geradores de prazer e sofrimento, podendo tornar o indivíduo adoecido como um todo. Os sofrimentos psíquicos dos trabalhadores são exemplos de como os indivíduos podem ser afetados pelos tipos de organizações de trabalho (DEJOURS, 2015), que desenvolvem ações meramente repetitivas ou exaustivas, fatigantes ou entediadas (muitas vezes sem sentido algum para o sujeito que a realiza), ou ainda atividades escravizantes e sem perspectiva. Os fatores afetivos, bem como as relações interpessoais e gerenciais nos ambientes laborais podem contribuir para sofrimentos silenciosos e para redução da qualidade de vida, evoluindo até adoecimentos físicos e psíquicos.

Dados da ([WHO] WORLD HEALTH ORGANIZATION) de 2010, identificam que ambientes de trabalho negativos interferem sobremaneira nos adoecimentos dos indivíduos, podendo levar a problemas físicos e psicológicos importantes.

2.2 Algumas contribuições da Psicanálise ao **significante⁶** trabalho e as críticas de Erich Fromm à teoria freudiana

As contribuições da psicanálise para o tema do trabalho são bastante significativas. Freud (1929), no esclarecedor “O mal-estar na civilização”, demonstra como a sociedade moderna vai lidar com as questões do desamparo humano e com o preço da convivência em sociedade. O homem, ao se tornar civilizado, abre mão da realização de sua satisfação libidinal e agressiva para conviver e ser aceito em sociedade.

Assim, o trabalho seria uma das formas encontradas pelo caminho psíquico da pulsão para encontrar a satisfação libidinal. O trabalho seria como uma resposta sublimatória ao desamparo, ou seja: uma forma de dar vazão como forma saudável, evitando um possível adoecimento. Ou melhor, seria como uma válvula de escape às pulsões inibidas.

Desta forma, Freud preconiza a importância do trabalho na saúde psíquica do homem. É evidente que, para ocorrer tal processo, o trabalho tem que ser prazeroso e não penoso. Há um contraste entre a dor e a satisfação de uma necessidade, descrito por Freud (1920) em “Além do princípio do prazer”. Nosso aparelho psíquico tende a buscar uma condição de equilíbrio – ou pela busca do prazer, ou pela busca da evitação do desprazer.

Portanto, a busca pela felicidade ocorre, para Freud, na busca pela satisfação de uma necessidade represada. Por outro lado, psiquismo e civilização estão constituídos de tal forma que tornam a meta da felicidade inalcançável.

Assim, nossas possibilidades de felicidade sempre são restringidas por nossa própria constituição. Já a infelicidade é muito menos difícil de experimentar. O sofrimento nos ameaça a partir de três direções: de nosso próprio corpo, condenado à decadência e à dissolução, e que nem mesmo pode dispensar o sofrimento e a ansiedade como sinais de advertência; do mundo externo, que pode voltar-se contra nós com forças de destruição esmagadoras e impiedosas; e, finalmente, de nossos relacionamentos com os outros homens. (FREUD, 1927-1931 p. 84-85).

⁶ Termo introduzido por Ferdinand de Saussure (1857-1913), no quadro de sua teoria estrutural da língua, para designar a parte do signo linguístico que remete à representação psíquica do som (ou imagem acústica), em oposição à outra parte, ou significado, que remete ao conceito. Retomado por Jacques Lacan como um conceito central em seu sistema de pensamento, o significante transformou-se, em psicanálise, no elemento significativo do discurso (consciente ou inconsciente) que determina os atos, as palavras e o destino do sujeito*, à sua revelia e à maneira de uma nomeação simbólica.

Pode-se entender que quando não há possibilidade de liberação das tensões libidinais pela válvula de escape do trabalho ou pela arte (cultura), um mal estar no trabalho – e, conseqüentemente, na vida do indivíduo – é provocado. Talvez isso seja decorrente dos tipos de estruturas normativas e reguladoras das organizações de trabalho e da sociedade capitalista⁷, que, muitas vezes, gera colapsos psíquicos e infelicidade, na medida em que a realidade se torna frustrante.

Fica ressaltada na obra freudiana a importância do trabalho como condição de vínculo saudável do indivíduo com a realidade e com a família, na questão das gratificações amorosas. Para Freud (1920), trabalhar e amar são as duas principais fontes libidinais.

Em uma análise mais ampla, Birman (2014) ressalta que o conceito de civilização para Freud refere-se ao discurso civilizatório disseminado pela ciência e pela industrialização da era moderna. E o mal-estar da civilização é, na verdade, uma crítica à sociedade ocidental moderna do século XIX.

Dessa forma, a psicanálise seria um tipo de saber próprio da constituição da sociedade moderna, em que se criticam as contradições e impasses como as repressões sexuais e os estilos de vida e padrões burgueses, denunciando-se o adoecimento mental como resultado desses impasses.

Ainda para Birman (2014, p. 39), o discurso freudiano “[...] posicionou a figura do desamparo no fundamento do sujeito”. Agora o homem da modernidade está marcado pela complexidade e vazio existencial provocados pela ausência de um Deus protetor, pela constatação de uma finitude atroz, pelo imprevisível de si mesmo, tornando o desamparo o que institui o mal-estar moderno: “[...] os homens são frágeis, finitos e mortais que eles precisam criar todos os artifícios para o tamponamento daquelas marcas que se materializam com os ouropéis da vanidade, da suposta autossuficiência e da onipotência”. (BIRMAN, 2014, p. 39).

Dessa forma, o sofrimento do sujeito passa a ser inerente à sua própria constituição psíquica e, mais ainda, influenciado pelo sistema socioeconômico vigente. Para cada época há um tipo de sofrimento; ambos estão interligados, e a subjetividade está constitutivamente desamparada no indivíduo moderno. O reconhecimento de sujeito para a psicanálise – pelo menos para Freud e Lacan, segundo Žižek (2012) –, perpassa as esferas individuais e sociais, em que emerge o sujeito como terceiro nas relações. Não há

⁷Teoria defendida pela psicodinâmica do trabalho, por meio de Dejours.

possibilidade de o indivíduo ser analisado fora de seu contexto social, uma vez que o homem é um ser social que se comunica pela linguagem, ou melhor: o homem é um ser de linguagem e para Lacan (2008), o inconsciente é disposto como linguagem.

Talvez possamos pensar que uma grande contribuição da psicanálise para o significativo trabalho esteja alojada no sentido de trabalho do inconsciente ou trabalho interno, realizado também pelo indivíduo em análise na clínica psicanalítica, especificamente. Ou melhor, está na transformação criativa, inventiva, que há na potência do sujeito de seu encontro com sua própria verdade (verdade do desejo), quando inscrita em um sistema de sentido linguístico, mediado pela representação e pela linguagem.

Dessa forma, seria possível analisar a relação entre o sujeito e a dimensão sócio-simbólica a partir de uma compreensão psicanalítica a qual entende que indivíduo e cultura fazem parte de um mesmo processo, mas sem perspectivas de unificação, pois sempre haverá um resto não simbolizável, e é disto que se ocupa a psicanálise, procurando encontrar sentido no hiato do não sentido, nas lacunas das redes de significação que se notam nos corpos e histórias dos sujeitos. Ao idealizarmos topar com uma história individual e privada, de repente transpomos o social, as inúmeras cadeias coletivas das estruturas de significantes; e vice-versa.

O entendimento das relações entre o mundo interno e externo passa pela noção de fantasia na obra de Freud e Lacan, segundo Jorge (2010), uma vez que considera que os laços humanos são fantasísticos e delirantes e a cultura pode ser considerada como instituídas em laços fantasísticos muito singulares. Existe então uma oposição entre esses dois mundos: interno e externo, oposição que destina ao conceito de real e realidade, no qual estão inseridas as relações humanas, as relações do sujeito com o mundo externo, permeadas por frutíferas representações singulares. E tais representações existem para manter a homeostase psíquica, uma proteção do aparelho psíquico aos estímulos internos e externos.

Ainda segundo Jorge (2010), o desejo seria a falta tal qual e a fantasia seria o que sustenta essa falta radical, ao mesmo tempo em que aponta aparentemente para essa falta. “Há falta, diz o desejo. É isso que falta, diz a fantasia” (Jorge, 2010, p. 240). Sendo assim, cada sujeito mantém uma ligação com o mundo e com os outros por meio de uma fantasia particular e inconsciente, que mediatiza o encontro do sujeito com o real e constitui sua realidade psíquica. E a arte e a psicanálise são discursos que amparam o lugar da falta, conforme aponta Jorge (2010):

E acredito que há na cultura, hoje, dois discursos que sustentam esse lugar da falta e do desejo: um é milenar, a arte, discurso extremamente poderoso que tenta sustentar continuamente esse lugar do vazio e da falta. O outro é recente, tem pouco mais de um século de existência: é a psicanálise. (JORGE, 2010, p. 91).

No entanto, apesar das contribuições da psicanálise para um melhor entendimento da problemática do desamparo moderno, as teorias freudianas foram bastante questionadas pela célebre Escola de Frankfurt (ou Teoria Crítica), principalmente quanto à capacidade de entendimento do homem social, uma vez que pretendia fazer uma união teórica entre psicanálise e marxismo, na tentativa de explicar como as ideologias operaram nas massas, evidenciadas por grandes acontecimentos históricos como a Revolução Russa (1917) e a ascensão de Hitler no poder da Alemanha (1933), segundo Assis (2011).

Quanto a essa questão, Viana (2010) lembra as críticas implacáveis de Fromm⁸ (um freudo-marxista) a Freud, na questão metodológica do materialismo burguês mecanicista, e ao biologismo. Fromm critica questões políticas como o conservadorismo, autoritarismo, patriarcalismo dentre outras.

A crítica metodológica é devida à própria formação de Freud, que foi educado em função do materialismo fisiológico-mecanicista de sua época, do materialismo burguês (diferente do materialismo de Marx) e do cientificismo. De um racionalismo obsessivo, com desdém completo pela realidade, produto de uma tradição iluminista. As interpretações freudianas estariam vinculadas principalmente a concepções restabelecidas de suas ideias.

Acrescentam-se críticas ao biologismo e pansexualismo de Freud, que buscava uma base fisiológica para sua teoria. O que parecia razoável, face à preocupação de Freud em tornar a psicanálise uma ciência. Ciência, na época, tinha por base o positivismo, tinha que seguir padrões científicos positivistas para ser aceita e acreditada.

Em contrapartida, Fromm apud Viana (2010), ressalta que Freud, desconsidera a amplitude do entendimento sobre os indivíduos por sustentar que os instintos sexuais são como força impulsionadora da ação do homem, uma vez que os aspectos sociais não foram devidamente considerados. A crítica política realizada por Fromm a Freud foi

⁸Erich Fromm foi um psicanalista alemão, filósofo e sociólogo. Foi um dos fundadores do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, que mais tarde se tornaria conhecida como Escola de Frankfurt.

muito extensa segundo Viana (2010), que destaca o caráter conservador, autoritário e patriarcal de Freud.

Zimerman (1999) esclarece que muitas conceituações propostas inicialmente por Freud foram esclarecidas e estão consensualmente compreendidas como equivocadas e desconsideradas no contexto psicanalítico atual. Citando alguns exemplos, têm-se o pansexualismo e a subestimação da mulher, considerada inferior e invejosa da condição masculina privilegiada provavelmente (decorrente do fato de tomar Viena como modelo único dos valores culturais da época). Outro equívoco seria uma forte ênfase na inveja do falo masculino e a indiferença lançada às teorias de Melaine Klein⁹ (1930), que foram e são de suma importância no entendimento da mente primitiva. No entanto, há também questões técnicas aparentemente superadas na teoria freudiana, mas que ganharam novos estudos e foram ressignificadas. Como o efeito terapêutico da catarse, que foi definido unicamente como lembrar o esquecido, mas que atualmente, devido aos avanços analíticos ganha lugar de destaque na teoria psicanalítica. A liberação do afeto ganha novas significações daquilo que está sendo recordado ao passar por uma nomeação utilizando a linguagem do que está aprisionado causador de doença e angústia, levando o indivíduo a novas significações internas.

Segundo Viana (2010), a percepção de ser humano de Fromm é ampla, na medida em que trouxe maior ênfase à questão social, mostrando como a sociedade é importante na composição do indivíduo, principalmente quanto ao universo psíquico deste. Assim, essa percepção contribuiu sobremaneira com a psicanálise. Fromm parte da ideia de natureza humana para somar aos pensamentos de Marx e Freud e elaborar sua própria concepção de psicanálise. Por isso considerado um freudo-marxista.

As críticas de Fromm sobre as teorias Freudianas foram e são importantes, principalmente para aqueles que querem ter uma visão crítica e ampliada do homem. São importantes por considerar limitações da psicanálise em suas avaliações costumeiras, contribuindo para ampliação das ideias e pesquisas e, principalmente, são importantes por demonstrar que existem limitações em qualquer ciência humana, não existem verdades absolutas e indiscutíveis sobre o psiquismo humano.

Viana (2010) ressalta a importância de Fromm como grande pensador moderno e grande crítico da sociedade capitalista e, ainda, as consequências do processo

⁹ Melaine Klein (1882-1960) Foi uma psicanalista Austríaca pós-Freudiana, pertencente a escola dos teóricos das relações objetais.

desumanizador provocado por esse sistema. Fromm procurou incorporar o psiquismo na análise das relações sociais, sendo, dessa forma, responsável por uma renovação da psicanálise, incluindo as relações sociais na busca da compreensão dos fenômenos psíquicos e contribuindo para novas perspectivas teóricas.

2.3 Embate entre Psicanálise e Marxismo: semelhanças, diferenças e contribuições destas ciências no campo do entendimento sobre o homem e suas relações

Durante o século XIX, duas grandes descobertas no campo das ciências humanas surpreenderam o mundo com seus achados e formas de interpretar a humanidade. São elas o Marxismo e a Psicanálise Freudiana. Tais ciências desestruturaram o universo cultural à sua época e trouxeram novos e frutíferos debates a respeito das relações humanas.

Faz-se necessário nesse texto, tentar fazer uma breve explanação a respeito dos embates que ocorrem em torno das discussões a respeito das semelhanças, diferenças e contribuições dessas ciências no campo do entendimento e explicação sobre o homem e suas relações.

Quem tratou com muita propriedade da questão acima foi o filósofo Louis Althusser, por meio principalmente de seus textos “Freud e Lacan” (1964) e “Marx e Freud” (1976), muito bem abordados na introdução crítico-histórica feita por Evangelista (2000). Nesses textos Althusser vai tratar de uma luta teórica em defesa de uma revisão da teoria de Marx e propor um anti-stalinismo, uma nova definição para a filosofia marxista, assim como Lacan o fez com a reinterpretação das obras de Freud. Um retorno ao pensamento original, na tentativa de desfazer equívocos.

Um desses equívocos, segundo Evangelista (2000), é o dilema de 1949: ou Marx, ou Freud. Nesta época, o Stalinismo¹⁰ estava em vigência e a psicanálise era muito criticada por ser uma ciência do individualismo e da manutenção dos ideais burgueses, uma ideologia reacionária por seu irracionalismo.

Ainda para Evangelista (2000), a psicanálise era uma ciência nova e trouxe uma revolução para o pensamento materialista, o reconhecimento de uma dialética da

¹⁰Stalinismo (português brasileiro) ou estalinismo (português europeu) designa o período em que o poder político na antiga União Soviética foi exercido por Josef Stalin.

psicanálise. Provoca um (re)começo do Materialismo Dialético (EVANGELISTA, 2000) por meio do retorno a Marx e às tradições marxistas.

Evangelista (2000), nos conta que Althusser era fascinado por Lacan, utilizando seu conceito de *superdeterminação*, que permite pensar que:

“o traço mais profundo da dialética marxista”, que permite distinguir essa dialética da hegeliana e, pois, finalmente, empreender, no nível teórico, um corte com o dogmatismo stalinista vem desse doutor explicitamente condenado pelos “marxistas de 48”, que enfrentara uma significativa cisão com a ortodoxia psicanalítica em 1953, e que, finalmente, nessa mesma época (1963), está sendo excomungado pela Sociedade Francesa de Psicanálise. (EVANGELISTA, 2000, p. 16).

No lado oposto desta discussão, em 1965 houve uma tendência de fundir os discursos de Freud e Marx em uma superciência capaz de explicar o homem em sua totalidade, uma epistemologia geral, que se tornaria uma ideologia totalitária. Isso foi totalmente afastado por meio do texto de Althusser, “Marx e Freud” (1976), em que puderam ser especificados os objetos de estudo da psicanálise (o inconsciente e seu funcionamento) e do marxismo (o indivíduo na sociedade de classes, produto de suas relações sociais).

Ainda para Evangelista (2000), outro equívoco desfeito por Althusser foi a questão do irracionalismo e individualismo do qual a psicanálise era acusada pelos marxistas. Na verdade, estes eram apenas aspectos fundamentais e integrantes da construção de uma nova ciência, condições essenciais de sua construção científica, pois o que vai definir uma ciência é o seu objeto de conhecimento e sua capacidade de se apropriar do real. Tal contribuição vai muito mais além, desmonta a ideia de um supersaber, de uma ciência única capaz de responder todas as questões sobre o ser humano. Existem várias ciências, vários saberes, cada qual com o seu objeto definido de estudo, e podendo ser complementares, por vezes.

Logo, tanto o Marxismo, quanto a Psicanálise são ciências, cada qual com seu objeto de conhecimento específico, não se referindo ao sujeito real, existente, mas ao sujeito como formas peculiares de apoderamento desse real. Evita-se, assim, o poder ideológico de escolas intelectuais, fundadas em falácias de saberes absolutos e verdades dogmáticas.

Para complementar, Foucault (1997) ressalta que Marx e Freud, ao lado de Nietzsche, trouxeram para a humanidade técnicas diferentes de interpretação da realidade, do mundo, do indivíduo. Houve uma mudança na natureza do símbolo e na forma de sua interpretação.

A interpretação da obra Freudiana por Marcuse apud Pisani (2004) considera que a relação entre o marxismo e a psicanálise Freudiana são dialéticas. Completam-se e se refutam (PISANI, 2004) O marxismo e a psicanálise freudiana expressam os dois lados de um mesmo “fato”, duas perspectivas de uma mesma realidade, a realidade do indivíduo “cindido”, explorado e alienado. Neste sentido, elas se completam”. (PISANI, 2004, p. 26)

A relação entre marxismo e psicanálise se refutam na medida em que possuem objetos de estudos diferentes e, por isso, não podem ser unidas em uma única disciplina global, capaz de explicar a realidade da sociedade explorada. Cada uma possui um instrumento de análise, são apenas modos diferentes de explicar o mundo.

2.4 A exploração do trabalho e do trabalhador pelo capital

Assim como na formulação marxista e freudiana, o trabalho é o ponto de partida para a humanização, socialização e felicidade do homem. Também é verdade que na sociedade capitalista o trabalho torna-se degradado e aviltado, conforme nos diz Antunes (2015), e perverso, no entendimento psicanalítico.

O que deveria ser uma forma sublimatória de realização do indivíduo, reduz-se à condição de degradação e submissão do ser despossuído de bens ao capital, tornando o trabalho condição exclusiva de subsistência material, levando ao penoso caminhar primitivo da sobrevivência, exclusivamente.

Dessa forma, o indivíduo se torna mercadoria, conforme preconizado por Marx (1982), em “O Capital”. Seus desejos e sua identidade passam a serem não dele, mas do capital, a serviço exclusivo de uma degradação com base na exploração do homem pelo homem. Nas palavras de Antunes (2015, p. 172), “[...] sob o capitalismo, o trabalhador repudia o trabalho; não se satisfaz, mas se degrada; não se reconhece, mas se nega”. O trabalho passa ser forçado, compulsório, e não algo capaz de satisfazer uma necessidade pulsional. É escravizador, não apresenta condições de escolha, é alienante e “estranhado” em si mesmo, na subjetividade do indivíduo.

Como consequência, o trabalho passa a ser interpretado como algo fora do indivíduo, estranho a ele, sem pertencimento, tornando a atividade laboral odiosa e enfadonha muitas vezes, sem condições de expressar o mundo interno do indivíduo, sem relação alguma de representar uma identidade, desumanizado.

O homem passa a ser um objeto de satisfação de interesses particulares do capitalista. Na sociedade regida pelo capital, os homens e suas relações sociais são coisas, mercadorias fetichizadas, que têm no corpo e mente as marcas dos modelos humanos produzidos pela sociedade burguesa. A produção do capital é também uma forma de produção e negação de subjetividades humanas.

A teoria marxiana como nenhuma outra, soube esclarecer e mapear a questão do processo de exploração do trabalho e do trabalhador na sociedade capitalista. A importância da obra de Marx, e mais precisamente “O Capital”, é relevante neste texto.

Em uma análise simplista e resumida, a discussão sobre as mercadorias criadas pelo trabalho humano e a tentativa de equiparação destas por meio dos processos de intercâmbio mercantil vão mostrar como o trabalho é abstraído de suas propriedades materiais, passando a ser uma atividade abstrata, sem muitas condições de lealdade em suas equiparações.

Ao trocarem mercadorias, os homens também estão trocando entre si os produtos de seus trabalhos e o tempo médio é uma tentativa de medir esse trabalho. O que os homens fazem é trocar montantes iguais de tempo de trabalho. No entanto, o dinheiro é o porta voz, a encarnação do valor de troca e não de uso. Daí o caráter da fetichização da sociedade subordinada ao capital.

Muito se evoluiu nesses debates, mas o que nos interessa é demonstrar como as relações de trabalho entre os homens é cada vez mais injusta, perversa e precarizada na sociedade capitalista, devido também às grandes transformações que a sociedade contemporânea vem sofrendo ao longo das últimas décadas, tanto nas relações de trabalho quanto nas formas de subjetividades. Como expressão disso destacam-se o crescente desemprego e degradação das condições de trabalho, a terceirização, os impactos ambientais e o crescimento populacional desorganizado, crises socioeconômicas e políticas mundiais, guerras e o desenvolvimento tecnológico.

Antunes (1999), faz uma análise muito interessante do capital como sistema dominante de mediação produtiva. Na modernidade, presenciamos a emergência desse sistema para mediações de segunda ordem. O que significa expandir constantemente o

valor de troca, ao qual todos os demais aspectos devem estar estritamente subordinados – desde as mais básicas e mais íntimas necessidades dos indivíduos até as mais variadas atividades de produção, materiais e culturais.

Partindo dessa premissa, o traço mais notável da capacidade de expansão do capital desde sua origem seria a capacidade de total subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca. Ainda segundo Antunes (1999), existe um novo sistema de metabolismo social no qual há uma necessidade cada vez mais crescente de ampliação dos valores de troca.

O capital não pode ser racionalmente controlado – é ele que controla, e os seres humanos não têm outra saída, devem se adaptar; dessa forma, não encontra limites para sua expansão. Tudo pode ser trocado por dinheiro, todas as relações humanas são mediadas pela troca com a finalidade de acumulação e consumo. O capital é hegemônico em sua dominação, e suas leis favorecem sempre os mais fortes em detrimentos aos mais fracos.

[...] nesse “processo de alienação, o capital degrada o sujeito real da produção, o trabalho, à condição de uma objetividade reificada – um mero ‘fator material de produção’ - subvertendo desse modo, não só na teoria mas também na prática social mais palpável, a relação real do sujeito/objeto. (ANTUNES, 1999, p. 25).

Podem-se verificar em nosso dia a dia na atualidade os aspectos destrutivos do capital, que em plena crise estrutural, tem um poder de devastação ainda maior, destruindo tanto o sistema reprodutivo social até a humanidade, como denuncia Antunes (1999).

Não há uma ética nessas relações, que se configuram unilateralmente por meio da exploração em benefício da expansão do capital, “doa a quem doer”. O capital é perverso, pois inverte o objetivo inicial da produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades (mediações de primeira ordem), para um interesse exclusivo de auto-reprodução de si mesmo.

Tais aspectos destrutivos podem ser facilmente percebidos não somente nas questões sociais estruturais, como desemprego e precarização das relações de trabalho, mas também no adoecimento psíquico dos sujeitos modernos, do qual falaremos em outro tópico.

A partir de uma leitura psicanalítica sobre o capital e sua relação de exploração do trabalho e do trabalhador, podemos dizer que o capitalismo encontra terreno fértil na

busca desenfreada pelo gozo a qualquer preço por parte dos homens. Neste sentido, a mais-valia é o gozo do capitalista e “o princípio do prazer é o freio do gozo”, conforme discutido por Jorge; Bastos (2009).

Para esses autores, a busca infrene pelo gozo interminável é bárbara, pois não respeita os limites fronteiriços e culturais, muito menos o corpo do outro. Não há respeito à leis simbólicas. O capital invade tudo e todos, e se constitui de uma onipotência desmedida; se torna perverso, na medida em que toma o outro por objeto exclusivo de satisfação. Tal aspecto sem dúvida, deixa um rastro de destruição na cultura e no psiquismo humano.

Corroborando a relação entre o desamparo e a precarização do trabalho foi discutida por Menezes (2012), que estabelece uma leitura psicanalítica dos fenômenos sociais. Para ele o processo de precarização do trabalho poderia ser compreendido como um dos destinos funestos para o desamparo (MENEZES, 2012) como reflexo de uma sociedade que salvaguarda tipos de laços sociais de funcionamento perverso. Como exemplos disso, é possível citar as relações de poder, as servidões masoquistas, as compulsões, dentre outras, disseminadas nas relações humanas e que podem causar muito sofrimento e adoecimento psíquico.

Alves (2008), ao analisar a questão da captura da subjetividade humana pelo capital, considera a psicanálise como ciência da subjetividade burguesa capaz de investigar profundamente as instâncias ocultas do desenvolvimento do capitalismo manipulatório, abordando a subjetividade nos campos da consciência, pré-consciência e do inconsciente.

A tripartição do psiquismo humano que utilizamos é de origem freudiana, seno elaborado por Freud na sua primeira tópica (1900-1920). Na primeira tópica, ou teoria dos lugares, ele definiu o aparelho psíquico como sendo constituído pelo inconsciente, o pré-consciente e o consciente (na segunda tópica freudiana, nos escritos de 1920-1939, o pensador austríaco fez intervirem três instâncias ou três lugares, o id, o ego e o superego). Consideramos, a título meramente heurístico, a subjetividade humana composta por mente e corpo que, de modo indissociável, constituem a individualidade social. Na mente, segundo a ótica freudiana, distinguimos, como instâncias do psiquismo humano, a consciência, pré-consciência e inconsciente. (ALVES, 2008, p. 224).

Tais instâncias do psiquismo humano dizem respeito à forma de operar do aparelho psíquico e possui em suas relações simbólicas com o mundo externo: a sociedade

e o trabalho, por exemplo.

Devido a variadas transformações da estrutura dinâmica do capitalismo por meio da história, verificaram-se também mudanças no comportamento e na subjetividade dos indivíduos, principalmente no mundo do trabalho. As técnicas manipulatórias do capital se tornaram cada vez mais sofisticadas e a ideologia dominante da classe burguesa proliferou-se, utilizando aparatos de manipulação acessíveis a instâncias da pré-consciência e do inconsciente, visando mudanças no comportamento das pessoas. “[...] a construção do novo homem produtivo utiliza, com intensidade e amplitude, estratégias de subjetivação que implicam a manipulação incisiva da mente e do corpo por conteúdo ocultos e semi-ocultos das instâncias intrapsíquicas” (ALVES, 2008, p. 224).

Neste contexto, o toyotismo assenta em lugar privilegiado, pois, através de suas características, domina a subjetividade operária e aliena o trabalhador, que não mais se identifica com o produto que fabrica. O trabalho deixa de ser concreto para se tornar abstrato. Esse método, coligado às mudanças da nova revolução tecnológica e com a globalização, transcreve a nova dinâmica dos mercados de consumo e produção focada em sua própria lógica perversa.

O trabalhador percebe-se pressionado de variadas formas a impulsionar uma produção com a qual não se identifica. A incessante busca do capital pela lucratividade torna o trabalhador uma máquina de atingir metas, levando os indivíduos a transgredirem seus limites físicos e emocionais muitas vezes, conduzindo ao sofrimento psíquico e ao adoecimento.

Em uma análise sobre os mecanismos internos do inconsciente atuantes na sociedade burguesa, Alves (2008) destaca o caráter fetichizado do mundo burguês, em que os objetos se tornam coisas-mercadorias e os valores no qual as representações imagéticas estão associadas coexistem na sociedade capitalista e capturam a subjetividade dos sujeitos. “A sociedade burguesa ou a sociedade das mercadorias é permeada por *valores-fetiches* que movem as individualidades de classe em suas escolhas existenciais” (ALVES, 2008, p. 231).

Isso significa dizer que o controle da subjetividade dos trabalhadores pelo capital é feita no nível também do inconsciente, por meio da utilização de tipos de linguagem manipulatórias que mobilizam o sistema inconsciente, que se apropriam do imaginário das pessoas pelas imagens-fetiches, com o objetivo fazê-las percebidas como algo do real, uma vez que substitui a realidade externa pela interna/ou psíquica.

[...] O sentido da racionalidade cínica que marca o espírito do toyotismo possui elementos linguísticos próprios das formações do inconsciente. [...] O inconsciente é elemento compositivo do *processo de subjetivação do fetichismo da mercadoria*. A forma-mercadoria é a síntese estrutural do modo de ser social sob o capitalismo. (ALVES, 2008, p. 233).

Alves (2008) destaca também que a manipulação da subjetividade não ocorre somente na instância inconsciente, mas no pré-consciente, de modo que o sistema de produção de imagens-fetiches despendidos pelo capitalismo exploratório ocorre através de uma manipulação dos desejos, dos sonhos diários e do futuro, despertam a vontade/necessidade em forma de imagens de consumo e desejo pela mercadoria no pré-consciente, estas entendidas como coisas reais pela consciência.

A nova maneira de articulação mente-corpo pelo capital no processo de trabalho é apresentada por Alves (2008) como compreensão psicocorporal, pois considera que o corpo é componente fundamental da subjetividade humana e a acumulação flexível pelo capital não cumpriu as expectativas de entendimento dessa dimensão do reencontro do corpo com o cérebro. Inclusive, a separação entre mente e corpo realizada pelo sistema fordismo-taylorismo, o qual separou o indivíduo e sua subjetividade do trabalho, culminando na crise desse sistema.

Ainda em tal contexto, a produção toyotista vai procurar implementar uma maior integração entre mente e corpo no sentido de restaurar a subjetividade do trabalho. O taylorismo propôs uma divisão dos homens com a criação da organização científica do trabalho, um novo modo de operar, e dividiu os indivíduos entre órgãos de concepção intelectual; consequentemente, extinguiu a subjetividade do trabalho, valendo-se do poder sobre o controle dos corpos docilizados e das mentes seccionadas dos trabalhadores.

A “recomposição” mente-corpo que ocorre com o toyotismo é tão problemática quanto a decomposição mente-corpo que caracteriza o fordismo-taylorismo. Portanto, o que denominamos “compreensão psicocorporal” é tão problemático quanto a suposta cisão corpo-mente, sendo expressão de uma contradição candente que dilacera a subjetividade do trabalho vivo (o que explica a disseminação das novas doenças da alma humana). (ALVES, 2008, p. 236).

O que parece ser inquestionável é o caráter perverso dos sistemas utópicos de produção do capitalismo mostrado neste trabalho. Todos esses modelos de organização

de produção não passam de teorias que visam a manipulação do trabalhador em seu aspecto generalizado, tanto físico quanto subjetivo. Não podemos ser ingênuos ao não perceber a perversidade desses processos, que destituem o sujeito de tudo que lhe pertence.

O que se percebe é que o capitalismo oferece ao trabalhador o trabalho que lhe garante uma subsistência precária e, muitas vezes, ainda tira desse trabalhador a possibilidade de usufruir de bens fundamentais à sua existência – como o lazer, o tempo de descanso e convívio familiar e social.

2.5 As repercussões do sofrimento psíquico para a vida do trabalhador: manifestações de sofrimentos

Tem-se como uma das percepções centrais que o sofrimento e o prazer estão relacionados e advém de uma relação íntima com o inconsciente e suas inter-relações. E que o pré-consciente e consciente intermedeiam as relações tanto de prazer, quanto de sofrimento, de desejo, de saúde mental e também de saúde física, na questão mais específica da psicossomática. Ainda, tem-se a ideia do caráter abstrato e intersubjetivo do sofrimento do homem na relação com o seu trabalho e em relação ao mundo do trabalho, cujo impacto é o aparelho psíquico e a vida mental do indivíduo quando este se coloca em confronto com suas atividades laborais.

A questão da influência que o trabalho exerce sobre a saúde mental é bem discutida e a história da saúde do trabalhador relata que, em sua pré-história, propriamente, havia primeiramente uma luta pela sobrevivência do homem. A luta pela saúde, nesse período, assemelha-se à luta pela sobrevivência imediata, denominada labor, por Arendt (2007). Isso implica o entendimento de que viver para o operário era não morrer.

Para exemplificar esse período, o filme e livro “Germinal” mostram bem o momento do século XIX, quando as crianças, mulheres e homens viviam em condições desumanas e degradantes e a luta pela sobrevivência culminou na luta pela busca de direitos e melhores condições de trabalho e dignidade humana.

A grande revolução industrial começou a partir de 1760, na Inglaterra, no setor da indústria têxtil; o trabalho que nas corporações de ofício era realizado por artífices passa a ser um trabalho repetitivo, desqualificado e prolongado. Esse pioneirismo inglês,

invenções de máquinas e consequente passagem da manufatura para a maquinofatura desencadeia uma extrema mudança nos métodos de trabalho e nas relações entre patrões e trabalhadores.

A situação teve como resultado a formação de um sistema de antagonismo entre a classe operária, detentora apenas da força de trabalho e a burguesia, detentora do capital; de um lado, buscava-se uma remuneração justa pelo trabalho e, de outro, procurava-se pagar o menor valor possível, sem qualquer preocupação com as condições de trabalho da classe operária.

A força de trabalho era a única mercadoria que o trabalhador possuía para vender e garantir sua subsistência. Portanto, esse trabalho cria um valor a ser vendido para a burguesia por um salário, que, por sua vez, será calculado de modo que haja um tempo excedente de trabalho, em comparação ao valor pago pela burguesia, o que Karl Marx denominou mais-valia.

A Revolução Industrial foi determinante para definir questões políticas e sociais, visto que os detentores do capital passariam a exercer forte influência sobre o estado na elaboração, ou não, de leis visando a seus interesses.

Algumas consequências imediatas da Revolução Industrial foram nefastas para os trabalhadores; por exemplo, o excesso de mão de obra, que, além de gerar alto índice de desemprego, fazia com que o trabalhador se desvalorizasse ainda mais, resultando principalmente em baixíssimos salários. Também, a duração do trabalho era levada além do máximo suportado pelo ser humano, o que acarretava inúmeros acidentes do trabalho, resultando em mortes de trabalhadores.

Além da exploração do trabalho do homem em todos os sentidos, essa nova era resultou ainda na exploração exagerada do trabalho da mulher e da criança, uma vez que sequer eram observadas as peculiaridades básicas das condições específicas – seja da mulher, no que diz respeito à proteção, à maternidade e à força física, seja do menor, no que tange ao seu desenvolvimento físico, mental e moral, visto que era comum a exploração do trabalho de crianças com seis anos de idade.

Toda essa situação levou os trabalhadores a se revoltarem e, por consequência, começaram a surgir movimentos de união na busca de condições dignas de trabalho, bem como de justa duração do trabalho. Diante disso, inúmeras revoltas se sucederam em toda a Europa e Estados Unidos, com vistas a promover a justiça social e conquistar, para o proletariado, melhores condições de trabalho.

O certo é que a exploração do trabalho humano no período pós-Revolução Industrial culminava em um tempo de trabalho que consumia até mais de dois terços do tempo de vida do trabalhador, tendo em vista que, em muitos casos, a carga horária diária de trabalho chegava a ultrapassar a 16 horas.

A palavra de ordem durante todo o século XIX será a luta pela redução da jornada de trabalho, segundo Dejours (2015a). Tal reivindicação passa a ser urgente na medida que o trabalhador com sua extenuante jornada de trabalho não consegue sequer ter o descanso mínimo necessário para sua saúde física e mental. É impedido de uma maior convivência social e familiar, impedido de uma possibilidade de lazer. O indivíduo se torna então infeliz e recluso, sem possibilidade de ter saúde.

A busca pela melhoria das condições de trabalho continuou de forma persistente e muito sofrida pela classe operária. A questão da redução da duração da jornada de trabalho (BARBOSA, 2014) continua a ser reivindicada. Lutas por direitos sociais como férias, aposentadoria, salários, dentre outros, foram sendo conquistados pelos trabalhadores muito lentamente, de forma parcial, e incorporados nas organizações ao longo do tempo. De modo que a evolução das condições de vida e de trabalho – e, consequentemente da saúde dos trabalhadores – não podem ser separadas do desenvolvimento das lutas operárias como um todo.

No início do século XX, o mundo do trabalho presenciou o desenvolvimento dos métodos de produção em cadeia, em que Henry Ford, com o desenvolvimento da linha de montagem, racionalizou a produção em massa de mercadoria. Ford seguiu os ensinamentos de Frederick Taylor, que desenvolveu técnicas sofisticadas de padronização e simplificação da produção, objetivando o desenvolvimento da produção pelas máquinas. Dessa forma, os operários eram meros executores de tarefas sem sentido e repetitivas. Foi assim que Taylor desconsiderou os efeitos da fadiga e dos aspectos humanos – psicológicos e fisiológicos – dos trabalhadores.

No período pós-guerra, momento decisivo da história da saúde dos trabalhadores, a revelação do corpo como ponto específico que expressava as consequências da exploração do homem pelo homem por meio do trabalho fica evidente pelo aumento das doenças, da mortalidade de operários em detrimento do restante da população e também por meio dos acidentes de trabalho. Nesse contexto, o corpo agora docilizado, domesticado e adestrado surge como vítima do trabalho industrial. Agora a luta não estava tão centrada na exclusiva sobrevivência, mas na luta pela saúde do corpo, como aponta

Dejours (2015a).

Ainda nesse contexto, surge a medicina do trabalho, a saúde ocupacional, ergonomia, a psicopatologia do trabalho, dentre outros campos. Porém, o sofrimento psíquico ainda permanecia desconhecido e a saúde mental pouco reconhecida em sua complexidade.

Desse modo, a discussão do sofrimento psíquico parece urgente nos dias atuais, uma vez que, com os avanços tecnológicos, desenvolvimento das novas indústrias e do mercado de trabalho do setor terciário, o aumento da complexidade da sociedade capitalista contemporânea reflete no aumento de exigências cognitivas e emocionais dos trabalhadores. Com o desenvolvimento desigual das forças produtivas – destacando-se as disparidades sociais, as precárias condições de trabalho e de qualidade de vida, o favorecimento de relações humanas cada vez mais deterioradas e o esgotamento do sistema taylorista nas organizações – fica em evidência a importância da saúde mental no trabalho.

Estabelece-se a dimensão mental no trabalho, provocada pela crise civilizatória vivenciada no pós-guerra. O homem moderno se apresenta como ser frustrado, questionando sua felicidade, impotente diante de uma realidade que privilegia poucos. O desamparo é o sintoma do homem moderno.

É sobretudo nesse contexto que a psiquiatria sofre avanços, com as crescentes demandas das drogas e toxicomanias, na busca incessante do prazer do viver. A satisfação imediata por meio do consumo desenfreado, as medicalizações tomam gigantescas proporções.

Sem dúvida, diante deste cenário complexo e perturbador, a questão da saúde mental do trabalhador fica proeminente e demanda maior atenção e entendimentos sobre suas variáveis possíveis; a psicodinâmica do trabalho surge como uma alternativa viável de uma escuta psicanalítica sobre o indivíduo – não isoladamente, mas em seu contexto grupal, social e laboral ao longo de sua vida: considerando a real importância do trabalho na vida do indivíduo e sendo possível analisar os mecanismos inconscientes que regem seu desejo e a procura pela felicidade e realização. Afinal, o trabalho é um meio para alcançar tal propósito!

A Psicodinâmica do Trabalho surgiu na França nos anos de 1980, com Christophe Dejours. É uma abordagem científica, inicialmente construída por meio de referenciais teóricos da psicopatologia do trabalho, mas que sofreu evolução e criou referenciais

próprios. E a partir de então, desenvolveu pesquisas direcionadas com enfoque que vão do sofrimento ao prazer no trabalho, das doenças mentais à promoção de si mesmo por meio do trabalho, trazendo inovações nos estudos dos efeitos da organização do trabalho sobre o psiquismo humano.

Tal teoria vem crescendo muito na aceitação de psicanalistas e áreas que buscam um melhor entendimento das relações do homem com seu trabalho e com os tipos de patologias associadas. Nos consultórios médicos e psicológicos chegam cada vez mais pacientes com demandas relacionáveis ao campo laboral.

A psicodinâmica do trabalho se desenvolveu por meio de um maior interesse pelo estudo da normalidade em detrimento da patologia do mundo do trabalho. Importa como o indivíduo alcança uma sanidade mental frente a tantas diversidades do mundo corporativo. Importa como o funcionamento psíquico e os mecanismos de defesa internos se organizam e se equilibram frente ao desestruturante mundo organizacional, conforme discutido por Merlo (2002).

Nesse sentido, a psicodinâmica do trabalho, em uma perspectiva mais ontológica do que patológica, é antes de tudo uma clínica do trabalho, uma vez que analisa o indivíduo em sua situação real, buscando um espaço privilegiado da fala para reconhecer o sofrimento psíquico do trabalhador, muitas vezes desconhecido inclusive por ele próprio.

Ao dar voz ao trabalhador, procurou-se dar sentido ao sofrimento, sendo a fala um instrumento privilegiado de pesquisa e mediação. O sofrimento do trabalhador passa a ter um lugar central no entendimento da relação saúde-trabalho.

No intuito de entender o que exatamente no trabalho faz com que ocorra o adoecimento da vida mental, Dejours (2015a) argumenta que são as organizações do trabalho que provocam o adoecimento mental do trabalhador, que permanece assujeitado a normas e condutas específicas que tolhem sua liberdade de pensar e sentir, tornando-se alienado ao processo produtivo. Vale definir:

Por *condição de trabalho* é preciso entender, antes de tudo, ambiente físico (temperatura, pressão, barulho, vibração, irradiação, altitude etc), ambiente químico (produtos manipulados, vapores e gases tóxicos, poeiras, fumaças etc), o ambiente biológico (vírus, bactérias, parasitas, fungos), as condições de higiene, de segurança, e as características antropométricas do posto de trabalho.

Por *organização do trabalho* designamos a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa (na medida em que ele dela deriva), o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, as

questões de responsabilidade etc. (DEJOURS, 2015a, p. 29).

Essa teoria denuncia o sofrimento psíquico do trabalhador de uma forma inovadora e importante quando nos apresenta o sofrimento psíquico na sua forma real e desconhecida, inclusive para o próprio operário. Busca incessantemente a explanação do curso que vai do comportamento livre ao comportamento estereotipado. Para Dejours (2015a), o comportamento livre diz respeito a padrões de comportamento que privilegiam a transformação da realidade conforme seus próprios desejos. O sujeito se torna livre em direção ao prazer, à realização, à felicidade. Já o comportamento estereotipado privilegia a anulação do sujeito em sua forma estrutural, excludente e perversa. É muda e invisível e, portanto, devastadora.

Ainda para esse autor, a questão da saúde mental no trabalho sofreu uma reviravolta epistemológica, pois não é mais pesquisada e descrita como adoecimento do trabalho, mas como sofrimento conciliável com a normalidade e com a proteção do equilíbrio psíquico, apenas necessita de uma vasta série de procedimentos regulatórios. O que ocorre, então, é que o sofrimento passa a ser concebido como uma vivência subjetiva, equidistante entre a doença mental descompensada e o bem estar psíquico. A doença mental é de fácil diagnóstico, diferente da análise do bem estar psíquico, que encontra inúmeras dificuldades de entendimento e de diagnóstico.

Uma questão importante neste debate é a transformação do sofrimento em adoecimento no trabalho, discutida por Brant e Minayo-Gomez (2004), que apresenta a face oculta da investigação do sofrimento no trabalho, que é diferenciado de adoecimento e dor. A questão que se coloca é: quando o sofrimento e a dor negligenciados podem se transformar em adoecimento?

É apontado nesse artigo a importância de uma análise crítica sobre a configuração de diagnósticos discriminatórios e estigmatizantes de sujeitos doentes nas empresas, promovendo a medicalização e a exclusão dos trabalhadores em suas funções e dos discursos de dominação e resistência que ocorrem no meio laboral.

Vale destacar que segundo Brant; Minayo-Gomez (2004), falar de sofrimento é muito complexo e amplo, pois o que é considerado sofrimento para uns não será considerado para outros; inclusive, essa percepção pode ser alterada conforme a época e a cultura. Portanto, sofrimento é resultado de múltiplas manifestações.

Dessa forma, perceber ou nomear o sofrimento, a dor, o prazer ou a satisfação,

bem como definir a angústia, é lidar com percepções subjetivas e, muitas vezes imprecisas, pois estas dependem de uma introjeção da linguagem pelo sujeito para que seja possível nomear o sentimento e o desejo.

Ressalta-se que sofrimento e dor podem ter uma relação muito estreita, podem ser complementares, mas são diferentes: “a palavra sofrimento tem sido associada ao psiquismo, ao mental ou à alma, enquanto a palavra dor, geralmente, é remetida a algo localizado no corpo” (BRANT; MINAYO-GOMEZ, 2004, p. 215).

Na medida em que historicamente o sujeito passou a ser visto pela ciência médica como um corpo, lugar de doença, desacoplado do seu sofrimento, do entendimento de si e do seu sentir específico, o indivíduo foi transplantado de sua verdade, de sua história, transformando-se em paciente, em doente que carrega um sintoma, portador de determinada patologia. Será condenado, marcado pelo seu diagnóstico.

O que isso implica para o indivíduo que trabalha em uma empresa ou instituição, por exemplo? Implica uma vicissitude do sofrimento, em que o trabalhador é diagnosticado com determinada doença e torna-se estigmatizado por ela, sofrendo outros tipos de consequências como, por exemplo, ser considerado problemático, ineficiente ou mesmo um peso para seu grupo de trabalho, para a organização e até para a família. Pode sofrer ainda mais com retaliações, preconceitos e discriminações, sendo potencializado seu sofrimento.

Ainda segundo Brant; Minayo-Gomez (2004), o procedimento do adoecimento tem como efeito a configuração da identidade do trabalhador-doente, que traz à discussão a sujeição ao discurso médico imperativo, que favorece a disseminação de uma cultura do paciente adoecido, com procedimentos médicos que determinam o perfil de cada indivíduo. Assim, o sofrimento acaba por se transformar fatalmente em adoecimento, gerando a necessidade do medicamentos e, muitas vezes, da hospitalização.

Nesse contexto, o sofrimento é transformado em doença, uma vez que o trabalhador não pode ser ouvido em suas queixas, não há espaço para entender a narrativa que revela seu sintoma. O sofrimento pode estar a serviço também de revelar uma situação problema de determinado trabalho ou tarefa, revelar a periculosidade de uma função ou ainda desgastes emocionais provocados em tarefas pela própria organização de trabalho. Isso culmina em dificuldades relacionáveis entre os trabalhadores, desfazendo com as estratégias defensivas (DEJOURS, 2015a) do grupo de trabalho que intenta reduzir a real percepção de sofrimento.

A patologia muitas vezes vai existir como discurso a partir do sujeito que sente e percebe; vai depender de quem, quando e de onde advém o diagnóstico. A doença e a saúde vão estar acopladas ao sentido dado a elas pelos envolvidos, e pode estar a serviço de revelar ou camuflar um sofrimento e/ou de contribuir para a manutenção da ordem estabelecida, a ordem do capital e sua relação com a capacidade de produção.

Portanto, o sofrimento psíquico do trabalhador não deve necessariamente tornar-se uma patologia, mais precisamente um sinal de alerta de que algo está ocorrendo e necessita intervenção. Desse modo, a comunicação como linguagem é essencial no processo de desvelamento do sofrimento, pois permite que a palavra revele de forma saudável a voz da fala do sintoma, uma vez que o trabalho é uma atividade social e, por meio dele, possa existir também o desejo do outro.

2.6 A sublimação e o Trabalho

Indubitavelmente, há que se destacar o caráter sublimatório do trabalho para o homem, uma questão psicanalítica discutida também dentro da psicodinâmica do trabalho. Em razão do zelo que o homem tem em seu trabalho, pode-se dizer que o envolvimento da subjetividade não é neutro em relação ao ego e à saúde mental. Em alguns casos, o trabalho torna-se um regulador importante na composição da saúde mental, bem como pode ainda levar à desordem psíquica e ao adoecimento, conforme aponta Dejours (2013).

A questão da sublimação é complexa e perpassa a noção de desejo que, por sua vez, é indissociável de sua ligação com o inconsciente. Assim, “sublimação seria um processo psíquico insólito graças ao qual as pulsões encontrariam uma *saída dessexualizada no campo social*” (DEJOURS, 2015b, p. 37, grifo do autor). Ainda, “a sublimação troca um fim sexual por outro ideal e social. Ela sofre uma incidência moral que legisla sobre o desejo” (CRUXÊN, 2004, p. 15).

Na obra freudiana, a sublimação representa um processo pelo qual tanto a meta quanto o objeto pulsional sofrem uma modificação, ocorrendo uma dessexualização da libido, sendo que a meta mais imediata da pulsão seria a satisfação sexual. A sublimação seria, então, o processo de desvio das forças pulsionais sexuais para novos objetos.

A sublimação é um termo essencial e complexo também dentro da teoria psicanalítica, uma vez que se encontra presente tanto na teoria pulsional, de defesa e de

cultura, mas não foi sintetizada em lugar nenhum pela teoria freudiana efetivamente, mas está imerso em toda ela. (MENDES, 2011; TOREZAN; BRITO, 2012). Por isso, falar de processo sublimatório é complexo, pois é um destino específico pulsional, um mecanismo de defesa, um objeto e/ou um ideal culturalmente valorizado, e, além de tudo, um parâmetro de cura em psicanálise, uma vez que a capacidade de sublimação dos analisandos (trabalho analítico) na clínica psicanalítica é relevante.

Segundo Cruxên (2004), Freud vai utilizar de um termo latino *Sublimierung* para designar a sublimação como um processo de ascensão ou elevação de algo que se sustenta no ar, o que confere consonância com a filosofia, em especial à teoria platônica quando propõe uma elevação moral na troca do sensível pelo inteligível, gerador de ganho civilizatório, na medida em que os indivíduos abrem mão de prazeres sensitivos por ganhos espirituais.

As discussões sobre os processos sublimatórios devem transcender uma dimensão puramente técnica e clínica para ser um elemento de reflexão sobre a subjetividade e a cultura, considerando que a sublimação é também um processo de constituição de laços psíquicos e, dentro dessa visão mais ampliada, há possibilidade de criação do novo por meio da sublimação, tanto no nível do desejo individual, quanto nas formações coletivas.

Como a experiência do mundo real é uma experiência – antes de mais nada afetiva –, o indivíduo, ao trabalhar, entra em contato, o tempo todo, com esta experiência do real; e é nesse contexto, que ele se constrói, se modifica e se transforma. Nesse momento, o trabalhador produz algo para si e para fora de si mesmo.

Para o trabalhador ter sucesso ou ser competente em sua função ele precisa lidar com as adversidades e aceitar a experiência do real, ou seja, do que – no geral – foge ao controle; e, também, do fracasso: suportar o sofrimento que permeia seu cotidiano diariamente. Dejours (2013) aponta que o trabalho, para ser de qualidade, convida a subjetividade ao nível mais profundo, considerando o corpo como lugar dessa experiência que é, antes de tudo, emocional e está relacionada à expansão da subjetividade.

Trabalhar não é somente produzirmos, é também transformarmo-nos. Com efeito, há no trabalho de qualidade uma promessa de crescimento ao nível da sensibilidade e da inteligência do corpo, que é também uma promessa de realização de si mesmo. (DEJOURS, 2013, p. 06).

A questão do reconhecimento como condição social da sublimação também é

discutida por Dejours (2013). Para o trabalhador, comprometer-se com um grupo ou trabalhar em conjunto (atividade deôntica) incide em muitas implicações: correr riscos de se manifestar, de opinar, de ser visto. De forma que, ao se comprometer, exige-se uma retribuição, que não passa necessariamente pelo tipo de retribuição material, mas pelo simbólico, que toma forma de uma espécie de reconhecimento, que por sua vez passa por critérios de julgamentos de duas formas: de utilidade e de beleza.

O julgamento de utilidade, como o próprio nome diz, refere-se ao tipo de utilidade econômica, social ou técnica, refere-se ao apoio de um indivíduo em uma determinada organização de trabalho. Confere à utilidade do trabalho bem realizado pela chefia, subordinados, cliente, aluno ou quem utiliza o serviço e se beneficia dele. Sua importância condiz com um alto grau de satisfação pessoal, na medida em que confere um meio de pertencimento a um determinado regimento na organização e até mesmo na sociedade, conferindo um caráter de utilidade.

O contrário também é verdadeiro. A não conferência de utilidade promove grande sofrimento. Ser considerado inútil para o grupo, para a sociedade, pode ter consequências nefastas para o indivíduo, como depressões e até suicídios. Pode ocasionar perda da confiança em si mesmo e assolamento pela vergonha da inutilidade.

O julgamento de beleza é articulado pelos pares, pelo coletivo de trabalho, nicho no qual a pessoa pertence. Confere a beleza do trabalho executado, está em conformidade com as regras exigidas para um determinado trabalho ou profissão. Por isso, é expressa pelo outro, também conhecedor daquele trabalho realizado, sendo muito exigente e de profundo abalo sobre a identidade do sujeito. Quando o trabalhador é reconhecido por seus pares, ele sente pertencente a algo, obstruindo sentimentos de solidão, tamanha sua importância.

Convém todavia sublinhar que, em relação a estes dois julgamentos de utilidade e de beleza, o que é esperado pelo trabalhador é que digam respeito à qualidade da prestação, à qualidade do trabalho apresentado. Não é senão num segundo tempo que o sujeito pode transferir este julgamento do registo do fazer para o registo do ser, da identidade. O reconhecimento, por esta razão, tem um impacto considerável sobre a identidade. É graças ao reconhecimento que uma parte essencial do sofrimento é transformada em prazer no trabalho. (DEJOURS, 2013, p. 11).

Dessa forma, o caminho da utilização do reconhecimento no trabalho como forma

sublimatória passa pelo julgamento do outro. O homem encontra no trabalho o contato com seu semelhante, e é neste contato que as relações acontecem e se desenvolvem. É pelo olhar do outro que ocorre o reconhecimento, a transformação pessoal. Quando o indivíduo trabalha, ele se relaciona. Há exigência por um encontro consigo mesmo, isso é inevitável.

Dejours (2015b) aponta uma discussão paradoxal que surge: o trabalho como fonte de equilíbrio para alguns indivíduos e como fonte de fadiga e sofrimento para outros. O autor defende que, para se transformar um trabalho fatigante em equilibrante, é necessária uma maior flexibilização da organização do trabalho, permitindo maior flexibilidade no arranjo das operações deste trabalho e deixando o trabalhador mais livre para fazer suas escolhas no *modus* de execução e planejamento. Assim, seria possível uma diminuição da carga psíquica em decorrência da tensão provocada pela organização do trabalho.

Não há como determinar numericamente a carga psíquica, então Dejours (2015b) propõe um modelo quantitativo: “abordagem econômica do funcionamento psíquico”. Essa abordagem corrobora com a teoria freudiana, elaborada inicialmente em sua obra inacabada, o “Projeto para uma psicologia científica”, de 1895, em que Freud tentava descobrir que forma tomaria a teoria do funcionamento psíquico com a introdução de um método de abordagem quantitativo, uma espécie de economia de força nervosa. Seria uma metáfora biológica do que ele conceitua posteriormente sobre a constituição psíquica. Nessa época, Freud interrogava as relações possíveis entre o exterior e o interior e, em especial, como se estabelecem, no interior, as relações entre o psíquico e o somático.

Neste sentido, para Dejours (2015b), quando submetidos à excitações advindas do exterior (de origem psicossensorial) ou do interior (excitações instintivas ou pulsionais), os indivíduos (os trabalhadores, mais especificamente) podem, grosso modo, descarregar essas energias acumuladas em razão de uma experiência de tensão, por meio de uma via psíquica, motora ou visceral.

Dejours continua dizendo que cada indivíduo possui uma história exclusiva de vida, com seus desejos, aspirações, motivações e necessidades próprias, tornando cada ser único, com uma personalidade exclusiva que lhe confere, conseqüentemente, vias de descargas preferenciais. Assim, cada indivíduo vai “escolher” uma via para a descarga para suas tensões pulsionais.

A tarefa passa a ser um elemento muito importante nesse contexto da relação do trabalho com o aparelho psíquico humano. Quando um indivíduo adoece ou sofre algum

mal emocional ou físico é necessário ter um olhar abrangente, conversar com o sintoma e procurar entender esse indivíduo considerando seu contexto laboral e particular. Em outros termos, é preciso olhá-lo como um todo para entender as partes. Compreender o sofrimento psíquico do trabalhador implica antes investigá-lo, considerando a cultura e valores do trabalhador; significa ainda, relacionar esse sofrimento aos processos subjetivos envolvidos no campo do trabalho.

Assim, vai-se em busca do entendimento se determinada tarefa que consegue afetar um trabalhador, oferece, de fato, a saída adequada para sua energia psíquica, ou mesmo se a essa tarefa proporciona atividades psíquicas, fantasiosas e psicomotoras em quantidade suficiente para o trabalhador.

Aqui não se considera o problema da carga física ou química, mas sim a questão da carga psíquica. “Em se tratando de carga psíquica, o perigo principal é o de um subemprego de aptidões psíquicas, fantasmáticas ou psicomotoras, que ocasiona uma retenção de energia pulsional, o que constitui precisamente a carga psíquica de trabalho” (DEJOURS, 2015b, p. 24).

O trabalho pode ser uma dádiva ou um perigo para o aparelho psíquico. Vai depender, segundo Dejours (2015b), de uma articulação entre o livre funcionamento do aparelho psíquico no trabalho. Se for livre (ou seja, favorece o desenvolvimento psíquico), irá proporcionar a descarga de energia psíquica necessária que aquela tarefa dispõe, diminuindo, então, a carga psíquica do trabalho. A atividade/tarefa torna-se equilibrante, efetivando o prazer. Caso contrário, será fadigante, pois a carga psíquica desse trabalho se acumula, tornando-se fonte de tensão e desprazer, provocando a fadiga e o possível encontro com a patologia.

Assim, o trabalho pode ser um importante elemento regulador do equilíbrio psíquico do trabalhador quando permite que a carga psíquica seja reduzida ao ser realizada uma determinada tarefa considerada satisfatória. Em termos melhores, quando vai ao encontro do desejo inconsciente do indivíduo.

As organizações de trabalho são destacadas na obra dejouriana como representantes da vontade do outro sobre o desejo do indivíduo, como instituições responsáveis pelo conflito vivenciado entre o desejo do trabalhador e a realidade, o trabalho impõe, através das limitações e injunções existentes nos modelos organizacionais de divisão de trabalho.

Os exemplares da divisão do trabalho e do fracionamento dos indivíduos em suas

atividades entremeiam, de uma só vez, o interior da tarefa com as relações humanas de trabalho. Observa-se, nessas relações, o exercício de dominação e de exploração da força de trabalho, que aniquila o livre arbítrio do trabalhador pela imposição da força pelo empregador.

Desta forma, as organizações de trabalho são delegados de métodos de divisão de homens, os quais se tornam trabalhadores “zumbis”, meros executores, despossuídos de sua mente e corpo físico, à mercê da vontade do outro (organização), forçados a agir de acordo com normas e condutas pré-estabelecidas pela organização, subjugados ao desejo inquisidor da instituição.

Como reflexo desse embate, tem-se o desejo do trabalhador, do indivíduo, em abalroação com a vontade do empregador, sob uma situação mediadora da carga psíquica de trabalho. Quanto maior for a divisão do trabalho – se construída de forma rígida e alienante, desapropriando o indivíduo de seu trabalho – maior será a limitação da descarga pulsional, provocando um inchaço da carga psíquica.

[...] a carga psíquica do trabalho resulta da confrontação do desejo do trabalhador à injunção do empregador, contida na organização do trabalho. Em geral, a carga psíquica de trabalho aumenta quando a liberdade de organização do trabalho diminui. Essa regra é modulada pelo jogo da livre escolha do ofício. A carga psíquica do trabalho é a carga, isto é, o eco ao nível do trabalhador da pressão que constitui a organização do trabalho pelo trabalhador, a relação conflitual do aparelho psíquico à tarefa é bloqueada. Abre-se, então, o domínio do sofrimento [...]. (DEJOURS, 2015b, p. 28).

Dessa forma, o sofrimento do trabalhador parece advir da ceifação do desejo por parte da organização do trabalho. Parece advir da falta de liberdade, que o sujeito tem no trabalho, para elaborar um engajamento; dos conflitos que vão surgindo, parece emergir no choque entre sua personalidade, seu desejo e os interesses da organização de trabalho.

É por meio da análise do desejo, segundo Dejours (2015b), que se pode perceber a relação do sujeito com seu trabalho. E a repressão desse desejo, via de regra, terá consequências devastadoras no campo do adoecimento para o indivíduo, seja no âmbito físico, denunciado pelas doenças somáticas, evidenciadas no corpo, ou como descompensações psiquiátricas variadas.

Porém, falar de desejo é muito complexo e amplo, pois, na verdade, os seres humanos parecem não saber exatamente o que desejam e como encontrar a tão sonhada satisfação na realização deste desejo. Isso, por sua vez, se tornou um grande dilema

contemporâneo. “O problema é que nós não desejamos o que queremos, nem tampouco ficamos muito satisfeitos de encontrar o que desejamos” (HERRMANN, 1999 p. 12).

O fato é que o trabalho, que já foi castigo, destinado aos escravos, passou a ser considerado benção, uma dádiva reservada ao homem. Conforme já dito, o trabalho pode ser objeto de sofrimento ou de sublimação. Entretanto, na sociedade capitalista contemporânea, o que se verifica é o aumento exacerbado do número de trabalhadores adoecendo em virtude de seu trabalho.

2.6.1 A ampliação do conceito de sublimação por Jacques Lacan

Segundo Lacan (2008), na teoria freudiana – mais especificamente, nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (FREUD, 1996), a sublimação define-se por uma mudança na libido para o encontro de uma satisfação direta da mesma por intermédio dos objetos socialmente valorizados.

[...] nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, a sublimação caracteriza-se por uma mudança nos objetos, ou na libido, que não se faz por intermédio de um retorno do recalcado, que não se faz sintomaticamente, indiretamente, de uma maneira que se satisfaz diretamente. A libido vem encontrar sua satisfação nos objetos como distingui-los inicialmente? Muito simplesmente, muito massivamente, e, para dizer a verdade, não sem abrir um campo de perplexidade infinita, como objetos socialmente valorizados, objetos aos quais o grupo pode dar sua aprovação, uma vez que são objetos de utilidade pública. É desse modo que a possibilidade de sublimação é definida (LACAN, 2008, p. 117).

No entanto, Lacan (2008) adverte-nos que esse caminho do encontro da satisfação da pulsão é uma espécie de cilada em que o pensamento, tendendo à facilidade e a uma fácil conciliação entre o indivíduo e o social, antecipa sua posição na busca da satisfação individual; e a satisfação da libido é problemática, ressalta o autor, devido ao caráter de plasticidade das pulsões. Quanto à plasticidade das pulsões Cruxên (2004) esclarece:

A pulsão é bastante plástica. Vários caminhos são capazes de satisfazê-la. Eles podem se combinar. A satisfação de uma pulsão pode ser parcial ou inibida em sua finalidade. O próprio objeto, elemento através do qual uma pulsão se satisfaz, é extremamente variável. Ele se modifica ao longo da vida erótica de acordo com as conveniências da satisfação. (CRUXÊN, 2004, p. 8).

E para tentar resolver os impasses na teorização do conceito de sublimação articulados na obra freudiana (que levaram, por vezes, a uma redução do conceito em processo sistematizador de uma boa adaptação social, uma moral adaptativa, conforme descrito por Torezan; Brito (2012) na obra Seminário 7 (1959-1960), sobre a ética da psicanálise), Lacan (2008) resgata o conceito de sublimação por meio de sua releitura das obras freudianas, e reapresenta o conceito freudiano de *das Ding* (a Coisa), conceituado como o objeto perdido de uma satisfação mítica impossível de ser encontrado. Nas palavras de Lacan (2008, p. 137), a sublimação “eleva um objeto à dignidade da Coisa”, resolvendo o conflito teórico.

Um exemplo desse conflito teórico seria a satisfação da pulsão na medida em que é recalçada¹¹, o que é paradoxal, uma vez que a pulsão pode encontrar seu alvo em outra coisa que não seja seu alvo. Entendendo-se que alvo é diferente de objeto, o qual, por sua vez, é ponto de atrativo do homem em seu mundo. Esse objeto não é a Coisa, mas uma imagem do nosso eu inconsciente narcísico. Lacan (2008) leva a discussão da satisfação da pulsão a estar em outro lugar diferente do seu alvo, aqui definido como alvo natural. Isso é justamente o que revela a verdadeira natureza da pulsão, que não é mais instinto, ao campo pulsional, sendo ela separada das regras do eu e do mecanismo do recalque. No entanto, Lacan (2008) adverte que esse campo do *das Ding* não está totalmente elucidado apesar do fato de nos servirmos dele.

Pode-se dizer que os destinos da pulsão são variados. Na obra freudiana, o recalque e a sublimação são destinos pulsionais diferentes e, ambos, dessexualizados em sua meta, o que faz dessa questão um ponto de discussão problemático na teoria freudiana. Para Mendlowicz (1991), “o destino pulsional do recalque encontra sua satisfação numa sequência significativa fixada, enquanto que a sublimação, se caracteriza fundamentalmente pela criação de um novo significante na cultura”. (MENDLOWICZ, 1991, p. 4).

O recalque e a sublimação são elementos extremos das vicissitudes das pulsões por serem importantes formas evitativas da realização sexual direta. No recalque, o

¹¹ Segundo Roudinesco; Plon (1998), para Sigmund Freud o recalque designa o processo que visa a manter no inconsciente todas as ideias representações ligadas às pulsões e cuja realização, produtora de prazer, afetaria o equilíbrio do funcionamento psicológico do indivíduo, transformando-se em fonte de desprazer. Freud, que modificou diversas vezes sua definição e seu campo de ação, considera que o recalque é constitutivo do núcleo original do inconsciente. No Brasil também se usa “recalcamento”.

indivíduo vai ficar preso ao sexual, segundo Mendes (2011), e, na sublimação, o indivíduo abre mão da satisfação sexual direta e a enfrenta na dimensão do impossível dessa satisfação. Na sublimação, encontra-se uma possibilidade de satisfação plena, “pois a sublimação revela a estrutura do desejo humano como tal, ao evidenciar que, para além de todo e qualquer objeto sexual, esconde-se o vazio da Coisa, do objeto enquanto radicalmente perdido” (MENDES, 2011, p. 58).

Sem dúvida, esse termo *das Ding* é muito importante na obra freudiana, uma vez que consta do interior da real organização psíquica, segundo Lacan (2008), e a “matéria do psiquismo é a textura sobre a qual o pensamento se estabelece, em outros termos, a textura do discurso como cadeia significante” (LACAN, 2008, p. 125).

O campo do *das Ding*, como promove Lacan (2008), vai muito mais “além do âmbito da afetividade”, é nebuloso e permeado por uma inexatidão de seu registro organizacional. Mas é um registro em que existe uma ambivalência entre o bem e o mal, o amor e o ódio, designado por Freud no plano do para além do princípio do prazer, demonstrado por Lacan (2008).

O que nos comanda na rota da nossa busca pelo prazer não é “nenhum Bem Supremo”, argumenta Lacan (2008, p. 119). O que *das Ding* enfatiza é a posição enigmática da questão, pois não há uma regra ética que faça mediação entre nosso prazer e sua a geral deste.

A *coisa* Lacaniana segundo Torezan; Brito (2012), representa a falta de nada, uma condição de falta radical e originária que assinala a existência humana como frágil e limitada, portadora de uma ambiguidade fundamental de busca e falta de plenitude absoluta, onde estão presentes as condições de possibilidade do desejo. Assim, existe no homem uma busca infundável pela *coisa*, representada pelo furo existencial no qual se inscreve o vazio da “representabilidade da coisa” comandada pelo princípio do prazer.

Lacan (2008), lembrando dos dizeres de Lutero “sois o objeto que cai no mundo pelo ânus do diabo”, argumenta que esse pensamento reflete o modo de exílio que o homem se encontra nesse mundo, e mostra de modo sistemático a crise moderna revelada pela teoria freudiana. É justamente nessa condição excrementosa, forjada no pensamento moderno, que se instala o desamparo humano e referente ao qual Lacan (2008, p. 116) pergunta: “Será isto uma via sujeita à liberação? ... ou à mais severa servidão? [...] Desta forma a investigação freudiana fez entrar o mundo inteiro em nós, recolocou-o

definitivamente em seu lugar, ou seja, em nosso corpo¹², e não alhures” (LACAN, 2008, p. 115).

Ao retomar Freud (1930) novamente, Lacan (2008) instala a discussão sublimatória em torno da arte, religião e da ciência. Todas como formas sublimatórias padrão de nova civilização e possuindo implicação, uma posição específica com o vazio. A arte é mais honesta pela sua capacidade de criação a partir do furo, a religião tende a evitar o vazio e a ciência rejeita o vazio.

A religião procura evitar o vazio. O furo, que ocupa nela uma posição central, é evitado através de uma longa série de rituais. O desejo é lido como pecado, pago com orações e absolvições, para continuar a ser relançado em suas aventuras e desventuras. A falta de sentido da morte é revestida de um sentido fixo: a promessa de sobrevivência no além.

A ciência, por sua vez, rejeita o vazio. Sua visada de saber exato não pode assimilar o furo. Desta forma, ela se constitui como saber compacto, mestre, em relação ao qual o indivíduo se mantém subordinado. Seu funcionamento matemático exclui o sujeito, que apenas padece de seus efeitos, sejam estes os da teoria nuclear ou da engenharia genética, por exemplo.

A arte revela-se mais honesta por se constituir como criação a partir do furo (CRUXÊN, 2004, p. 46).

No entanto, Lacan (2008) observa que a sublimação não é possível para todos os indivíduos, não é realizável em qualquer produção do homem. Há limites nas questões de disposições internas e ações externas. Alguma coisa não pode ser sublimada.

No indivíduo [...] visto tratar-se do indivíduo e colocando-se, portanto, a propósito disso, tanto a questão das disposições internas como das ações externas - encontramos-nos diante de limites. Alguma coisa não pode ser sublimada, há uma exigência libidinal, a exigência de uma certa dose, de uma certa taxa de satisfação direta, sem o que resultam danos e perturbações graves. (LACAN, 2008, p. 114).

Uma das condições para ocorrer a sublimação é que o sujeito esteja inscrito no registro do ideal do eu, tenha conseguido sair do narcisismo infantil, com capacidade de proceder ao luto pela perda de objetos idealizados. “Quando há a transformação do eu ideal em ideal do eu, há possibilidade de satisfazer a pulsão através da sublimação” (MENDES, 2011, p. 59).

¹² O corpo humano possui um sentido, uma articulação entre as zonas erógenas e a esfera das representações. (CRUXÊN, 2004, p. 8).

Para Mendlowicz (1991), a sublimação vai ocorrer somente nas produções humanas que provocam um choque, uma novidade, uma vez que o processo sublimatório envolve a criação de um novo significante na cultura, a transformação do pulsional em criações culturais. Nesse sentido, existe um impasse enigmático para a psicanálise, que é o motivo da escolha da via sublimatória pelo indivíduo, uma vez que vai depender de cada um essa escolha, da capacidade de cada um em sublimar suas pulsões. Lembrando que esta escolha é sempre inconsciente.

Ainda para Mendlowicz (1991), existe uma fragilidade na sublimação, que é ser acessível somente a poucos identificados talentosos e, mesmo assim, estes não estão imunes ao sofrimento psíquico.

No entanto, existe uma luz no fim do túnel, pois apesar de não haver defesa precisa contra o sofrimento psíquico, que acaba sendo inerente a qualquer produção humana, na sublimação há sempre a capacidade de mudança da realidade vivida, levando em conta a castração e, ao mesmo tempo, o desejo. Essa seria a possibilidade de criação do novo e da transfiguração.

3 ALGUNS DADOS QUE DEMONSTRAM O ADOECIMENTO FÍSICO E/OU MENTAL E AS POSSÍVEIS RELAÇÕES COM O SOFRIMENTO PSÍQUICO DE TRABALHADORES

Historicamente, a psicologia – como ciência e profissão – não se preocupou muito com o estudo da relação do homem com seu trabalho, fato que tem mudado substancialmente. Por muito tempo, a ciência psicológica serviu aos interesses da classe dominante e contribuiu para o enquadramento do indivíduo à sociedade burguesa e seus interesses; consequentemente, restringiu-se a adaptar comportamentos nas instituições de trabalho, nas quais o objetivo era o aumento da produção.

Dessa forma, o nexos causal entre o trabalho, transtorno psíquico, sofrimento e adoecimento de trabalhadores é pouco reconhecido pelos órgãos previdenciários no Brasil, afirma Jacques (2007). Todavia, cabe ao psicólogo e à psicologia ressignificar a importância do trabalho no processo relacional de saúde/doença/sofrimento através da denúncia crítica da situação e de reconhecimento e manejo de técnicas de intervenção.

Para Bernardo et al (2011), o trabalhador ensaiando adaptar-se ao sistema, cria estratégias de defesa que são as intermediações ao sofrimento, tais como a dissimulação,

a hiperatividade, o cinismo, o desprezo, a desesperança na busca do reconhecimento, a violência aos subordinados, a negação dos riscos inerentes ao trabalho, a comunicação distorcida, dentre outros. As estratégias individuais tornam-se cada vez mais ineficientes frente ao discurso duvidoso da realidade do mercado de trabalho, que acarreta ainda mais danos à saúde dos indivíduos, de forma que a ansiedade, o medo e os desgastes se acumulam, sejam físicos ou mentais, e podem conduzir o trabalhador a uma situação de adoecimento e até suicídio.

Neste sentido, como medir o sofrimento psíquico do trabalhador? Sem dúvida, essa é uma questão complexa e perigosa. Os dados disponíveis para quaisquer análises estão acessíveis quando o sofrimento evolui para um quadro somático de adoecimento e/ou acidente de trabalho. Até mesmo porque o sofrimento psíquico muitas vezes é invisível na instituição e para o próprio trabalhador, que não percebe o que está acontecendo, prefere assumir a culpa por não estar adaptado e pede demissão. Essa situação não chega a virar estatística, fica no âmbito particular.

Refere-se, nesse contexto, que o adoecimento é uma maneira de construção da identidade de doente a partir do discurso do sofrimento, independentemente da estada ou sumiço de doença.

Sendo assim, procuraremos discutir alguns dados oficiais fornecidos pelos órgãos públicos na tentativa de encontrar inter-relações, nexos-causal entre o adoecimento do trabalhador (relação saúde/doença) com o sofrimento psíquico; sem, com isso, fazer conluio ou reproduzir discursos dominantes e excludentes que separam mente e corpo e sequestram a subjetividade, mas tendo o intuito de utilizar os recursos disponíveis para encontrar respostas.

A saúde e a doença mental e física estão interligadas e os pensamentos, sentimentos e comportamentos têm grande impacto no estado de saúde física. Por outro lado, o estado de saúde física tem considerável influência sobre o bem-estar e a saúde mental dos indivíduos, inclusive no contexto laboral, e o sofrimento psíquico seria uma resultante desses processos holísticos.

No cenário mundial, segundo a organização mundial de saúde (OMS), estima-se em dados de 2017, que centenas de milhões de pessoas são afetadas por perturbações mentais em nível mundial. Calcula-se que mais de 300 milhões de pessoas vivem com depressão, um aumento de mais de 18% entre 2005 e 2015 e mais de 260 milhões vivem com transtornos de ansiedade, sendo que muitas dessas pessoas vivem com ambos os

transtornos e custam 1 trilhão de dólares à economia global a cada ano em perda de produtividade. No relatório sobre saúde mental e desenvolvimento de 2017, o problema da saúde mental é apontado como desafiador e considera que as pessoas com deficiências mentais e problemas psicológicos estão entre os grupos mais vulneráveis em países em desenvolvimento.

[...] Uma em cada quatro pessoas no mundo sofrerá uma condição de saúde mental na sua vida. Problemas de saúde mental são responsáveis por uma grande quantidade de mortalidade e incapacidade, sendo responsável por 8,8% e 16,6% do total da carga de doença devido às condições de saúde em países de baixa e média renda, respectivamente. A depressão será a segunda maior causa de incidência de doenças em países de renda média e a terceira maior em países de baixa renda até 2030. ([WHO] WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2010)

Segundo a Wonca e OMS, as perturbações mentais e de abuso de substâncias aditivas foram, em 2002, responsáveis por 13% da carga global de doença balizada como morte prematura combinada com anos vividos sob invalidez. Abrangendo apenas o componente invalidez no cálculo da carga de doença, as perturbações mentais foram responsáveis por 31% de todos os anos vividos com invalidez. E esse número está a crescer. Em 2030 a depressão, exclusivamente, será provavelmente a segunda maior causa da carga de doença – menor apenas que VIH/SIDA. Em países de alto rendimento a depressão tornar-se-á um dado de maior aporte para a carga de doença, segundo a [WHO] WORLD MENTAL HEALTH SURVEY CONSORTION (2008,2010).

No estudo da carga global de doença (*Global Burden of Disease*) GBD¹³ (2010), demonstra que a saúde no mundo está passando por grandes transformações devido ao fato das pessoas estarem vivendo mais e portanto envelhecendo, “Os problemas de saúde estão sendo cada vez mais definidos não pelo que nos mata, mas pelo que nos incomoda” (p.45).

[...] Transtornos mentais e de comportamento, como depressão, ansiedade e uso de drogas, são os condutores principais de incapacidade no mundo inteiro. [...] A depressão é a maior causa de invalidez entre as regiões e é uma das três maiores causas de invalidez em todas as regiões. [...] O transtorno pode causar fadiga, diminuição da capacidade de trabalhar e estudar e o suicídio. [...] A ansiedade, um tipo diferente

¹³ Este relatório foi preparado pelo Instituto de Métrica e Avaliação em Saúde (IHME) com base em sete artigos para o Estudo de Carga de Doença Global 2010 [Estudo sobre o fardo global das doenças de 2010] (GBD 2010) publicado em The Lancet (13 dez 2012; 380). O GBD 2010 teve 488 coautores de 303 instituições em 50 países.

de transtorno mental, é uma das 10 maiores causas de invalidez na maioria das regiões. Além disso, dois outros transtornos mentais, esquizofrenia e transtorno bipolar, aparecem entre as 20 maiores causas de invalidez em muitas regiões. (GBD, 2010, p. 27,28 E 29)

Na Tabela 1 abaixo, temos a prevalência de qualquer perturbação mental (IC 95%) por país. Esses dados todos revelam que a saúde mental tem um grande impacto no quadro geral de doenças no mundo todo e seu agravamento é uma lastimável realidade, repercutindo direta e/ou indiretamente na qualidade de vida das pessoas.

Tabela 1. A prevalência de perturbações mentais em 14 países

País / Percentagem de prevalência de qualquer perturbação mental (IC 95%)	
China (Pequim) 9.1 (6.0–12.1)	China (Shangai) 4.3 (2.7–5.9)
Bélgica 12.0 (9.6–14.3)	Colômbia 17.8 (16.1–19.5)
França 18.4 (15.3–21.5)	Alemanha 9.1 (7.3–10.8)
Itália 8.2 (6.7–9.7)	Japão 8.8 (6.4–11.2)
Líbano 16.9 (13.6–20.2)	México 12.2 (10.5–13.8)
Holanda 14.9 (12.2–17.6)	Nigéria 4.7 (3.6–5.8)
Espanha 9.2 (7.8–10.6)	Ucrânia 20.5 (17.7–23.2)
Estados Unidos da América 26.4 (24.7–28.0)	

Fonte: adaptada a partir do WHO World Mental Health Survey Consortium, 2008.

Nota: IC, intervalo de confiança

Para a OMS (2008)¹⁴, o resultado total das perturbações mentais extrapola o que é representado pelas estimativas da carga de doença. Muitas pessoas com perturbações mentais são distanciadas do convívio social pela sociedade e por suas famílias. Assentam na pobreza e ficam sem condições de trabalho e sobrevivência porque não recebem o tratamento e os cuidados dos quais que precisam. Essas pessoas muitas vezes são consideradas perigosas ou contagiosas e são vítimas de preconceito e discriminação.

Consequentemente, são fisicamente deportadas, renegadas à solidão e à humilhação. As consequências das perturbações mentais também tem efeito relacionado às doenças crônicas tais como cancro, doenças cardiovasculares, diabetes e VIH/SIDA. Sem tratamento, as perturbações mentais podem levar a comportamentos pouco

¹⁴ Dados encontrados no relatório de Integração da saúde mental nos cuidados de saúde primários: Uma perspectiva global da OMS de 2008 por falta de atualizações mais recentes.

saudáveis, uma vez que não há muita aderência a tratamentos de saúde prescritos.

A OMS ainda adverte para a questão da somatização dos problemas de saúde mental e do modo como os sistemas de saúde diagnosticam estes problemas de saúde mental, uma vez que as pessoas experimentam emoções por meio do corpo, como as ansiedades vivenciadas: “nó no estômago” ou as angústias como uma falta de ar; depressão como preguiça ou cansaço e lentidão e, assim por diante. Dessa forma, as pessoas procuram ajuda para aquilo que elas conhecem e sentem fisicamente, tendo dificuldades em expressar outras questões de ordem emocional.

As expressões de sofrimento emocional incluem “pensar demasiado”, “sentir coisas a rastejar pelo corpo”, “um coração pesado”, “sofrer dos nervos”, “sentir-se quente”, “gás”, “calor na cabeça”, “sensação de picadas no meu corpo” e “uma sensação de peso por todo o meu corpo”.(OMS, WONCA 2008, p. 33).

Segundo Zimerman (1999), a questão dos pacientes somatizadores é bastante ampla e complexa, são vários os autores que contribuem no desenvolvimento de teorias que buscam identificar melhor os processos mentais de sofrimento que por algum motivo não foi possível para a mente do sujeito fazer uma simbolização necessária, tendo o corpo como campo de batalha para uma vivência sem palavras. O indivíduo não consegue pensar em suas experiências emocionais, tendo no corpo a manifestação dos sintomas que contam a história de sua angústia, sendo a somatização uma resposta à dor, ao sofrimento da mente.

Ainda para este autor, o que leva à somatização ainda é um tema que necessita de mais respostas, mais estudos, mais precisão científica e são várias as ciências que avançam em tais pesquisas. No entanto, entende-se que ninguém está imune à condição de somatização, em determinados momentos da vida é perfeitamente possível. O consenso na atuação clínica atual considera que as vivências emocionais, narcísicas e sensuais que descrevem os vínculos iniciais de nossas vidas, são o princípio da construção psicossomática nos indivíduos.

Considerando a realidade brasileira, os dados previdenciários do INSS, mostram que os transtornos mentais já ocupam a terceira posição entre os pagamentos de concessão de benefícios previdenciários, conforme tabela abaixo:

Tabela 2. Distribuição dos benefícios de espécies não acidentários e acidentários pagos pela Previdência Social por capítulo do CID-10 no Brasil no período de 2000 a 2013

CAPÍTULOS DO CID-10	Benefícios não acidentários	%	Benefícios acidentários	%	Total
Capítulo I - Algumas doenças infecciosas e parasitárias	513.621	2,18	12.943	0,35	526.564
Capítulo II - Neoplasias [tumores]	1.223.094	5,18	5.732	0,16	1.228.826
Capítulo III - Doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos e alguns transtornos imunitários	46.620	0,20	1.079	0,03	47.699
Capítulo IV - Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	255.206	1,08	1.246	0,03	256.452
Capítulo IX - Doenças do aparelho circulatório	2.203.027	9,33	27.047	0,73	2.230.074
Capítulo V - Transtornos mentais e comportamentais	2.393.212	10,14	87.716	2,38	2.480.928
Capítulo VI - Doenças do sistema nervoso	584.307	2,48	66.544	1,80	650.851
Capítulo VII - Doenças do olho e anexos	440.941	1,87	19.353	0,52	460.294
Capítulo VIII - Doenças do ouvido e da apófise mastoide	100.878	0,43	4.218	0,11	105.096
Capítulo X - Doenças do aparelho respiratório	321.452	1,36	14.841	0,40	336.293
Capítulo XI - Doenças do aparelho digestivo	1.691.879	7,17	29.182	0,79	1.721.061
Capítulo XII - Doenças da pele e do tecido subcutâneo	269.215	1,14	13.297	0,36	282.512
Capítulo XIII - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	5.440.412	23,05	826.315	22,38	6.266.727
Capítulo XIV - Doenças do aparelho geniturinário	823.309	3,49	2.795	0,08	826.104
Capítulo XIX - Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	5.027.722	21,30	2.256.260	61,10	7.283.982
Capítulo XV - Gravidez, parto e puerpério	577.363	2,45	531	0,01	577.894
Capítulo XVI - Algumas afecções originadas no período perinatal	1.180	0,00	73	0,00	1.253
Capítulo XVII - Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	38.140	0,16	169	0,00	38.309
Capítulo XVIII - Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	56.339	0,24	1.323	0,04	57.662
Capítulo XX - Causas externas de morbidade e de mortalidade	10.867	0,05	2.759	0,07	13.626
Capítulo XXI - Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	1.084.196	4,59	34.260	0,93	1.118.456
Capítulo XXII - Códigos para propósitos especiais	04	0,00	00	0,00	04
Indefinido	330.452	1,40	218.163	5,91	548.615
Sem informação	168.637	0,71	67.021	1,81	235.658
TOTAIS	23.602.073	100,00	3.692.867	100,00	27.294.940

Fonte: MPS (2015).

Nota: Grifos da pesquisadora.

Observa-se na Tabela 2 acima que o grupo das “lesões, envenenamento, e algumas outras consequências de causas externa” (CAP XIX do CID- 10) constituem em média 61,10% (2.256.260 benefícios), dentre todos os grupos de causa. Em segundo lugar, aqueles consecutivos das “doenças osteomusculares e do tecido conjuntivo” (CAP XIII do CID-10) aparecem com 826.315 casos, mostrando um percentual de 22,38%. Em comparação aos benefícios não acidentários, ocorre uma inversão no cenário: o grupo que representa as “doenças osteomusculares e do tecido conjuntivo” (CAP XIII do CID-10) aparece em primeiro lugar com um percentual de 23,05% (5.440.412) e em segundo lugar

as “lesões, envenenamento, e algumas outras consequências de causas externa” (CAP XIX do CID-10) com 5.027.722 (21,30%).

Na Classificação Internacional de Doenças – CID 10, publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que visa padronizar a codificação de doenças e outros problemas relacionados à saúde, a LER/DORT pode receber o código Z 57.9 - Exposição ocupacional a fator de risco não especificado. Entretanto, mais comumente os códigos de doenças enquadradas como LER/DORT se encontram no Capítulo XIII da CID 10 (Letra M), Doenças do Sistema Osteomuscular e do Tecido Conjuntivo e, em alguns casos, no Capítulo VI (Letra G), Doenças do Sistema Nervoso, sendo que estes são os mais usados pela perícia médica na caracterização dos segurados com LER/DORT. (BRASIL, 2016, p. 09)

No contexto brasileiro, de acordo com o Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde (2001), a adesão de novas tecnologias e métodos gerenciais, por exemplo, favorecem o aumento do trabalho que, conivente com a instabilidade no emprego, transforma o perfil de adoecimento e do sofrimento psíquico dos trabalhadores, evidenciado principalmente pelo aumento do império de doenças relacionadas ao trabalho, como as Lesões por Esforços Repetitivos (LER), também denominadas de Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT). Dessa forma, o aparecimento de novas formas de adoecimento mal reconhecidos, como o estresse e a fadiga física e mental e outras manifestações de sofrimento psíquico relacionadas ao trabalho concebem situações que exigem mais pesquisas e conhecimento para que se possa tracejar propostas mais adequadas e efetivas de intervenção.

A questão da violência urbana e aumento da criminalidade nos ambientes laborais – como assaltos e roubos seguidos ou não de violência física ou psicológica ao trabalhador, agressões verbais aos trabalhadores do serviço público, violência nas escolas e aos professores e em outras situações são fatores de risco para a ocorrência da síndrome de estresse pós-traumático. Esses trabalhadores comumente apresentam problemas de saúde e sofrimento mental que portam estreita relação com o trabalho.

Na totalidade das causas externas, os acidentes relacionados ao trabalho têm sua relevância devido à sua amplitude nos dados de mortes e incapacidades total e/ou parcial dos trabalhadores, gerando impactos diretos para o próprio trabalhador, para o empregador e para o Estado.

Em 1998, foram registrados pelo MPAS, no país, 401.254 acidentes de

trabalho, distribuídos entre acidentes típicos (337.482), de trajeto (35.284) e doenças do trabalho (28.597). O total de acidentes distribuiu-se entre os setores da indústria (46,1%), serviços (40,1%) e agricultura (8,1%), sendo que 88,3% ocorreram nas regiões Sudeste e Sul. Entre trabalhadores do sexo masculino, o principal ramo gerador de acidentes é o da construção civil. Dos casos notificados, cerca de 57,6% referem-se ao grupo etário até 34 anos de idade. Verifica-se um aumento de acidentes no “ramo dos serviços prestados” principalmente às empresas. Foram 32.642 acidentes, em 1998, comprovando a importância crescente do trabalho terceirizado no conjunto dos acidentes de trabalho no país. (BRASIL 2001, p. 21).

Segundo Barbosa (2014), além das condições adequadas de trabalho que contribuem de forma significativa para a diminuição dos riscos de acidente no trabalho, a duração do trabalho é um fator que deve ser considerado devido à relação existente entre a quantidade de horas de trabalho extenuantes e acidentes no trabalho, e ainda as doenças profissionais. Jornadas extensivas levam o trabalhador à fadiga física e/ou mental, muitas vezes, impactando na saúde e bem estar social dos indivíduos.

Ressalta-se que o Brasil melhorou seus índices de acidentes de trabalho, apesar deste ainda não estar sob controle. No entanto, as doenças oriundas do trabalho tiveram um acentuado aumento, mudando a realidade a ser observada nos ambientes laborais. No Brasil a do Ministério da Saúde MS nº. 1339, de 18 de novembro de 1999, cumprindo a determinação contida no art. 6.º, § 3.º, inciso VII, da LOS, também adotada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), descreve os princípios norteadores para um diagnóstico de doenças relacionadas ao trabalho, pois institui uma Lista de Doenças relacionadas ao Trabalho a ser adotada como referência dos agravos originados no processo de trabalho no Sistema Único de Saúde, para uso clínico e epidemiológico. Dessa lista, consta a relação de agentes ou fatores de risco de natureza ocupacional, com as respectivas doenças que podem estar relacionadas a estes, e tem um capítulo exclusivo dos transtornos mentais e comportamentos relacionados ao trabalho (Grupo V da CID-10).

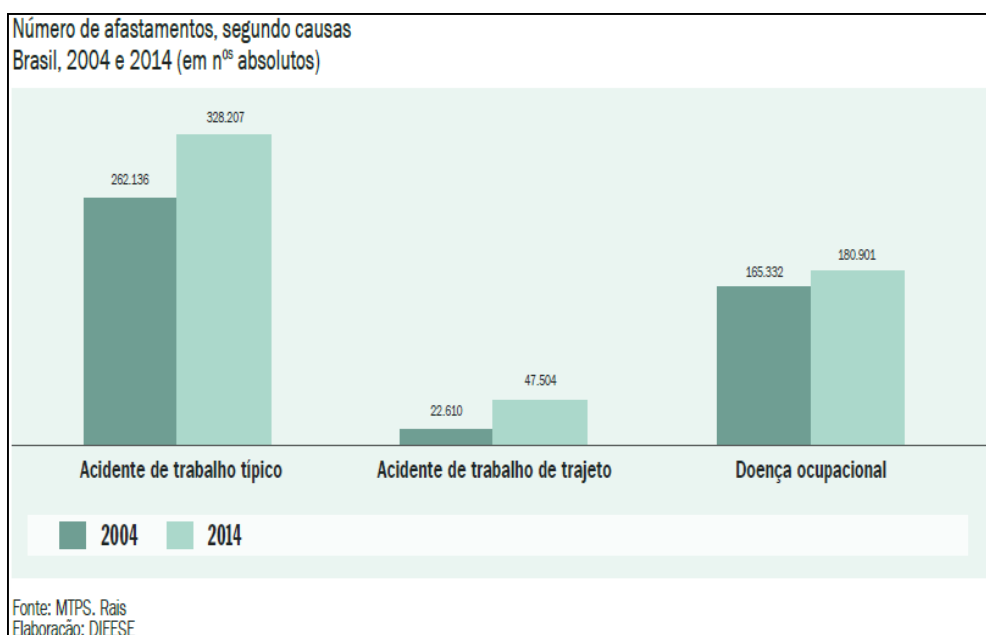
Apesar de ser uma boa tratativa, as informações presentes em tal lista parecem ser insuficientes para conhecer a realidade sobre o adoecimento dos trabalhadores brasileiros; menos ainda, oferecem subsídios para a construção de políticas de ações preventivas e acompanhamento de assistências aos trabalhadores. Assim ficam descaracterizadas as condições de saúde do indivíduo com o seu trabalho, colaborando-se para o distanciamento das ações dispendidas pelas políticas públicas concernente à realidade do

trabalhador brasileiro.

Dessa forma os dados são incipientes para alcançar uma compreensão significativa da realidade do trabalhador brasileiro, agravando a situação das impotentes políticas públicas de prevenção de acidentes e doenças no trabalho.

Nesse sentido, o DIEESE, 2016 informa que “[...] em 2014, a quantidade de vínculos formais cujos trabalhadores sofreram afastamentos devido a acidentes de trabalho típico, acidentes de trajeto e doença ocupacional chegou a 557 mil” conforme Gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1. Número de afastamentos, segundo causas Brasil, 2004 e 2014



Fonte: MTPS. RAIS (2014)

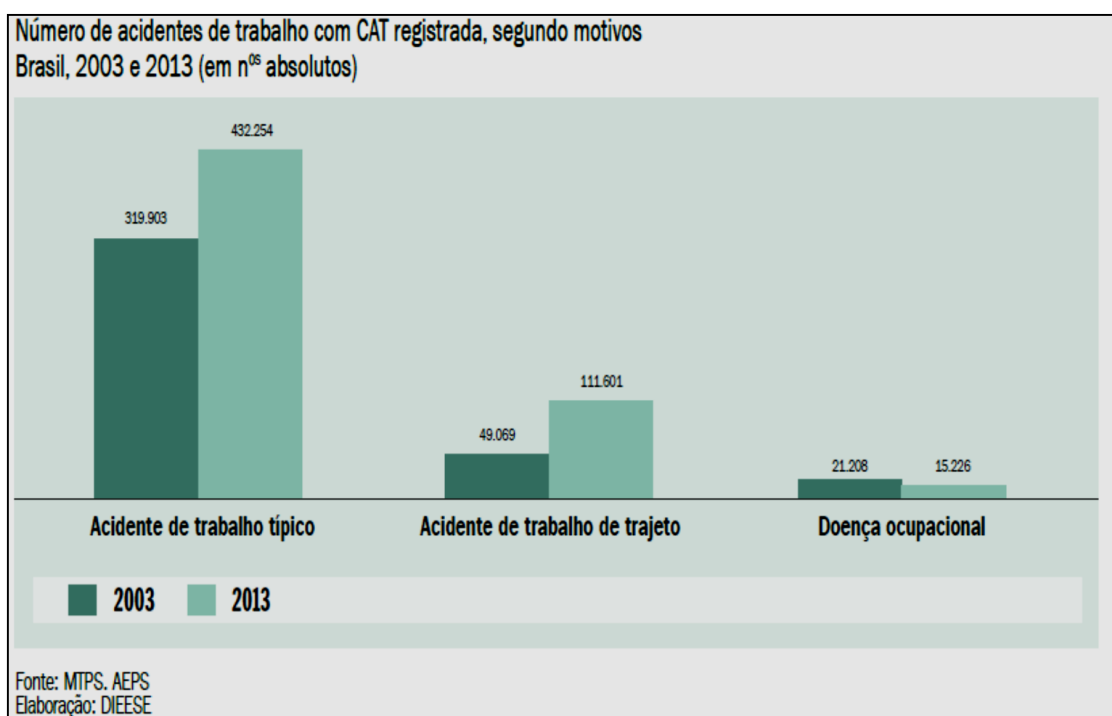
Ou seja, houve crescimento de 23,7% em relação à 2004. Nota-se também um crescimento de doença ocupacional na ordem de 9,4%, ou seja, cerca de 181 mil novos casos somente em 2014.

Esses dados são retirados da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) que é, na verdade, um documento emitido para reconhecer tanto um acidente de trabalho ou de trajeto, bem como uma doença ocupacional. Entende-se, para todos os fins, que **Acidente de trabalho ou de trajeto** é o acidente ocorrido no exercício da atividade profissional a serviço da empresa ou no deslocamento residência/trabalho/residência, que provoque lesão corporal ou perturbação funcional causadora da perda ou redução (permanente ou temporária) da capacidade para o trabalho ou, em último caso, a morte.

Por sua vez, a **Doença ocupacional** é aquela produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

Faz-se necessário ressaltar, os acidentes de trabalho, segundo o CAT, somaram mais de 559 mil casos em 2013, o que correspondeu a um crescimento de 43% no decênio que vai de 2003 a 2013, apesar da queda no número de casos registrados de doença ocupacional, conforme Gráfico reproduzido abaixo:

Gráfico 2. Número de acidentes de trabalho com CAT registrada



Fonte: MTPS. RAIS (2014)

De acordo com o DIEESE (2016) os acidentes de trajeto aumentaram em 127,4% em apenas 10 anos: passaram de cerca de 49 mil em 2003 para mais de 111 mil em 2013. Entre 2003 e 2013, o número de acidentes de trabalho liquidados cresceu 78,6%, variando de 413 mil para 737 mil. Entre as consequências analisadas, o número de óbitos decorrentes de acidentes de trabalho foi o que apresentou menor crescimento nesse decênio, com aumento de 8,3%. Mas esse dado não é animador, houve menor crescimento, porém, houve aumento.

Segundo o Ministério do Trabalho, em dados apresentados pelo Ministério da Previdência Social via CAT, a maioria dos acidentes de trabalho resultaram de

incapacidade temporária; porém, em 2013, os afastamentos por incapacidade temporária resultaram em 82,8% do total de acidentes liquidados.

De uma forma ou de outra, é ponto pacífico na literatura que as doenças oriundas do trabalho resultam em sofrimento para o trabalhador, seja com afastamento temporário, afastamento prolongado ou até mesmo definitivo.

Vale salientar que a ideia de sofrimento parece estar fortemente associada a morte e adoecimentos, a contextos de perdas, como apontam Brant e Minayo-Gómez (2007), e quando confrontada ao trabalho, indica variados sentidos positivos ou negativos – como o medo pela perda do emprego ou angústias geradoras nas relações de trabalho, dentre outros fatores. Dessa forma, a manifestação do sofrimento parece não ter lugar na cultura narcísica em que vivemos, mas sua transformação em doença fica mais aceitável e/ou justificável.

Assim, a pressão excessiva do mundo moderno gera uma série de problemas de ordem emocional como depressão, estresse, ataques de ansiedade ou síndrome do pânico que podem ter causa no isolamento, na pressão psicológica, no ritmo agressivo de trabalho, dificuldades ou desentendimentos no ambiente de trabalho, ou mesmo na carga horária excessiva.

Essas doenças são consideradas perigosas; no entanto, não são encaradas com a devida seriedade, podendo ser imperceptíveis quando em seu início ou à primeira vista. Ao contrário do que se pensa, podem se tornar **irreversíveis**, afastando definitivamente o trabalhador (MEDINA, 1986). Ocorre com frequência entre policiais, seguranças, professores, bancários, operadores de *telemarketing* e profissionais de comunicação, dentre outras categorias profissionais.

De acordo com o Ministério da Saúde, apenas como estimativa da Organização Mundial da Saúde, tem-se que os transtornos mentais menores poderão acometer cerca de 30% dos trabalhadores ocupados. Já os transtornos mentais considerados graves, cerca de 5 a 10% dos trabalhadores ocupados (BRASIL, 2011).

Portanto, o que fica evidenciado é que o trabalhador, por não encontrar recursos subjetivos para nomear seu sofrimento, encontra no discurso médico de produção da identidade de doente um aparato legal e técnico para o seu desamparo e para, assim, ser acolhido superficialmente em sua demanda sem, na verdade, poder ser reconhecido genuinamente o cerne da questão, que é o sofrimento. Há, na verdade, um tamponamento do sofrimento quando este se transforma em doença, pois esse sofrimento não pode ser

visto de outra forma.

É por instrumento da voz dada ao trabalhador, e do exame dos seus gestos, das suas opiniões, sentimentos e vivências que se abarca o trabalho real dele, ou seja, sua atividade. Compreende-se, sobretudo, em que circunstâncias os requisitos das situações de trabalho colocam em risco o bem-estar no trabalho. Esse pressuposto da centralidade da fala se contrapõe à visão clássica das ciências do trabalho de que é possível planejar e executar um trabalho por intermédio da tarefa ou do trabalho prescrito. Essa perspectiva analítica coloca o trabalhador no centro do processo, autor de cada etapa, ser pensante que age sobre sua realidade.

Os estudos sobre qualidade de vida no trabalho (QVT) realizados por Ferreira (2011) são uma demonstração da importância da pesquisa nas fontes geradoras de bem-estar e de mal-estar no contexto laboral. Considera-se especificamente que o mal-estar no trabalho, em última instância, é um fenômeno decorrente da reestruturação produtiva do modelo capitalista, que criou a necessidade da concepção de invenção de uma nova ordem econômica, relacionada aos meios de produção que privilegiam um perfil psicológico de trabalhadores mais competitivos, disciplinados, resilientes, motivados, indivíduos de alta performance.

Esse autor defende um método de investigação micro e macro nas organizações, o qual aponta para a realização do diagnóstico e políticas que desenvolvam critérios para ações de promoção da qualidade de vida no trabalho, levando em conta a escuta e a participação dos trabalhadores no processo, o que traz inovação nesse tipo de avaliação e também privilegia o reconhecimento das manifestações de sofrimentos psíquicos de trabalhadores por seu discurso revelador.

As principais consequências que a reestruturação produtiva vem trazendo no mundo do trabalho sobre os trabalhadores são visualizadas no absenteísmo crônico, presenteísmo contumaz, acidentes e doenças no trabalho, além da rotatividade do trabalho ocasionada por desemprego, baixos salários e trabalhos precarizados. Estes são alguns dos indicadores críticos da realidade (FERREIRA, 2011).

Absenteísmo crônico que invade o cotidiano de trabalho, superandotaxas administráveis e agravando as condições daqueles que permanecem trabalhando em virtude, sobretudo, do aumento da carga de trabalho; paradoxalmente, em muitos casos se ausentar sistematicamente do trabalho termina funcionando, para alguns trabalhadores, como estratégia de preservar a própria saúde mental e física. Presenteísmo contumaz, avesso do absenteísmo, fortemente

presente nas organizações, que se expressa por falta de engajamento efetivo na execução das tarefas, desmotivação dos trabalhadores, baixa produtividade, falta de iniciativa, indisposição e postura do tipo “corpo presente e espírito ausente”. Acidentes que crescem sem cessar nas organizações e que produzem uma gama de efeitos nocivos: mutilação de vidas, geração de incapacidades temporárias e permanentes, afastamentos das atividades laborais, aposentadorias precoces; o custo individual, coletivo, social, empresarial e estatal dos acidentes é, no caso brasileiro, colossal, embora, sua avaliação e medidas necessitem ser aprimoradas. Doenças do trabalho e licenças-saúde que se multiplicam e desenham um perfil epidemiológico que fortalece o nexo com os contextos de trabalho nos quais os acometidos estão ou estavam inseridos, merecendo destaque: a epidemia dos Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (Dort), que se tornou um problema de saúde pública em diversos países ocidentais. (FERREIRA, 2011, p. 73).

Tais dados evidenciam um cenário social e humano devastador, pois o custo humano do trabalho se converte em gerador de mal-estar, intensificando acidentes, adoecimento e sofrimento psíquico entre os trabalhadores.

3.1 Em destaque, o sintoma suicídio

Uma questão importante nesse contexto denunciador de sofrimento e adoecimento reside nos suicídios. Esse é um tema repleto de tabus e enevado por um eloquente silêncio em nossa sociedade e necessita de muitos estudos para ser melhor identificado. É denunciador, com certeza, dos efeitos nefastos de uma sociedade adoecida.

Destaca-se na literatura a obra de Durkheim (2000) obra sociológica pioneira na denúncia e mapeamento do suicídio, que esse fenômeno pode ser visto como manifestação evidente de ruptura de laços sociais, ampliando o estudo do tema como um fator social e psicológico. O autor escreve “O suicídio: estudo de sociologia” obra para refutar as teorias que pretendiam explicar o suicídio com base em fatores exclusivos psicológicos, biológicos, raciais, genéticos, climáticos ou geográficos, tarefa em que teve êxito. Em segundo lugar, Durkheim busca provar sua própria teoria sociológica.

Para o autor, é a relação entre indivíduo e as normas que levam o indivíduo ao suicídio. Trata-se de fenômenos individuais que respondem a causas sociais. Para chegar a essa conclusão, Durkheim (2000) criou o inovador conceito de anomia, que é uma “condição social onde as normas reguladoras do comportamento das pessoas perderam a validade”. “A anomia descreve um estado de coisas onde as violações de normas não são

punidas” (DURKHEIM, 2000, p. 16). O suicídio teria sua causa, grosso modo, na instabilidade social gerada nas pessoas quanto ao não funcionamento adequado das leis.

Outra obra importante nesse contexto sobre o suicídio é Marx (2006), composto, em sua maior parte, de uma seleção de trechos das memórias de Jacques Peuchet¹⁵. Há, na obra, uma denúncia por meio da classificação das causas do suicídio como reveladora do sintoma do adoecimento da sociedade burguesa moderna, que necessita urgentemente de uma transformação radical. Aqui houve uma extrapolação da questão da exploração econômica para os aspectos éticos e sociais reveladores da profunda opressão social vivenciada, em especial, pelas mulheres que sofrem o reflexo imediato da família opressora e do seu *modus* machista e patriarcal. Assim, Marx (2006) considera como causa do suicídio os males de ordem política, econômica e ética, como o desemprego, a miséria e as injustiças sociais.

Que tipo de sociedade é esta, em que se encontra a mais profunda solidão no seio de tantos milhões; em que se pode ser tomado por um desejo implacável de matar a si mesmo, sem que ninguém possa prevê-lo? Tal sociedade não é uma sociedade; ela é, como diz Rousseau, uma selva, habitada por feras selvagens. (MARX, 2006, p. 28).

Para Rodrigues (2009), o trabalho de Durkheim (2000), ao enfatizar os fatores sociais nos suicídios e Marx (2006), ao mostrar seu inusitado olhar sobre as relações particulares do mundo privado para criticar o social, são obras complementares, pois valorizam a sociologia como campo de estudo científico. Rodrigues (2009) assinala que a contribuição que o adentramento da sociologia no estudo aprofundado sobre o suicídio traz é relevante na medida que seu objeto de estudo é o agir coletivo e não individual, abrindo-se novas perspectivas interpretativas.

Nos trabalhos de Dejours; Bègue (2010), especificamente sobre o suicídio e trabalho, são destacados o poder das estratégias de defesa contra o sofrimento no trabalho como formas de escamotear e encobrir a sintomatologia apresentada pelo trabalhador também na forma sintomática do suicídio.

O trabalhador, por questões socialmente construídas, pode não demonstrar seu sentimento, seu sofrer no ambiente laboral, tendo que esconder, engolir silenciosamente sua dor. Tal procedimento, ao longo do tempo e dependendo da intensidade, pode

¹⁵ Jacques Peuchet (1758-1830) foi uma espécie de coautor nesta obra, pois era um ex-arquivista policial com uma longa experiência nos departamentos de administração e de polícia.

culminar em descompensações psicopatológicas graves como o suicídio, que podem ocorrer dentro ou fora do trabalho. Quando acontece fora do trabalho, não significa que não tenha relação com esse trabalho, pois

[...] esta tradição do mundo do trabalho levava os assalariados ameaçados pela descompensação psicopatológica a canalizar a expressão do sofrimento para fora do mundo do trabalho. Os gestos suicidários eram praticados fora do local de trabalho, mesmo quando a relação com o trabalho estava em causa nesta descompensação (pressionado por um último resquício de pudor, socialmente construído). (DEJOURS; BÈGUE 2010, p. 20).

O que é revelado pelo suicídio é apavorante, mostra a degradação das relações sociais, das relações dos homens com seu semelhante, “revela a desestruturação profunda da ajuda mútua e da solidariedade” (DEJOURS; BÈGUE, 2010, p. 21). Quando há um suicídio proveniente do trabalho, o mal-estar de todos envolvidos nessa relação fica evidenciado, o mal-estar da sociedade fica evidenciado. O suicídio é um sintoma do sofrimento psíquico do indivíduo.

Como saber quais casos de suicídio tem realmente motivações relacionadas ao trabalho? Dejours; Bègue (2010) afirmam que é muito difícil identifica-los, mas os casos de suicídios ocorridos no ambiente laboral são necessariamente decorrentes do vínculo suicídio-trabalho, pois é uma ação humana endereçada como uma mensagem subjetiva revelada pelo ato. Nos casos em que o suicídio ocorre fora do ambiente laboral e é motivado pelo trabalho e o suicida deixa uma carta explicando seu sofrimento e os motivos que o levaram a dar cabo da própria vida, tendo em vista por aguentar mais a degradação, fica evidente também o vínculo suicídio-trabalho.

Mas nem sempre esse vínculo pôde ser dado como preciso. Então quais seriam as relações estabelecidas entre o suicídio e o trabalho? Para tentar responder, Dejours; Bègue (2010) apresentam três concepções interpretativas no entendimento desses vínculos. Em primeiro um momento, entende-se que o ambiente seria a causa das perturbações de ordem biológica e psíquica (abordagem pelo estresse). No segundo momento desta abordagem, avança-se para o entendimento de que as perturbações somáticas e psíquicas seriam, no fundo, responsabilidade do indivíduo e não do ambiente: “a gravidade das perturbações dependeria do modo como o indivíduo administrava o “seu” estresse” (DEJOURS; BÈGUE, 2010, p. 26).

Uma segunda análise “estruturalista” compreende em outorgar toda ação

considerada patológica, incluindo o suicídio, a colapsos ou a vulnerabilidades individuais. São examinados os fatores hereditários e genéticos, bem como a história de vida do indivíduo como reflexos de sua personalidade. O trabalho teria um aspecto de causalidade, com possíveis traumas psicológicos, revelador de fissuras do sujeito.

Na terceira análise, denominada “sociogenética”, é relevante a análise da organização do trabalho (métodos de governança da empresa), por esta ter grande impacto na saúde mental dos indivíduos e ser a maior responsável pelos “constrangimentos notadamente sociais” (DEJOURS; BÈGUE, 2010, p. 26) ocorridos no ambiente laboral.

No entanto, todas essas abordagens possuem limitações em suas análises, segundo os autores: ao concentrar a discussão entre causalidade social e privada, desconsideram a centralidade do papel do trabalho na saúde física e mental dos indivíduos. Ainda para os autores, se o trabalho pode conceber o melhor e facilitar a muitos aplicar com eficiência seu potencial individual, promovendo efeito contra possíveis falhas no âmbito psicológico, justificadas pela hereditariedade e pela infância, pode-se pensar que também o inverso é permitido, pontuando de modo importantes nos infortúnios dos trabalhadores. Percebe-se que alguns tipos de organização do trabalho promovem direta ou indiretamente uma fragilização em grande parte dos indivíduos, favorecendo as descompensações.

Existe uma relação de complementaridade entre a vida privada do indivíduo, ou seja, fora do trabalho, e sua vida no trabalho, em que constam os relacionamentos com os colegas, com a organização e com o *modus* operatório do seu trabalho. Não há como separar completamente o indivíduo de sua esfera privada da social, pode-se dizer.

As imbricações entre as exigências psíquicas do trabalho e a economia das relações no espaço privado são tão fortes e complexas que se deve antes esperar que as tensões psíquicas nascidas no espaço do trabalho tenham repercussões sobre as relações afetivas privadas. (DEJOURS; BÈGUE, 2010, p. 33).

Acaba sendo inevitável para as pessoas levar problemas do trabalho para a casa e deixarem os problemas do trabalho interferirem nas relações pessoais, por mais que elas se esforcem. Dessa forma, é evidente que as tensões psíquicas funcionem da mesma forma; problemas de ordem profissional acabam interferindo muitas vezes nas relações entre cônjuges, por exemplo, resultam em falta de paciência com os filhos etc. E tensões provocadas no âmbito privado vão influenciar o humor no trabalho, a concentração nas

atividades e nas relações com os colegas.

Resistir ao sofrimento silencioso demanda uma movimentação defensiva de energia pulsional, uma vez que o trabalhar é uma junção entre trabalho psíquico e trabalho como produção, intercambiado pela linguagem na sociedade e por meio do qual se constrói o humano. Nesse contexto, as organizações constroem seus modelos de gestão que privilegiam a competitividade, a individualidade, o isolamento e a falta de solidariedade, ocasionando a destruição dos laços afetivos e sociais, alcançando o sofrimento psíquico e/ou adoecimento e suicídios dos indivíduos, na medida que interferem na estrutura da identidade. “É através do outro que o um constrói sua identidade” (KARAM, apud DEJOURS; BÈGUE, 2010, p. 125).

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2012) avalia o suicídio como um problema de saúde pública; mais de 800 mil pessoas no mundo dão fim à própria vida todos os anos, estando o suicídio dentre as dez causas mais frequentes de morte, além de ser ele a segunda ou terceira causa de morte entre 15 e 44 anos de idade. O suicídio ocorre durante todo o curso de vida e em todas as regiões do planeta e foi a segunda principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos em todo o mundo no ano de 2012. Estimativas mostram que para cada suicídio, existem pelo menos dez tentativas suficientemente sérias, que exigem atenção médica, e para cada tentativa de suicídio registrada existem quatro não conhecidas. Cerca de 75% dos casos ocorrem em países de baixa e média renda e o Brasil é o oitavo país, nas Américas, em número de suicídios com registro, em 2008, de 10 mil mortes por ano, uma taxa de 4,5 a cada 100 mil habitantes. É assustador o fato de que a cada 40 segundos uma pessoa suicida no mundo.

O suicídio envolve vários fatores socioculturais, genéticos, psicodinâmicos, filosófico-existenciais e ambientais. A existência de um transtorno mental é considerada forte fator de risco para o suicídio. Segundo a OMS (2006)¹⁶, calcula-se que aproximadamente 90% das pessoas que colocaram fim às suas vidas cometendo suicídio tinha alguma perturbação mental e que 60% dos suicidas estavam deprimidos. De fato, todos os tipos de perturbações do humor têm sido associados principalmente aos comportamentos suicidas. A depressão e os seus sintomas como tristeza, letargia, ansiedade, irritabilidade, perturbações do sono e da alimentação são alguns exemplos.

¹⁶ Esse documento faz parte de uma série de recursos dirigidos a grupos sociais e profissionais específicos que são particularmente relevantes na prevenção do suicídio. Foi preparado como parte do SUPRE, a iniciativa global da Organização Mundial de Saúde para a prevenção do suicídio.

O alto risco de suicídio também tem sido frequentemente associado à esquizofrenia, abuso de substâncias, perturbações da personalidade, perturbações da ansiedade, incluindo perturbação de estresse pós-traumático, e comorbilidade desses diagnósticos. Em torno de 10% a 15% dos indivíduos com esquizofrenia cometem suicídio. É a causa de morte mais comum entre os indivíduos que sofrem de psicose. O uso do álcool na presença de desafios significativos e de situações estressantes da vida pode criar uma visão mais restrita da realidade e potencialmente acometer um mal. O alcoolismo, particularmente na presença da depressão e de perturbações da personalidade, também pode aumentar o risco de suicídio, segundo a OMS (2006).

Esse gráfico revela o elo entre o comportamento suicida e a doença mental como fator de risco, na população geral, em estudo da OMS que procede a uma revisão de 31 artigos científicos publicados entre 1959 e 2001. São destacados os transtornos do humor (ex.: depressão); transtornos mentais e de comportamento decorrentes do uso de substâncias psicoativas (ex.: alcoolismo); transtornos de personalidade (principalmente *borderline*, narcisismo e antissocialidade); esquizofrenia. No entanto, vale ressaltar que na questão do estudo sobre suicídio do trabalhador em razão do trabalho – seja no Brasil e em outros países – não há, ao que consta, estudos estruturados sobre o tema.

De forma ainda não aprofundada, a OMS que apresenta alguns dados sobre esse tema, conforme já discutido aqui. Por outro lado, é preciso considerar que o suicídio não possui causa diretamente relacionada ao trabalho, tendo em vista outros fatores inclusive de natureza pessoal do indivíduo. Portanto, pode ser que daí decorra a dificuldade de mapear a relação entre suicídio e trabalho.

Com efeito, não é imperativo afirmar que todo suicídio decorre de transtornos mentais e que pessoas acometidas por transtornos mentais são suicidas; o que se percebe é que o sentimento de desesperança, solidão, desamparo e problemas circunstanciais difíceis da vida – como doenças, dores crônicas, desemprego, problemas financeiros, violência e problemas de relacionamentos interpessoais dentro e fora do trabalho, a fragilidade das relações sociais, constituem importante indicador, ainda mais potente do risco de suicídio que a depressão por si mesma, mas que carece de estudos e de mais informações disponíveis.

Nos casos em que houve nexos causal entre trabalho e suicídio, Ferreira (2011) traz dados da França a partir de 2005. O autor mostra o perfil e os fatores associados aos suicidas, evidenciando o agravamento da situação em decorrência do processo de

reestruturação produtiva.

As primeiras análises do fenômeno indicaram que o perfil dos suicidas se caracteriza por: (a) terem uma vida normal fora do trabalho, ou seja, boas relações sociais com a família e amigos; (b) serem trabalhadores os mais qualificados tecnicamente; (c) demonstrarem um forte comprometimento organizacional com o trabalho; e (d) serem admirados e estimados pelos colegas de trabalho. Os fatores associados aos atos de suicídios estavam relacionados, principalmente, com: (a) forte sentimento de pressão temporal; (b) realização de trabalho, predominantemente, isolado, reduzindo e empobrecendo as relações socioprofissionais de trabalho; (c) práticas de não reconhecimento no trabalho; e (d) suporte organizacional ausente ou precário. (FERREIRA, 2011, p. 75).

Fica evidente o quanto as questões que envolvem o mercado de trabalho interferem na saúde mental das pessoas; o medo e a angústia de perder o emprego leva à precarização do trabalho, ao assujeitamento do indivíduo a qualquer trabalho, subemprego, horas extenuantes, humilhações, agressões, situações vivenciadas como uma escravidão moderna na relação de emprego. Estar sem trabalho é estar à margem da sociedade que valoriza o ter em detrimento do ser. Interfere diretamente na identidade dos sujeitos. A vida pode passar a não ter mais sentido; fica pesada, cansativa, solitária, sem realizações, sem qualquer felicidade, desconectada do próprio sujeito, geradora de sofrimentos, e adoecimentos e suicídios.

De qualquer forma, é incorreto reduzir o suicídio como causa unilateral, pois ele é um ato repleto de ambivalência, é multicausal, social e individual. Devem ser consideradas as questões particulares e subjetivas dos indivíduos dentro e fora das relações de emprego, bem como as relações desse indivíduo dentro das organizações de trabalho, denunciando-se os métodos empresariais como degradantes. Entende-se que o contexto do trabalho é uma variável interveniente na explicação do suicídio.

No Boletim Epidemiológico de 2017, da Secretaria de Vigilância em Saúde, foi apresentado estudo descritivo do perfil epidemiológico dos indivíduos que tentaram suicídio, bem como daqueles que evoluíram a óbito por essa causa no Brasil, no período de 2011 a 2016, com dados registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). Tais dados são utilizados para ações preventivas.

Segundo esse boletim, a partir da Portaria MS nº 1.271/20, a tentativa de suicídio passou a ser um agravo de notificação obrigatória, devendo o episódio ser notificado em

até 24 horas para a Secretaria Municipal de Saúde (BRASIL, 2014). É esse um avanço na tentativa de conhecimento do perfil dos indivíduos que tentam e/ou concluem o suicídio. No entanto, somente uma em cada três pessoas que tentam o suicídio são atendidas no serviço médico de urgência e, dessa forma, são notificadas. Nessa base de dados a relação entre trabalho e ocorrência de lesão autoprovocada e tentativa de suicídio, não apresentou proporções significativas.

Portanto, o que se percebe é que ainda não há informações suficientes para analisar as relações entre o suicídio e trabalho, ficando em aberto a discussão de que é necessária e urgente a questão, devendo haver implementação de coleta de dados no sentido de estabelecer conexões e abertura para novas pesquisas.

Segundo a ONUBR, em todo o mundo a disponibilidade e a qualidade dos dados sobre suicídio e tentativas de suicídio são quase inexistentes. Apenas 60 Estados-membro apresentam registros vitais de boa qualidade que podem ser usados de alguma forma para estimar taxas de suicídio. É possível que a subnotificação e a má classificação sejam grandes problemas para a verificação sobre o suicídio.

4 O SIGNIFICANTE¹⁷ TRABALHO E O HOMEM NAS CONDIÇÕES DE SUA EXISTÊNCIA

Muito se discute sobre o significante trabalho. Principalmente na contemporaneidade, o trabalho tem ganho espaço importante nas discussões interdisciplinares.

Falar do trabalho é falar profundamente do homem, das condições de sua existência e de suas características, é compreender suas relações sociais, seu comportamento. É por meio do entendimento da intrínseca relação homem-trabalho que podemos alcançar melhor entendimento a respeito do encontro do indivíduo com seu desejo, com suas realizações e busca pela tão sonhada felicidade e, sobretudo, falar também do sofrimento e adoecimento muitas vezes associado às relações do homem com o seu trabalho.

¹⁷ Termo introduzido por Ferdinand de Saussure (1857-1913), no quadro de sua teoria estrutural da língua, para designar a parte do signo linguístico que remete à representação psíquica do som (ou imagem acústica), em oposição à outra parte, ou significado, que remete ao conceito. Retomado por Jacques Lacan como um conceito central em seu sistema de pensamento, o significante transformou-se, em psicanálise, no elemento significativo do discurso (consciente ou inconsciente) que determina os atos, as palavras e o destino do sujeito*, à sua revelia e à maneira de uma nomeação simbólica.

Como a Psicologia trata do entendimento do homem e de suas relações, seu comportamento e subjetividade, “onde há um ser humano, ou ele é um produto do trabalho ou é um produtor de trabalho ou as duas coisas” (CODO, 2010 p. 85). Dessa forma, o trabalho passa a ser uma nova categoria bem recente, uma “categoria recuperada como fundante do ser humano e, portanto, como explicação necessária para qualquer fenômeno psicológico”, como aponta Codo (2010, p. 85- 87).

Etimologicamente, a palavra trabalho vem do latim *tripalium*, termo formado pela junção dos elementos *tri*, que significa “três”, e *palum*, que quer dizer “madeira”. *Tripalium* era o nome de um instrumento de tortura constituído de três estacas de madeira bastante afiadas e que era comum em tempos remotos na região europeia. Não obstante, trabalhar ficou associado a tortura e destinados àqueles que não tinham posses.

A partir do latim, o termo passou para o francês *travailler*, que significa “sentir dor” ou “sofrer”. Com o passar do tempo, o sentido da palavra passou a significar “fazer uma atividade exaustiva” ou “fazer uma atividade difícil, dura”. Ainda nesse contexto, Chauí (1999), na introdução do livro “O direito à preguiça de Paul Lafargue”, aponta para alguns excertos bíblicos explicando a conotação sob a qual a noção de trabalho vai sendo constituída.

Ao ócio feliz do Paraíso segue-se o sofrimento do trabalho como pena imposta pela justiça divina e por isso os filhos de Adão e Eva, isto é, a humanidade inteira, pecarão novamente se não se submeterem à obrigação de trabalhar. (CHAUÍ, 1999. Introdução. In: LAFARGUE. O direito à preguiça, p. 9,10).

Não é difícil compreender como o significado da palavra trabalho vai se tornando um termo associado a sofrimento, dor e punição ao longo da história, uma vez que estava ancorado em questões principalmente religiosas, justificando-se, assim, uma certa aversão ao trabalho pelo homem ao longo do tempo.

O trabalho está presente na história do desenvolvimento do ser humano, sendo que nos mais diversos períodos da história, desde a antiguidade o ser humano com ele se relacionou sob as mais diferentes condições: ora foi escravo, ora servo, ora artesão e ora empregado.

Segundo De Masi (2003), o trabalho é um vício recente, uma vez que nossa organização social moderna associou demasiadamente o existir humano com a realização do trabalho. Aqueles que querem ser aceitos no convívio social e sobretudo conseguirem

sobreviver, deverão trabalhar. Dessa forma, a ausência de trabalho pode se tornar um terrível pesadelo, algo extremamente sócio e moralmente excludente, e danoso para a saúde psíquica do indivíduo.

Para o mesmo autor, o trabalho passou de castigo a privilégio na era da industrialização, sendo atribuídos ao termo trabalho aditivos positivos e até mágicos. Posteriormente, com a era da urbanização e intensificação da produção, surge a divisão de classes de trabalhadores subordinados não mais à natureza, mas agora às máquinas.

Aqui vale ressaltar que o trabalho passa a ser um direito pelo qual os trabalhadores vão lutar e o qual irão perseguir arduamente. O ócio passa a ser percebido como um pecado capital, graças ao puritanismo que apresenta o novo homem virtuoso, como descreve Chauí:

[...] Weber salienta que, agora, ser cristão virtuoso é seguir um conjunto de normas de conduta nas quais o trabalho surge não apenas como obrigação moral, mas como poderoso racionalizador da atividade econômica geradora de lucro. Aquele que faz seu trabalho render dinheiro e, em lugar de gastá-lo, o investe em mais trabalho para gerar mais dinheiro e mais lucro, vivendo frugalmente e honestamente (isto é, pagando em dia suas dívidas para assim obter mais crédito), é um homem virtuoso (CHAUÍ, 1999, p. 14).

Parece que, em especial neste momento histórico, século XVIII/XIX, surgem grande necessidade de explicação de questões referentes ao termo trabalho, no que se refere às tentativas de explorar seu significado atual, já ele foi alvo de grandes mudanças de significado. Entretanto, acima de tudo foi com Marx que realmente o conceito de trabalho ganha visibilidade na concepção de um entendimento de uma nova amplitude de significações. O trabalho, tal como é percebido atualmente, é algo que foi construído historicamente e, ao mesmo tempo, construtor de uma subjetividade dos indivíduos, com enorme e transformador potencial (interno e externo).

O conceito de trabalho é fundamental na filosofia de Marx. É por meio do trabalho que o homem transforma e produz a si mesmo, constrói a sua própria história tornando-se resultado de sua ação produtiva. O trabalho mediante o qual o homem vem a ser, pelo qual o mundo da cultura é engendrado, é uma atividade prática do homem em intercâmbio com a natureza. “[...] o ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho. É a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas” (ANTUNES, 2015, p. 168).

O conceito de trabalho na obra de Marx extrapola o conceito de trabalho como compreendido até então, transformando seu entendimento em uma condição diferenciada do humano que, inclusive, nos difere dos demais animais e garante nossa superioridade como raça. Segundo Moura (2012), essa visão de Marx é inicial, sendo alterada em sua principal obra “O Capital” com as noções de valor de uso e o trabalho como produtor de valor. Esse conceito é revolucionário no contexto do entendimento do homem, pois possibilita um novo olhar sobre a humanidade.

Apoderar-se desses materiais da natureza tais como são não é trabalho; o trabalho é uma atividade que altera o estado natural desses materiais para melhorar sua utilidade [...] a espécie humana partilha com as demais a atividade de atuar sobre a natureza de modo a transformá-la para melhor satisfazer suas necessidades. [...] o arquiteto figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece o resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. [...] O trabalho que ultrapassa a mera atividade instintiva é assim a força que criou a espécie humana e a força pela qual a humanidade criou o mundo como o conhecemos (BRAVERMAN, 1981, p. 49-53).

Porém, o conceito de trabalho na obra de Marx é muito amplo e complexo e não é necessariamente objeto de estudo desse texto. Entretanto, cabe apenas apontar sua importância no contexto histórico de transformação do pensamento humano e seus reflexos nas relações sociais.

Não há mais um destino inexorável aos homens, há uma consciência de uma realidade que pode ser alterada pelo próprio indivíduo, que deve assumir responsabilidade por suas ações, e principalmente que consciência de que essa realidade pode ser transformada se entendida em seu processo desalienador.

No texto de Aranha (1989), a autora vai narrando de forma muito clara a diferença entre a inteligência humana e inteligência dos animais, e como a experiência é importante em uma sequência de tempo na condição humana. Os animais possuem um tipo de inteligência concreta, determinada pelo aqui agora, pela resolução de problemas imediatos, esgota-se em si mesmo. Em animais mais primitivos, de acordo com os níveis de evolução, não possuem esse tipo de inteligência. Suas ações são características de cada espécie.

Já o ser humano possui o tipo de inteligência que a autora chamou de abstrata. O homem transforma a natureza em busca de soluções de seus problemas, modifica sua realidade e aprende com a experiência de outros homens.

A experiência humana é fundamental; o homem torna-se capaz de lembrar a ação feita no passado e de projetar a ação futura, graças à utilização de símbolos; ao representar a realidade e a linguagem substitui as coisas por símbolos, como as palavras.

A transformação que o homem faz da natureza chama-se trabalho. “O trabalho é a ação transformadora dirigida por finalidades conscientes, a partir da qual o homem responde aos desafios da natureza” (ARANHA, 1989, p. 16).

Mas essa transformação ocorre de forma social. Os seres humanos vão se relacionando no sentido de produzirem sua própria existência e isso ocorre por meio da cultura.

A cultura é, portanto, a transformação que o homem exerce sobre a natureza, mediante o trabalho, os instrumentos e as ideias utilizadas nessa transformação, bem como os produtos resultantes. E, mais ainda, nesse processo, *o homem se autoproduz*, se faz a si mesmo em homem (ARANHA, 1989, p. 4).

O que Aranha traz em seu texto é que o homem se faz ou se reconhece como ser humano no contato com os outros homens, se faz mediado pela cultura. Para a autora, o trabalho intelectual tem como função uma organização do saber do senso comum. Sendo importante a formação de intelectuais vindo do povo e que tenham interesse em defender as ideias que favoreçam os interesses da classe trabalhadora em detrimento à classe dominante, pois desta maneira o conhecimento vindo do povo, da cultura deste povo pode ser considerada e empregada em sua valorização, na busca pelos seus interesses. Caso contrário a produção, o trabalho servirão apenas à elite cultural dominante.

Dessa forma, fica fácil um entendimento do ancoramento existencial que o trabalho ocupa na vida das pessoas na atualidade. É inquestionável que o trabalho ocupe grande parte do tempo e da importância no desenvolvimento da vida humana, não sendo mero meio exclusivo de satisfação das necessidades básicas, mas uma forma de alcançar realizações, identificações e autoestima.

4.1 Distinção entre labor e trabalho

Hannah Arendt (2007) faz uma distinção inusitada entre trabalho e labor, dizendo que há em comum em todas as línguas europeias duas palavras de etimologias diferentes para designar a mesma atividade e estas são atualmente utilizadas como sinônimas: labor e trabalho. Tal classificação procede desde a antiguidade grega e somente em um ponto a junção fracassou: na formação do substantivo correspondente em que a “palavra labor como substantivo, jamais designa o produto final, o resultado da ação de laborar” (ARENDT, 2007, p. 91).

Em decorrência do desprezo referido ao labor como resultante dos impasses advindos de todos os tipos de esforços humanos que não deixassem vestígios grandiosos para serem lembrados ou cultuados, estendendo-se para todas as atividades geradoras de esforços não relacionadas à atividades políticas na polis, os antigos gregos relacionavam a atividade de laborar à condição de ser escravizado pela necessidade de sobrevivência, pertinente às condições da vida humana na época.

A escravidão era uma degradação, uma condenação, equiparava o homem ao animal doméstico. Mas o homem da antiguidade grega submetia seus semelhantes a escravidão não como forma de ganho ou lucro como nas sociedades modernas, apresenta Arendt (2007, p. 95), mas como uma “tentativa de excluir o labor das condições da vida humana”.

De acordo com a autora, o labor é regido pelas urgências do corpo. Algumas ações realizadas com o objetivo de atender às necessidades da vida por vezes são compreendidas como tal, no entanto, na maioria delas, os quesitos a serem satisfeitos não são basicamente fisiológicos. Essa seria a principal distinção estabelecida pela autora entre os conceitos de labor e trabalho. O primeiro, trata sobretudo da satisfação de demandas vitais que são semelhantes para o homem e os outros animais, e assegura a sobrevivência da espécie, enquanto que o segundo se apresenta de forma diferente, permite a transformação da natureza e diferencia o homem dos animais.

Então, na era grega, não havia uma distinção clara entre labor e trabalho, mas na era moderna tudo mudou; os valores foram invertidos e a questão da produtividade entrou em voga, promovendo o trabalho (labor) como origem de todos os valores.

Foi “[...] promovido o *animal laborans* à posição tradicionalmente ocupada pelo *animal rationale* [embora] não tenha produzido uma única teoria que distinguisse

claramente entre o *animal laborans* e o *homo faber*, entre o labor do nosso corpo e o trabalho de nossas mãos (ARENDT, 2007, p. 96)

Dessa forma, o trabalho improdutivo passou a ser considerado uma espécie de perversão do trabalho e, pautando-se no parâmetro produtivista, o trabalho subdividiu-se em produtivo e improdutivo, qualificado e não-qualificado, manual e intelectual.

Por meio do argumento que valorizava o trabalho como modo principal de produção de riquezas, Marx defendeu sua ideia da criação do homem via trabalho humano – não seria mais Deus ou a razão. “Fica claro no contexto que Marx realmente pretendia substituir a tradicional definição do homem como *animal rationale* chamando-o de *animal laborans*” (ARENDT, 2007, p. 97).

Assim, o discernimento entre trabalho produtivo e improdutivo contém o traço mais fundamental entre labor e trabalho, e a modernidade focada nos processos produtivos acabou por compreender todo labor como trabalho. [...] “como a esperar que restasse apenas um passo para eliminar totalmente o labor e a necessidade” [...] “Esta esperança acompanhou Marx do início ao fim” (ARENDT, 2007, p. 98).

Ainda para a autora, a produtividade é fator preponderante nesse contexto, pois consiste na força humana, que não se esgota na produção de sua sobrevivência, na atividade laboral. Nesse contexto, a grande teorização postulada por Marx é que há um excedente ao necessário para a reprodução da vida do homem, e não é o próprio trabalho mas o excedente da força de trabalho humana. Assim, todo trabalho passa a ser produtivo e todas as coisas passam a ser objeto de consumo.

Na era moderna, todo trabalho é produtivo na expressão maior da obra de Marx, pois não há mais diferenciação das tarefas servis, que não deixam vestígios, não são vistas e valorizadas, e a produção de coisas duráveis, passíveis de serem acumuladas, são valorizadas. O que passa a ser importante é o processo vital da humanidade, segundo Arendt (2007), e nesse sistema todas as coisas se tornam objeto de consumo.

A idealização de uma sociedade completamente socializada cujo objetivo maior é a sustentação desse processo vital transformou todo trabalho em labor, resultante da força viva do labor; viver e trabalhar passam a ser a mesma coisa. Assim, uma questão psicanalítica interessante discutida por Cuéllar (2010) é o trabalho do inconsciente. Quando trabalhamos, algo trabalha em nós, a nossa mente trabalha, o inconsciente trabalha, dessa forma há um resultado de mal-estar provocado pelo trabalho. Ressaltando

que o mal-estar aqui apresentado não é necessariamente advindo do trabalho, mas de algo que trabalha: o inconsciente.

Discutir o trabalho realizado pelo inconsciente é importante, pois ressalta o alicerce que o significante trabalho ocupa na teoria freudiana e na psicanálise como um todo, considerando que a constituição psíquica traz em seu cerne o trabalho.

Em uma cultura na qual não se deixa de trabalhar, é o inconsciente que trabalha sem cessar e isso mantém permanentemente nosso mal-estar. Explicamos desse modo que o mal-estar pode continuar mesmo quando o sujeito está descansado. Mesmo que o sujeito tenha terminado consciente e meticulosamente seu trabalho, o inconsciente não para de trabalhar e de provocar a renúncia ao gozo na qual radica o mal-estar na cultura (CUÉLLAR, 2010, p. 47).

Ainda segundo esse autor, o trabalho realizado pelo inconsciente, em uma visão lacaniana, é o trabalho do sistema simbólico da cultura ou da estrutura significante da linguagem. Há uma equiparação entre cultura e inconsciente. “A exterioridade do inconsciente é a exterioridade da cultura” (CUÉLLAR, 2010, p. 47). Dessa forma, o inconsciente trabalha sem parar, uma vez que a cultura não cessa de se transformar, de se modificar, já que é a performance da existência humana.

Há aqui um sacrifício a ser realizado pelo sujeito para que haja trabalho do inconsciente como trabalho da simbolização do sistema simbólico da cultura: o sacrifício da renúncia ao gozo ou da satisfação pulsional, gerando-se inevitavelmente o mal-estar na cultura, que representa o próprio trabalho.

Assim como o trabalhoso é a essência do trabalho, o mal-estar na cultura é a essência do trabalho da cultura, bem como a renúncia do sujeito a seu gozo é a essência do trabalho do inconsciente. De modo, a essência do trabalho do inconsciente não está no inconsciente, mas no sujeito e na renúncia a seu gozo. É essa renúncia que permite que haja um trabalho do inconsciente. Se o trabalho é efetivamente do inconsciente, ou do sistema simbólico da cultura, a força de trabalho é do sujeito que tem a força de renunciar a seu gozo (CUÉLLAR, 2008, p. 52).

Dessa forma, o trabalho do inconsciente em uma visão psicanalítica lacaniana, vai incluir o sistema capitalista no sistema simbólico da cultura. Considerando-se o sujeito como enunciador de um discurso simbólico por meio de uma rede de significantes de linguagem que possibilita ao indivíduo existir por meio do discurso do Outro. “Para ser Um, proferimos todo o discurso do Outro” (CUÉLLAR, 2008, p. 56).

Então, esse trabalho do inconsciente que é o próprio trabalho provoca um mal-estar na cultura – representado pelo desejo, e, portanto, consistindo em uma insatisfação constante nos sujeitos devido à “falta” por algo que tivemos que renunciar (gozo real da vida), que, por sua vez, jamais poderá ser suprido ou recuperado por quaisquer artigos oferecidos como moeda de troca pelo capitalismo. “Renunciando ao gozo da vida, obtemos a própria vida, ou melhor, o desejo de gozo da vida” (CUÉLLAR, 2008, p. 60).

Nesse sentido, Ranieri (2000, p. 33), descreve que “o trabalho é a base sobre a qual se sedimenta o próprio universo da realização da atividade do homem”. E a unidade presente entre alienação e estranhamento na teoria de Marx não está relacionada necessariamente a uma mesma significação, mas está estabelecida uma pela outra.

Os conceitos de alienação (*Entäusserung*) e estranhamento (*Entfremdung*), aparecem em conteúdos distintos e sua vinculação não garante que sejam sinônimos. São termos que ocupam lugares diferentes no sistema teórico de Marx. No capitalismo, esses dois conceitos estariam identificados como formas de apropriação do excedente de trabalho e, conseqüentemente, com a desigualdade social que aparece nas manifestações da vida humana, segundo Ranieri (2000).

A questão do trabalho e alienação é um ponto fundamental, uma vez que parece ser uma contradição que o trabalho seja condição de liberdade (liberdade no sentido da condição do homem de compreender o mundo), quando, na realidade, o produto do trabalho do indivíduo é alienado de quem o produziu, tornando o homem também alienado de si mesmo. Dessa forma, a liberdade do homem fica comprometida, pois quando o homem fica alienado do seu trabalho e de si próprio, desumaniza-se.

O conceito de alienação, segundo Bottomore (1988), é considerado atualmente como central no marxismo e muito utilizado dentro e fora dessa teoria. Na vida cotidiana, por exemplo, o termo alienação é utilizado no sentido de afastamento de alguém próximo. Na medicina e psiquiatria, aproxima-se da noção de insanidade, desvio de personalidade. Anteriormente a Marx, o termo foi utilizado como conceito filosófico por Hegel e Feuerbach. Para o Ranieri (2000), foi em Hegel que se teve início a verdadeira história filosófica da alienação. Ainda para Bottomore (1988), alguns autores consideram a origem do conceito de alienação na idolatria do velho testamento.

Para Bottomore (1988), na teoria de Marx existem várias formas de alienação humana: alienação de si mesmo (autoalienação), de partes de si, dos produtos de sua atividade econômica na forma de mercadoria, dinheiro e capital etc. Mas todos estes tipos

de alienação são, em última análise, a mesma coisa, pois são aspectos diferentes, ou formas da alienação humana – formas diferentes da alienação que se produz entre o homem e a sua “essência” ou sua “natureza humana”, entre o homem e sua humanidade. (BOTTOMORE, 1988, p. 21).

O termo alienação vai ser utilizado por Marx no geral, segundo Bottomore (1988), como crítica do homem e da sociedade alienados e compreende um forte chamamento à desalienação. Para Ranieri (2000), o que Marx vai apontar como alienação (ou exteriorização, extrusão, *Entäusserung*) é algo distinto de estranhamento, é compatível com atuação, objetivações da pessoa humana na história, algo que não pode ser eliminável do homem e que o autoproduz dentro de sua sociabilidade.

Desta forma, estudar a alienação é importante na investigação do nexo entre os meios físicos e simbólicos de dominação e libertação, em busca de encontrar possibilidades de transformações no trilhar do mundo contemporâneo.

Entende-se que é por meio do trabalho que o homem produz a sua existência, transforma a natureza, manifesta-se como ser genérico e, acima de tudo, reconhece-se como ser social ao realizar ações em conjunto com outros homens, transformando a natureza e os objetos em produtos do trabalho e criando os objetos humanizados, conforme aponta Chagas (1994).

Então, produto da transformação do objeto em trabalho, esses objetos humanizados são frutos da objetivação do trabalho que, por sua vez é condição primeira da universalidade do trabalho¹⁸, a qual traz necessariamente o momento da alienação. Portanto, para Chagas (1994), o poder do homem objetivar-se como ser genérico manifesta-se como alienação (positiva).

O estranhamento (*Entfremdung*), segundo Ranieri (2000), é compreendido como uma conduta maior no tempo e no espaço em que o homem, como ser social que é, torna-se alheio e isolado de sua produção como um todo. É indicativo para as limitações de promoção do gênero humano desinente dos moldes históricos de apropriação do trabalho, incluso a personalidade do homem e suas condições de produção e reprodução. Ou seja, o estranhamento ocorre quando o homem não consegue realizar suas potencialidades humanas subjetivas e objetivas, uma vez que há um impedimento, “obstáculos sociais”, que estão em consonância com as formas históricas de apropriação do trabalho descritas por Marx. “O estranhamento manifesta-se historicamente como objetivação e

¹⁸Sobre a questão da universalidade do trabalho, ver Slavoj Žižek em sua obra “Menos que nada” (2012).

apropriação” (RANIERI, 2000, p. 3). O homem não se reconhece no que ele constrói, nem em sua atividade; muito menos nos resultados do que realiza. Dessa forma, torna-se alheio e isolado, comprometido de si.

Complementando, para Chagas (1994), o trabalho torna-se estranhado quando é imposto de uma forma degradante e humilhante com capacidade de subtrair do trabalhador a consciência genérica e a liberdade, passando a existir como uma mercadoria.

Existe uma aproximação entre os conceitos de alienação e estranhamento descrita por Ranieri (2000), especificamente quando o estranhamento impede ou rompe com as capacidades da percepção do papel da subjetividade humana. Como exemplos desta aproximação temos a concepção platônica de mundo, inicialmente, e depois a doutrina do pecado original e transformação dos atributos do divino em atributos do homem.

Na tradição marxista, há uma identidade, uma unidade conceitual entre alienação e estranhamento “refere-se à não oportunidade do homem em ter acesso aos produtos de sua atividade” (RANIERI, 2000, p. 5), impossibilitando-se o homem de se reconhecer como produtor de sua história, devido aos produtos ou mercadorias terem o controle sobre o próprio homem. Há um impedimento para que o homem saia de um determinado estado, segundo Ranieri (2000). Esse autor ressalta ainda, que Hegel foi, sem, dúvida quem exerceu grande influência nos pensamentos marxianos ao “vincular exteriorização e atividade e, por outro lado, exteriorização e história”, então promovendo “a articulação alienação-estranhamento como a grande contribuição marxiana para o desvelamento das contradições da história do homem a partir do estranhamento do trabalho” (RANIERI, 2000, p. 7).

Na produção capitalista, o homem não se diferencia dos meios de produção, “é pura força de trabalho” (CHAGAS, 1994, p.25), e não se reconhece em seu trabalho. O produto do trabalho é distanciado do seu produtor, transformando-se em algo alheio, estranho a ele, algo não reconhecível.

Tomando como exemplo a produção burguesa, o produto do trabalho passa a ser um objeto estranhado para o trabalhador na medida em que o escraviza e o domina, destituindo-o de sua própria existência humana. Há uma espécie de proporcionalidade na relação do trabalho estranhado: quanto mais o produto é estranhado ao trabalhador, tanto mais a atividade produtiva se torna alheia a esse trabalhador.

Neste processo, o homem se desumaniza, tornando-se um *animal laborans*, um animal humano, que cumpre funções para sua sobrevivência como um meio exclusivo de subsistência, tornando-se automatizado, fora de si.

A forma mais complexa de estranhamento, segundo Ranieri (2000), seria o desvelamento da relação social entre os indivíduos estar intercambiada entre os produtos “relação coisal” inscrita no interior da relação entre trabalho assalariado e capital. Dessa forma, o confronto entre capital e trabalho revela que o trabalho estranhado é uma resenha de um estranhamento genérico, pertencente à sociedade como um todo, revelando a brutalidade da contradição existente no sistema do capital, geradora de dominação, exploração e sofrimento do trabalhador.

5 CONCLUSÃO

O objetivo maior desse trabalho foi proceder a uma análise de caráter sociológico e do campo da psicologia psicodinâmica, com enfoque psicanalítico, tendo em vista discutir a forma como o trabalho está organizado em nossa sociedade e seus reflexos no sofrimento psíquico do trabalhador em geral. A pretensão foi contribuir para o debate acerca da prevenção de sofrimentos psíquicos na classe trabalhadora, tendo-se em mente ser também importante a junção de dados estatísticos e oficiais para legitimar os argumentos apresentados.

Desdobrou-se o estudo em quatro objetivos. O primeiro objetivo específico era o de proceder à reflexão sobre a história da edificação da Psicologia, bem como proceder à construção de uma narrativa histórica sobre a psicologia como ciência, juntamente com as influências do pensamento filosófico de constituição e base para compreender melhor a serviço de quê ou de quem a ciência psicológica constrói seu discurso.

Dessa forma, apresentamos no Capítulo 2 uma análise breve da história da Psicologia em que se evidencia a tentativa desse campo de estudo em legitimar-se como ciência de um saber específico sobre o sujeito humano. Vale registrar que nosso estudo demonstrou que a psicologia parece ter se afastado do seu objeto principal, o conhecimento sobre o ser humano, conforme teóricos assim entendem (MARIGUELA, 1995; SANTOS, 2003).

No que se refere ao objetivo segundo dessa pesquisa, que era conhecer dados que demonstram o adoecimento físico e psíquico e suas possíveis relações com o sofrimento

psíquico de trabalhadores, os dados buscados foram junto a órgãos oficiais, tais como Ministério da Saúde, Ministério da Previdência Social, Organização Mundial da Saúde e DIEESE.

Neste sentido, em que pese a precariedade e anterioridade dos dados, entende-se aqui que são incipientes diante da necessidade de aprofundamento no estudo e, ainda, há falta de comunicação entre as agências: os dados do DIEESE não se comunicam com os dados apresentados pelo Ministério da Previdência Social que, por sua vez, não dá suporte seguro para a devida quantificação dos impactos da condição de trabalho e saúde do trabalhador.

No caso específico do Ministério do Trabalho, parece que o objetivo desse órgão é apenas quantificar questões relacionadas ao afastamento do trabalhador, sem considerar os dados do Ministério da Previdência que apresentam os afastamentos e suas causas.

Vale salientar também que as questões de ordem psíquica e/ou emocional não constam diretamente dos dados, daí decorre sua camuflagem em outras doenças com sintomas externos, ou seja: a questão da doença não condiz, não revela o sofrimento do trabalhador, ficando o sofrimento do trabalhador invisível à sociedade, ao empregador, aos familiares e ao próprio indivíduo. É importante ainda considerar as questões relacionadas à alienação desse sujeito adoecido, quer seja pelo estigma das doenças, quer seja pela possibilidade de perda do posto de trabalho.

No terceiro objetivo, buscou-se conhecer e apresentar modos de manifestação de sofrimentos psíquicos de trabalhadores conforme disposto na literatura. Procedeu-se a uma breve contextualização histórica sobre a psicologia e como essa área necessitou e necessita de aporte teórico com interfaces na psicanálise, sociologia e filosofia, para ampliar os conceitos de saúde e doença, normal ou patológico ou seja: o discurso clínico da doença que se expressa por meio de sintomas. Desta feita, conclui-se que é a partir dessas interfaces que se torna possível entender melhor o sofrimento humano, bem como cura, saúde e doença.

O entendimento sobre saúde e sofrimento humano teve o aporte teórico de Canguilhem (2009), que considera a saúde não mais vinculada a questões exclusivas fisiológicas, categorizadas por meio de imposição de uma normatividade social à vida, mas como organismo que possui uma linguagem própria, individual e subjetiva, que merece ser ouvida.

Esse autor considera ainda que a saúde é uma condição de existência, capaz de

reação para conseguir sair do patológico; seria a vida no silêncio dos órgãos. Por conseguinte, o normal biológico só é revelado por infrações à norma, não havendo consciência concreta ou científica da vida a não ser pela doença.

Conforme foi destacado no item 2.1, o autor afirma que a saúde é, antes de mais nada, uma forma de tratar a existência como algo passível de ser superada por si mesma, capaz de criação de valor, instauradora de normas vitais, uma possibilidade de ir além da norma que define o normal momentâneo e aguentar as infrações a normas habituais, viabilizando abertura ao novo.

Portanto, é preciso olhar para além do corpo para julgar o que se entende por normal ou patológico, doença ou saúde para o indivíduo.

Em Dejours (2013) e Dejours (2015) apresenta-se uma espécie de mapeamento sobre das manifestações do sofrimento psíquico do trabalhador quanto ao seu trabalho e na relação com as organizações de trabalho. Saliencia-se que o sofrimento do trabalhador está muitas vezes relacionado às organizações de trabalho, tendo em vista que as normas laborais, rígidas, não permitem o desenvolvimento pessoal do trabalhador, induz a falta de liberdade, conflitos, choque entre as personalidades que entram em embate com os interesses da organização do trabalho. Isso impede o indivíduo de tornar-se pleno e realizado, o que, por sua vez, leva-o ao sofrimento e à ceifação do desejo pela organização do trabalho. O indivíduo torna-se mero executor, automatizado e alienado.

O quarto objetivo da pesquisa foi apresentar reflexão sobre o trabalho, o trabalhador e suas condições socioeconômicas, bem como a influência psicossocial nas quais o sujeito está inserido. Apresentou-se uma discussão a partir do sentido do trabalho na contemporaneidade, tendo em vista as considerações marxianas sobre essa categoria. Quando Marx apresenta o seu conceito sobre trabalho, ele o faz a partir do homem e das condições de sua existência e de suas características, de suas relações sociais, de seu comportamento. Dessa forma, ao falar sobre o trabalho no contexto das discussões de Marx é também possível considerar o sofrimento e adoecimento muitas vezes associado às relações do homem com o seu trabalho.

Assim, as questões da alienação do trabalhador e o estranhamento se revelam, uma vez que, para Marx, o trabalho tal qual se apresenta subtrai do trabalhador sua consciência e liberdade e esse passa a tornar-se mercadoria.

Em Arendt (2007) apresenta-se a distinção entre trabalho e labor. O trabalho é, sobretudo, a satisfação de demandas vitais que são semelhantes para o homem e outros

animais e a partir dele ele se assegura a sobrevivência da espécie. O labor se apresenta de forma diferente, permite a transformação da natureza e diferencia o homem dos animais.

No entanto, esta pesquisa não pode ser aprofundada tendo em vista a incipiência dos dados, uma vez que os dados dispostos nos órgãos oficiais não se cruzam, o que dificulta a análise. No entanto, a literatura interdisciplinar permitiu correlacionar os conceitos das principais categorias aqui estudadas tais como sofrimento psíquico, adoecimento, saúde e trabalho.

Naturalmente, torna-se necessário aprofundar e de forma mais vertical a questão; buscando, por exemplo, estudos por meio de dados de órgãos de suporte à saúde do trabalhador tais como setores da Medicina do Trabalho, setores da perícia médica de ordem psicológica, setores de qualidade de vida no trabalho de servidores públicos – sejam municipais ou federais ou ainda departamentos de saúde mental.

É possível que nesse futuro aprofundamento se verifique a correlação entre saúde mental/sofrimento psíquico e trabalho. Outro fator que interferiu nos resultados da pesquisa e dificultou a mesma foi o prazo reduzido de dois anos para conclusão do mestrado, sendo este um tempo insuficiente para alcançar dados mais satisfatórios.

É possível crer que também o objeto de estudo sofrimento psíquico seja muito abstrato e de mensuração relativa, sendo este um fator de dificuldade para realizar análises mais consistentes e objetivas. Fato é que, na maior parte dos estudos deste tipo de objeto ou estudos semelhantes realizados nos contextos da psicologia, são realizados como estudos de caso, tendo a fala do sujeito como material de análise.

REFERÊNCIAS

ABIB, José Antônio Damásio. Epistemologia pluralizada e história da psicologia. **ScientiaeStudia**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 195-208, Jun. 2009. ISSN 2316-8994. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ss/article/view/11173>>. Acesso em: 05 ju. 2016.

ALTHUSSER, Louis. **Freud e Lacan, Marx e Freud: introdução crítica-histórica**/ Louis Althusser. 4. ed. Tradução e notas Walter José Evangelista; revisão Alaíde Inah Gonzales. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

ALVES, Giovanni Antonio Pinto. A subjetividade às avessas: toyotismo e “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 223-239, dez. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172008000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 abr. 2017.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARENDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ASSIS, Frederico Souza de Queiroz. As Relações entre Teoria Crítica e Psicanálise. **Humanidades em diálogo**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 123-133, nov. 2011. ISSN 1982-7547. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/106193>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

BARBOSA, Magno Luiz. **Redução da duração do trabalho**: aspectos sociais, jurídicos, econômicos e possibilidades de empregabilidade sob perspectivas contemporâneas. São Paulo: LTr, 2014.

BERNARDO, Marcia H. et al. **Ainda sobre a saúde mental do trabalhador**: Dossiê Temático Apresentação. Rev. bras.Saúdeocup., São Paulo, 36 (123): 8-11, 2011.

BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade**: a psicanálise e as novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRANT, Luiz Carlos; MINAYO-GOMEZ, Carlos. **A transformação do sofrimento em adoecimento**: do nascimento da clínica à psicodinâmica do trabalho. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 213-223, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232004000100021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 abr. 2017.

BRANT, Luiz Carlos; MINAYO-GÓMEZ, Carlos. **Dispositivos de Transformação do Sofrimento em adoecimento numa empresa.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v12n3/v12n3a03>>. Acesso em: 14 de mai. 2017.

BRASIL. Lei Federal nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4119.htm>. Acesso em: 14 de mai. 2017.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Principais indicadores de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, Ano 2015, edição 1: Disponível em <<http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/aeat-2013/estatisticas-de-acidentes-do-trabalho-2013/subsecao-a-acidentes-do-trabalho-registrados/tabelas-a-2013>>. Acesso em: 14 mai. 2017

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Suicídio. Saber, agir e prevenir. **Boletim Epidemiológico**, v. 48, n. 30, 2017. Disponível em: <<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/21/2017-025-Perfil-epidemiologico-das-tentativas-e-obitos-por-suicidio-no-Brasil-e-a-rede-de-atencao-a-saude.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

BRASIL. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde/Ministério da Saúde do Brasil, Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil; organizado por Elizabeth Costa Dias; colaboradores Idelberto Muniz Almeida et al. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.

BRASIL. (1999). Portaria Federal Nº 1.339/GM – MS, de 18 de novembro de 1999, Brasília, DF: Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1999/prt1339_18_11_1999.html>. Acesso em: 14 mai. 2017.

BRASIL. Secretaria de Previdência. Ministério da Fazenda. **Primeiro Boletim Quadrimestral sobre Benefícios por Incapacidade**, 2016. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br>> Acessos em 26 dez. 2017.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Tradução de Mana Thereza Redig de Carvalho Barrocas; revisão técnica Manoel Barros da Motta; tradução do posfácio de PiareMacherey e da apresentação de Louis Althusser, Luiz Otávio Ferreira Barreto Leite. 6. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Ed.). **Psicologia crítica do trabalho na sociedade contemporânea**. Brasília: Priscila D. Carvalho - Ascom/CFP, 2010, 144 p. Disponível em: <http://www.crp04.org.br/crp04_com_br2/index.php/publicacoes/publicacoes-cfp/56-psicologia-critica-do-trabalho-na-sociedade-contemporanea.html>. Acesso em: 05 dez. 2016.

CHAGAS, Eduardo Ferreira. Diferença entre Alienação e Estranhamento nos Manuscritos Econômicos-Filosóficos (1844) de Karl Marx. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, n. 8, v. 16, p. 23-33, Jul./dez. 1994. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/1023/928>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

CHAUÍ, Marilena. Introdução. In: LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1999.

CUÉLLAR, David Pavón. Trabalho do inconsciente e mal-estar na cultura. **A Peste: Revista da psicanálise e sociedade e filosofia**, São Paulo, v. 2, n. 1, 2010. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/apeste/article/view/12074>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

DEJOURS, C. **A Loucura do Trabalho**: estudo de Psicopatologia do Trabalho. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015a.

_____. **A Sublimação, entre sofrimento e prazer no trabalho**. In: Conferência apresentada no InstitutFranco-Portugais, 22 fev. 2013. Organização: Sociedade Portuguesa de Psicanálise. Artigo traduzido por Duarte Rolo.

_____. ABDOUCHÉLI, Elisabeth; JAYET, Christian. **Psicodinâmico do Trabalho**, contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. Coordenação de Maria Irene StoccoBetiol; tradutores Maria Irene Betiol et al. São Paulo: Atlas, 2015b.

_____. BÈGUE, Florence. **Suicídio e Trabalho**: o que fazer? Tradução de FranckSoudant. Brasília: Paralelo, 2010.

DE MASI, Domenico. **O Ócio Criativo**: entrevista a Maria Serena Palieri. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DESCARTES, René, 1596-1650. **Discurso do Método**: as paixões da Alma. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

DURKHEIM, Émile (1858-1917). **O suicídio**: estudo de sociologia. Tradução Mônica Stabel. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Coleção Tópicos.

FERRATER MORA, J. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

FERREIRA, Mário César. Qualidade de Vida no Trabalho. Uma Abordagem Centrada no Olhar dos Trabalhadores. Brasília, DF: Edições Ler, Pensar, Agir, 2011.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. 13. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. Nietzsche, Freud e Marx The.trumPhilosoficum. São Paulo: Princípio, 1997.

FREUD, Sigmund. A Interpretação dos Sonhos. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. 2º ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. Volumes IV e V.

_____. (1920). Além do Princípio do Prazer. In: Edição. Standart brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. Volume 18, p. 17-72.

_____. (1930). O Mal-Estar na Civilização. In: Edição Standart brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. Volume 21, p. 73-148.

FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica (1950 [1895]). Rio de Janeiro: Imago, 1969. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, volume I.

FREUD, Sigmund. Uma Neurose Infantil e outros trabalhos (1917-1918). Rio de Janeiro: Imago, 1996. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, volume XVII, p. 147-153.

FUCHS, Angela Maria Silva et al (Ed.). Guia para normatização de publicações técnico-científicas. Uberlândia: EDUFU, 2013.

GERMINAL. Direção: Claude Berri. França: Paris Vidéo Filmes, 1993. 1 filme (160 min). Son. Color.

GOLEMAN, Daniel, Ph. D. Inteligência emocional: a teoria revolucionária que define o que é ser inteligente. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

GONZÁLEZ REY, L. F. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia** - Caminhos e Desafios. São Paulo: Thompson Learning, 2002.

HENSCHER DE LIMA, Cláudia. A ruptura epistemológica entre psicanálise e ciências humanas na modernidade biológica. **Psicol. rev.**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 226-239, ago. 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682011000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 fev. 2017.

HERRMANN, Fabio. **O que é Psicanálise** - Para iniciantes ou não. São Paulo: Psique, 1999.

INSTITUTO DE MÉTRICA E AVALIAÇÃO EM SAÚDE. Estudo de Carga de Doença Global: gerando evidências, informando políticas de saúde. Seattle, WA: IHME, 2013.

JACÓ-VILELA, Ana Maria et al (Org.). **História da psicologia**: rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2006. Disponível em: <http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/43527023/Historia_da_Psicologia_Rumos_e_percursos.pdf?AWSAcces

sKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1488224643&Signature=sf8eAaut5xZPvGHxgVyP6OIW9ys%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DHistoria_da_Psicologia__Rumos_e_percurs.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2017.

JACQUES, Maria da Graça. O nexó causal em saúde/doença mental no trabalho: uma demanda para a psicologia. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 19, n. spe, p. 112-119, 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000400015&lng=en&nrm=iso>. acessos on 16 Feb. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000400015>.

JORGE, Marco Antônio Coutinho. **Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan**, vol. 2: a clínica da fantasia. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

JORGE, Marco A. Coutinho ; BASTOS, Flávio Corrêa Pinto. **Trabalho e Capitalismo: uma visão psicanalítica**. 2009. Disponível em: <<https://www.uva.br/trivium/edicao1/artigos-tematicos/2-trabalho-e-capitalismo.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

LACAN, Jacques, 1901-1981. *Seminário, livro 7: a ética da psicanálise, 1959-1960 / Jacques Lacan; texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; [versão brasileira Antônio Quinet]* - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. (Campo freudiano no Brasil)

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A pesquisa científica hoje. In: AUTOR. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999, p. 31-47.

MARIGUELA, Márcio. **Epistemologia da Psicologia**. São Paulo: UNIMEP, 1995.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004. Tradução e notas Jesus Ranieri.

_____. 1818-1883. **Sobre o suicídio**. Tradução: Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006.

MEDINA, Maria Célia Guerra; FARIA, Marcília de Araújo Medrado. **Aposentadoria por invalidez no Brasil**. 1986.[s.n.], São Paulo, 1986

MENDLOWICZ, Eliane. **A Sublimação e a Clínica em Lacan**. 1991. Disponível em <<http://docplayer.com.br/13545379-A-sublimacao-e-a-clinica-em-lacan-eliane-mendlowicz.html>>. Acessos em 23 de Novembro de 2017.

MENDES, Eliana Rodrigues Pereira. PS - **Pulsão e Sublimação**: a trajetória do conceito, possibilidades e limites. *Reverso*, Belo Horizonte, v. 33, n. 62, p. 55-67, set. 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952011000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 dez. 2017.

MENEZES, Lucianne Sant'Anna. **Psicanálise e saúde do trabalhador**: nos rastros da precarização do trabalho. São Paulo: Primavera, 2012.

MERLO, A. R. C.. In: **Saúde mental & trabalho**: leituras. JACQUES, Maria da Graça; CODO, Wanderley (Orgs.). Petrópolis: Vozes, 2002. p. 130-142. Disponível em: <<http://www.saudeetrabalho.com.br/download/psicodinamica-merlo.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS) – **Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10**: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas – Coord. Organização Mundial da Saúde; trad. Dorgival Caetano. Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.

_____. **Relatório Mundial de Saúde**: Financiamento dos sistemas de saúde. O caminho para a cobertura universal Disponível em: <<http://www.who.int/eportuguese/publications/WHR2010.pdf?ua=1>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

_____.; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE MÉDICOS DE FAMÍLIA (WONCA). **Integração da saúde mental nos cuidados de saúde primários**: Uma perspectiva global, 2008. Disponível em: <http://www.who.int/eportuguese/publications/Integracao_saude_mental_cuidados_primarios.pdf?ua=1>. Acesso em: 10 mai. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL (ONUBR). Campanha da ONU busca conscientizar população sobre prevenção ao suicídio. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/?post_type=post&s=suicidio>. Acesso em: 26 nov. 2017.

PISANI, Marília Mello. **Marxismo e psicanálise no pensamento de Herbert Marcuse**: uma polêmica. **Rev. Mal-Estar e Subj.**, Fortaleza, v. 4, n. 1, p. 23-64, mar. 2004. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482004000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 dez. 2016.

POLITZER, Georges. **Crítica aos Fundamentos da Psicologia – a psicologia e a psicanálise**. Tradução de Marcos Marcionilo e Yvone M. T. da Silva. Piracicaba, SP: UNIMEP, 1998.

RANIERI, Jesus. **Alienação e Estranhamento em Marx**. Dos Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844 à Ideologia Alemã. 2000. 262 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2000. Disponível em <https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/2564431/mod_resource/content/1/RANIERI%2C%20Jesus.%20Aliena%C3%A7%C3%A3o%20e%20estranhamento%20em%20Marx%20%28tese%20Unicamp%29.pdf>. Acesso em: 16 dez 2017.

ROUDINESCO, Elizabeth; PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Trad. Vera Ribeiro e Lucy Guimarães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2003.

SELIGMANN-SILVA, E. **A Interface Desemprego Prolongado e Saúde Psicossocial**. In: SILVA FILHO, J.F. (Org.). **A Danação do Trabalho**. Rio de Janeiro: Te Corá, 1997, p. 19-63.

SELIGMANN-SILVA, E. Psicopatologia e Psicodinâmica no Trabalho. In: MENDES, R. (Ed.). **Patologia do Trabalho**. Rio de Janeiro: Atheneu, 1995, p. 287-310.

SILVA, Eduardo Pinto e. **Ética, loucura e normalização**: um diálogo entre a psicanálise e Michel Foucault. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 21, n. 4, p. 16-25, Dec. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932001000400003&lng=en&nrm=iso>. Acessos em: 25 Mar. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932001000400003>.

TOREZAN, ZeilaFacci; BRITO, Fernando Aguiar. Sublimação: da construção ao resgate do conceito. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 245-258, dez. 2012. Disponível em : <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982012000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 dez. 2017.

VIANA, Nildo Silva. **Fromm crítico de Freud**. 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/issue/view/433>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

[WHO] WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2010. Disponível em <http://www.who.int/mediacentre/news/releases/2010/mental_disabilities_20100916/en/> Acessos em 13 Abril de 2018.

ŽIZEK, Slavoj. **Menos que nada**: Hegel e a sombra do materialismo dialético. Tradução Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2012.